

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.

Maringá, fevereiro de 2023



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.

Estudo realizado pelo economista
Neio Lúcio Peres Gualda -
CORECON – 2838 - PR, Doutor em
Economia de Empresas pela
Fundação Getúlio Vargas FGV-SP.



PROPOSITORES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA
FELIPE CORTESE VARISCO
Sócio Administrador – CPF - 007.052.229-42

NEIO LÚCIO PERES GUALDA
Responsável pela Elaboração do Plano
Economista - CORECON 2838- PR



SUMÁRIO

I - SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1.1 – Apresentação	8
1.2 – Situação Diagnosticada – Visão Geral	10
1.3 – Medidas Recomendadas para a reestruturação operacional, administrativa e financeira	18
1.4 – Resultados Esperados com a Reestruturação proposta	19
1.5 – Posição Patrimonial	20
1.6 – Perfil do Endividamento	21
1.7 - Viabilidade Econômica e Sustentabilidade Financeira	23
2 - HISTÓRICO	25
2.1 – Histórico	26
2.2 – Constituição do Capital Social	35
3 – DIAGNÓTICO ECONÔMICO, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	36
3.1 – Visão Geral	37
ASPECTOS FINANCEIROS	39
3.2 – Endividamento	40
3.2.1 – Endividamento	40
3.2.1.1 – Créditos Trabalhistas	42
3.2.1.2 – Empresas de Médio e Grande Porte	42
3.2.1.3 – Empresas de Pequeno Porte EPP, EIRELI	43
3.2.1.4 – Instituições Financeiras	43
3.2.1.5 – Tributos e Contribuições Sociais	43
ASPECTOS ECONÔMICOS	44
3.3 – Avaliação Econômico-Operacional	45
3.3.1 – Receita Operacional Líquida	45
3.3.1.1 – Composição de Receita Operacional	47
3.3.2 – Custos e Despesas	52
3.3.2.1- Custo de Produção	52
3.3.3 – Margem Operacional Bruta	54
3.3.4 – Despesas Operacionais	56
3.3.5 – Resultado Operacional Líquido	58
3.3.6 – Ponto e Equilíbrio	60
3.3.7 – Avaliação Final da Situação econômico-financeira	67
ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS	69
3.4 - Infraestrutura – Visão Geral	70
3.4.1 – Infraestrutura Física	70
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	77
3.5 – Recursos Humanos	78
3.5.1 – Organograma	79
3.5.2 – Controles Administrativos	80
ASPECTOS MERCADOLÓGICOS	83
3.6 – Mercado	84
3.6.1 – Situação Atual	84
3.6.2 – Serviços e Bens Ofertados	90
3.7 – Política de Precificação	92
3.8 – Perspectivas Futuras do Mercado de Construção de Infraestrutura Pesada	92



4 – PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL, ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E FINANCEIRA	95
4.1 – Medidas para a de Reestruturação Operacional, Administrativa, Econômica e Financeira	96
4.1.1 - Definir Novas Condições para o Pagamento do Endividamento	96
4.1.2 – Revitalizar o Departamento Comercial	97
4.1.3 – Ampliar a Delegação de Competências	97
4.1.4 - Restabelecimento da Capacidade do Poder de Compra	98
4.1.5 – Redução Drástica das Despesas Financeiras	99
4.1.6 – Determinação Correta da Necessidade de Capital de Giro	100
4.1.7 – Reduzir a Sobrecarga de Trabalho no Diretor Geral	101
4.1.8 – Implantar Sistema de Informações Gerenciais	102
4.2 – Gestão Administrativa	104
5 – PLANEJAMENTO ECONOMICO FINANCEIRO	106
5.1 – Projeção de Receitas	107
5.2 – Projeção dos Custos e Despesas Operacionais	114
5.3 – Projeção de Resultado Operacional Líquido	117
6 – PROPOSTA DE PAGAMENTO	123
6.1 – Créditos Extra Concursais	125
6.2 – Créditos Concursais	125
6.2.1 – Classe I - Crédito derivado da legislação do Trabalho	125
6.2.2 – Classe II - Crédito com garantia Real, limitado até o valor do bem gravado.	129
6.2.3 – Classe III - Crédito Quirografário com Privilégio Geral	133
6.2.3.1 – Instituições Financeiras	134
6.2.3.2 – Empresas de Médio e Grande Porte	141
6.2.4 – Classe IV - Créditos Quirografários com Privilégio Especial	146
6.3 – Créditos Não Concursais	149
6.3.1 – Crédito tributário e Contribuições Sociais	149
6.3.2 – Credores Amparados por Alienações Fiduciárias	150
6.4 Determinação do Valor da Parcela Mensal - VPM	155
7 – QUADRO GERAL DE CREDITORES	157
8 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA	195
8.1 Capacidade de Pagamento	195
8.2 – Fluxo de Caixa Futuro	198
8.3 – Vendas de Ativos	208
9 - LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO – PARECER FINAL ANEXOS	209
Anexo I – Laudo de Avaliação econômico-financeiras;	
Anexo II – Relação dos bens e Imobilizado da Empresa;	
Anexo III - Laudo de Avaliação Mercadológica de Imóveis	
Anexo IV - Laudo de Avaliação Mercadológica de Máquinas e Equipamentos;	



Anexo V - Laudo de Avaliação Mercadológica de Ônibus e Caminhões;
Anexo VI - Laudo de Avaliação Mercadológica dos Veículos Leve.



I - SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 - Apresentação

O presente trabalho tem por finalidade desenvolver “Plano de Recuperação Judicial” para a empresa **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.929.130/0001-64, com sede à Rua da Imigração, nº 1205, Nova Cidade, CEP 85803-050, no município de Cascavel, estado do Paraná, nos termos previstos na Lei 11.101/2005, a partir proposta de reestruturação operacional, administrativa, econômica e financeira da empresa, que propicie condições de viabilidade econômica e sustentabilidade financeira à empresa.

Nesse sentido, seu principal objetivo é avaliar se, a partir da reestruturação proposta e do fluxo de caixa projetado, a Recuperanda alcançará a capacidade de pagamento necessária para fazer frente à amortização de todo o seu endividamento.

Para que tal objetivo fosse alcançado foi realizado sucinto diagnóstico operacional, administrativo, econômico e financeiro na empresa, com o intuito de levantar seus principais problemas, contingências e dificuldades, bem como avaliar a viabilidade de implantação da proposta de reestruturação sugerida.

A viabilidade econômica e a sustentabilidade financeira foram determinadas a partir da nova proposta de gestão administrativa, operacional, econômica e financeira da empresa e da necessidade de amortização de seu endividamento, que levou em conta as propostas de renegociação de suas dívidas junto aos seus credores.

Os levantamentos e análises realizadas constataram que a Recuperanda possui estrutura operacional e administrativa para operar em condições de viabilidade econômica. Porém, necessita, em caráter de urgência, recuperar sua capacidade de gestão financeira, superando as atuais contingências que lhes são impostas pelo sistema financeiro, que lhe cobra elevados encargos financeiros,



bem como a obriga a aceitar diversas práticas abusivas, através de “contratos de adesão”, quer quanto as garantias fiduciárias, juros elevados e práticas de reciprocidades como aquisição de consórcios, que comprometem o seu desempenho econômico-financeiro.

A superação de tal dificuldade assegurará à Recuperanda condições para melhorar a gestão financeira, pois conseguirá, a partir da adoção de consistente fluxo de caixa, eliminar os desencaixes recorrente e estancar a sangria, que lhe é imposta pelo sistema financeiro.

Torna-se imprescindível romper com a ciranda financeira a que está submetida, para obter drástica redução dos encargos financeiros, em especial, daqueles que se mostram abusivos.

Novas condições de prazo de amortização e encargos financeiros, contribuirão para que a empresa supere as contingências de natureza financeira, que enfrenta atualmente, caracterizadas pelos recorrentes desencaixes de seu fluxo de caixa.

Para auxiliá-la nessa tarefa, foi elaborado detalhado planejamento econômico-financeiro, que foi construído a partir do futuro patamar de desempenho operacional da empresa. Com os novos parâmetros, foi possível determinar a capacidade de pagamento, a qual subsidiou os estudos para apresentação das propostas de pagamentos aos credores, para a amortização de todo o seu endividamento.

O resultado operacional líquido, única fonte de recursos para a amortização do endividamento, foi determinado a partir dos ganhos esperados com a implantação da proposta de reestruturação, da redução das despesas operacionais e financeiras e no contexto das novas estratégias operacionais.

Constatou-se, ainda, que é possível à Recuperanda sanar todo o seu endividamento, desde que possa, nos primeiros anos em que estiverem em



recuperação, formar um montante mínimo de capital de giro, para melhorar sua capacidade de compra de matérias primas e insumos e obter de seus credores, prazos, carências e descontos, compatíveis com a capacidade de pagamento apurada.

1.2 - Situação Diagnosticada – Visão Geral

Atualmente empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., enfrenta contingências tanto de natureza econômica, quanto de ordem financeira.

O principal problema de natureza econômica da empresa se refere a acentuada queda em sua lucratividade operacional, a partir do ano de 2021. A principal causa para tal desempenho, foi a forte elevação dos preços dos materiais e equipamentos de construção, que causou forte impacto sobre os custos de produção.

Entre os meses de janeiro de 2019 a junho de 2022 os preços dos materiais e equipamentos de construção subiram **62,9%**, medidos pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, enquanto a inflação oficial, medida pelo Índice Preços Nacional Amplo – IPCA/IBGE, variou apenas **26,57%**, conforme apresentado na Figura nº 01.

Tal disparidade de preços tem natureza excepcional, pois jamais foi registrada em nossa economia. A desproporcionalidade das altas dos preços dos materiais e equipamentos de construção, em relação aos demais bens e serviços da economia, fez com que se tornasse impossível qualquer previsibilidade dos custos no futuro.



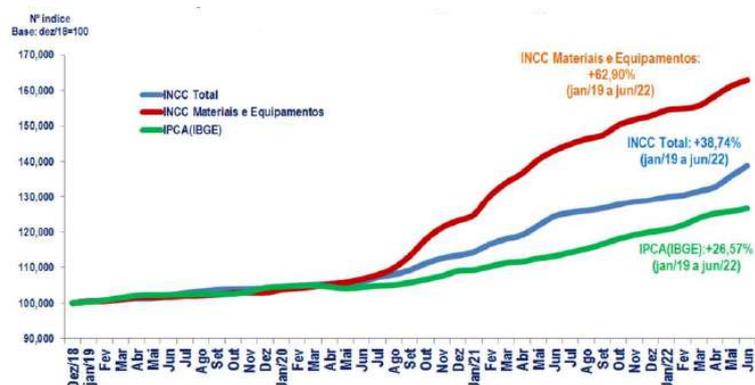


Figura nº 01 – Evolução do INCC, IPCA e INCC – Materiais e Equipamentos – jan/2019 a jun/2022.
FONTE: FGV e IBGE (In: Sondagem Construção Civil – CNI).

A magnitude destes impactos se mostra mais crítica, quando se avalia isoladamente os comportamentos dos preços dos insumos mais importantes para a construção civil, entre os meses de julho de 2020 e junho de 2022, conforme demonstrado na figura nº 02.

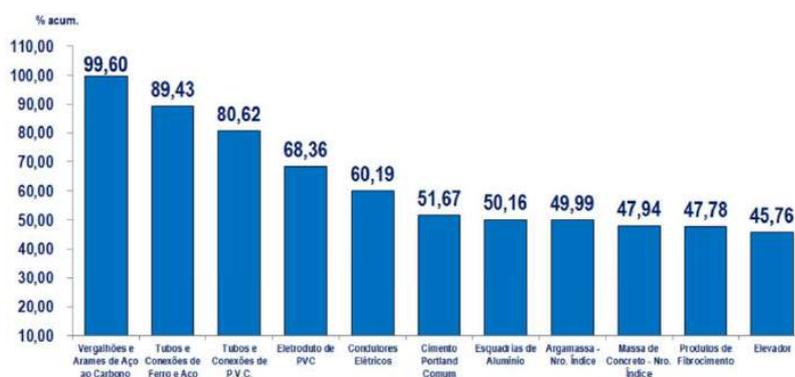


Figura nº 02 – Aumentos do Preços dos Materiais de Construção – jul/2020 a jun/2022.
FONTE: FGV e IBGE (In: Sondagem Construção Civil – CNI).

A acentuada escalada dos preços dos materiais de construção, fez com que fosse impossível aos gestores da empresa, estimar oscilações tão elevadas, por ocasião da apresentação das propostas, nas disputas concorrenciais.



Seria impossível, por exemplo, prever a alta dos preços dos vergalhões de aço em **99,6%**, em apenas dois, prazo médio dos contratos. Portanto, um evento eminentemente de caráter **excepcional**.

A mesma situação ocorreu com os aumentos ocorridos nos preços do principal insumo utilizado pela empresa, o Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP). Entre o mês de fevereiro de 2020 e abril de 2022 o preço deste produto, na refinaria da Petrobrás em Araucária, subiu **98,6%** (Figura nº 03)

Como o portfólio de serviços prestado pela empresa, neste período, estava fortemente concentrado em obras de pavimentação asfáltica, o aumento dos preços deste insumo impactou fortemente o seu custo de produção, comprometendo sua lucratividade.



Figura nº 03 – Aumentos dos Preços do Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP (Preços em Araucária).

FONTE: Elaborado pelo Autor, com dados da Petrobrás.



Estas altas, por se caracterizarem **oscilações excepcionais**, extrapolaram o risco ordinário assumido pela empresa e comprometeu o seu equilíbrio econômico-financeiro, na maior parte das operações contratadas.

Em face a gravidade da situação, alguns governos estaduais reconheceram a necessidade de revisar os contratos. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por sua vez, elaborou um documento intitulado “PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA O REEQUILÍBRIO CONTRATUAL”, para subsidiar as negociações entre as partes contratantes.

Com este mesmo posicionamento a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB fez importante alerta quanto a necessidade de revisão dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos, causados pelos aumentos **extraordinários** dos preços de diversos insumos, em função da pandemia da COVID-19 e da Guerra entre a Ucrânia x Rússia, não acompanhados por correspondentes medidas de normalização dos fluxos de caixa das empreiteiras¹.

Para a ABDIB é importante que os órgãos contratantes reconheçam a existência dos descasamentos extraordinários de preços e estabeleçam diretrizes e regras para a condução dos processos de reequilíbrio econômico-financeiros, com ênfase na manutenção dos fluxos de caixa das empreiteiras.

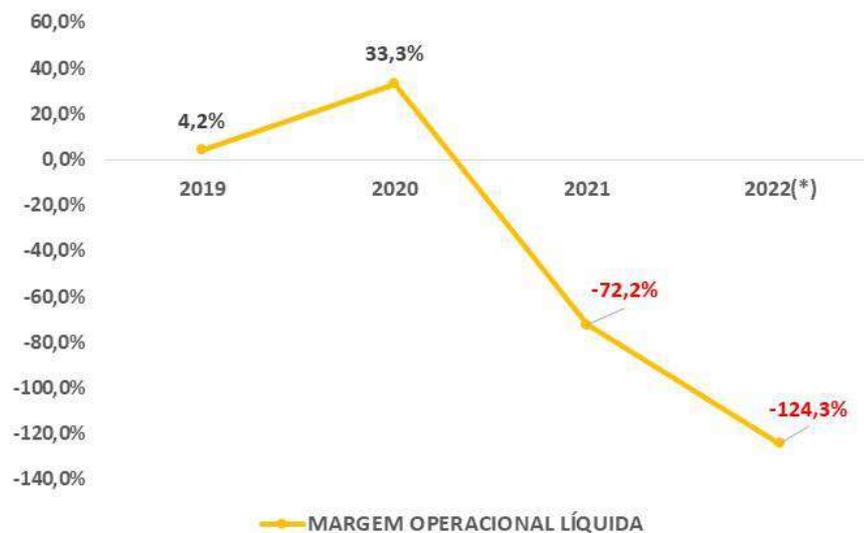
Apesar de todas as evidências e de suas consequências, a empresa foi impedida de repassar estes aumentos aos preços, fixados em certames licitatórios, o que gerou forte desequilíbrios nos contratos.

Entraves burocráticos e jurídicos, impediram a pronta revisão dos valores contratados, inviabilizando a maior parte das operações da empresa.

¹ Livro Azul da Construção da Infraestrutura no Brasil, 2022. www.abid.org.br



A figura abaixo mostra o comportamento da margem operacional líquida da empresa nos anos de 2019 a 2022.



(*) Dados Provisórios sujeitos revisão.

Figura nº 04 – Margem Operacional Líquida.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

Os fatores responsáveis por essa queda acentuada na margem operacional bruta foram os seguintes:

- i) Choques externos ao ambiente interno e ao controle gerencial da empresa, como os efeitos da pandemia da COVID19 e da guerra Rússia e Ucrânia, que impactaram os seus custos de produção;
- ii) Acentuada e **excepcional** elevação do preço dos principais insumos, em especial ao “Cimento Asfáltico do Petróleo (CAP)”, utilizado nos serviços de pavimentação;
- iii) Elevação de preços de outros insumos importantes ao processo de produção, que superaram as previsões inflacionárias para o



período, como, por exemplo, o preço do óleo diesel e do vergalhão de aço;

- iv) Desequilíbrios contratuais, decorrentes da fixação de preços das obras com longo prazo de execução, em média 24 meses, desde a publicação dos editais e a situação de **excepcionalidade** marcada pela forte variação de preços dos equipamentos, insumos e materiais;
- v) Impossibilidades burocráticas e legais para a revisão contratual, para estabelecer o reequilíbrio entre os aumentos dos custos de produção e os preços fixados;

Essa combinação de preço fixado em contrato, a partir de estimativas de custos de produção realizadas com longa antecedência à execução das obras, e a forte e **excepcional** elevação dos preços dos materiais e equipamentos de construção, que compõem o custo de produção, muito acima das previsões inflacionárias para os períodos, impactaram drasticamente a margem operacional da empresa.

Os reflexos dessa contingência econômica foram imediatos sobre o desempenho do fluxo de caixa, dando origem a dificuldade financeira atualmente enfrentada pela empresa.

A situação foi agravada pela necessidade da empresa em cumprir com os pagamentos das parcelas dos inúmeros financiamentos (Leasing, Finame, Consórcios etc.) que foram contraídos, para aquisição de máquinas e equipamentos, visando adequar a capacidade de produção da empresa, às demandas dos vários contratos.

No ano de 2021 foi adquirida e instalada usina de asfalto com elevada capacidade de produção, para atender as necessidades de determinada obra. No



ano seguinte, em 2022, esta estrutura foi transferida para a cidade de Curitiba, tendo vista as obrigações previstas em Edital, o qual a empresa logrou-se vencedora.

Em especial, a situação do 2022, para atendimento das condições impostas pelos editais da contratante (Prefeitura do Município de Curitiba), a empresa implementou um amplo programa de investimento naquela cidade, buscando dotá-la de estrutura e capacidade de produção, condizentes com o volume de obras que seriam contratadas e executadas.

Tal cenário fez com que os desencaixes fossem recorrentes. Não restando alternativa à empresa, que não fosse captar recursos junto ao sistema bancário.

Com mais de 500 operários nos canteiros de obras e sujeita as restrições impostas pelo mercado oligopolista da indústria de materiais de construção, não poderia inadimplir por longo período, sob pena de suspensão de fornecimento e, conseqüentemente, de paralização das obras.

Por necessitar de empréstimos emergenciais, a empresa foi obrigada a se sujeitar as condições adversas, quer quanto aos encargos financeiros, quer quanto às exigências de garantias fiduciárias e reciprocidades exigidas pelas instituições financeiras.

Esse quadro evoluiu rapidamente para um processo de rolagem de dívidas, denominado como “ciranda financeira”, que culminou no atual nível de endividamento da empresa.

Por outro lado, em relação ao desempenho administrativo e operacional, constatou-se, no diagnóstico realizado, que a empresa atua com bons níveis de eficiência. Utiliza todos os recursos proporcionados pelo sistema CRTI-ERP, desenvolvido especificamente para o setor da construção civil, que propicia uma



ampla gama de relatórios, constituindo em excelente sistema de informações gerencias.

Conta com um corpo técnico e gerencial bem capacitado e comprometido com o desempenho da empresa. Os procedimentos e rotinas administrativas são bem descritos e acompanhados e apresentam resultados de boa qualidade. A gestão técnica, operacional e financeira das obras é feita de forma eficiente, quer quanto ao cumprimento dos cronogramas físico financeiro, a qualidade dos serviços, quer quanto aos apontamentos e sistema de apropriação de custos.

Atualmente a empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., possui potenciais condições operacionais e administrativa para operar em condições de viabilidade econômica, porém apresenta situações de insustentabilidade financeira, que poderão comprometer a manutenção de suas atividades.

Esta situação de insustentabilidade financeira teve como causa a conjugação de eventos adversos, que comprometeram sua capacidade auferir lucro, tais como:

- i) nível de endividamento elevado;
- ii) elevados encargos financeiros, em especial, devido a práticas abusivas de algumas instituições financeiras;
- iii) Insuficiência de capital de giro para financiar todo o ciclo operacional;
- iv) Restrições e contingenciamento por parte das instituições financeira para a concessão de novos créditos;
- v) Contingência burocráticas e legais que impem a revisão de contratos, com vistas a restabelecer o justo reequilíbrio contratual;
- vi) Elevações acentuadas nos preços dos principais insumos, principalmente do “Cimento Asfáltico do Petróleo (CAP)”;
- vii) desequilíbrios recorrentes do fluxo de caixa;



1.3 Medidas recomendadas para a reestruturação operacional, administrativa e financeira.

As análises desenvolvidas mostraram que as dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa atualmente, tiveram origem na contingência econômica que, por sua vez, é consequência da redução de sua margem operacional bruta.

Como a empresa não têm autonomia para revisar os preços de venda dos serviços que presta, em razão de serem fixados em contrato, a acentuada elevação dos custos de produção, comprometeu sua capacidade obter resultados econômicos satisfatórios.

Tal cenário impõe a necessidade de alterar sua estratégia comercial, de maneira a reduzir gradativamente a participação da prestação de serviços para o setor público, em seu faturamento global.

Para tanto, terá que diversificar o seu portfólio, introduzindo novos produtos/serviços, bem como fomentar o crescimento dos atuais produtos que proporcionam melhor resultado operacional.

Ao alterar a composição de seu faturamento, reduzindo a participação dos produtos/serviços que apresentam margem operacional bruta reduzida e ampliando a participação daqueles que proporcionam maior resultado operacional, conseguirá aumentar a margem bruta global.

Paralelamente, deverá reduzir drasticamente os encargos financeiros incidentes sobre o seu endividamento. O que deverá ocorrer se as condições de negociações para a amortização do endividamento forem aceitas pelos credores.

De forma sintetizada, a empresa deverá empreender ações que visem:

- i. Cessar o processo de rolagem diária das dívidas (ciranda financeira), amparadas nos benefícios proporcionados pela Lei 11.101/2005;



- ii. Reduzir de maneira drástica os pagamentos de juros bancários;
- iii. Formar capital de giro mínimo, necessário para atender seu ciclo operacional;
- iv. Adequar sua estrutura de produção à nova realidade operacional;
- v. Implementar nova estratégia comercial, privilegiando a oferta de serviços que proporcionam maior previsibilidade e melhor margem operacional;

1.4 Resultados Operacionais, Administrativos e Financeiros esperados com a reestruturação proposta.

- i) Dotar a empresa de capacidade de auferir lucros operacional;
- ii) Melhorar a margem operacional líquida;
- iii) Melhorar eficiência operacional;
- iv) Melhorar a gestão financeira, eliminando os descaixes recorrentes;
- v) Reduzir dos encargos financeiros;
- vi) Gerar lucro operacional líquido em montante compatível com a necessidade de amortização do endividamento da empresa;
- vii) Aperfeiçoar as gestões financeira, administrativa e operacional da empresa.



1.5 Posição Patrimonial.

Para avaliação da posição patrimonial da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., adotou-se procedimento híbrido. Para os estoques, utilizou os valores do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022, e, para os ativos físicos (tangíveis), os valores dos Laudos de Avaliação Mercadológica. Conforme dados da Tabela nº 01 o patrimônio da empresa, passível de conversibilidade, está avaliado em **R\$ 32.298.748,88**.

TABELA Nº 01
POSIÇÃO PATRIMONIAL

BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS	VALORES EM R\$
ESTOQUES (a)	9.289.495,88
Loteamento Fariz Gebrim 266 Lotes	9.289.495,88
IMÓVEIS (b)	17.021.960,00
Sede da Empresa – Cascavel/PR	1.260.000,00
Lotes 51-A/I e 52-A/I – Assis Chateaubriand/PR	1.479.000,00
Lotes 1013 e 447 – Assis Chateaubriand/PR	1.320.000,00
Chácara São Domingos – Cascavel/PR	1.811,000,00
Chácara Rio Cascavel – Cascavel/PR	12.962.960,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS (c)	4.125.000,00
CAMINHÕES E ÔNIBUS (d)	1.720.043,00
VEÍCULOS LEVES (e)	142.250,00
TOTAL	32.298.748,88

(a) Valores obtidos no Balanço Patrimonial de 31/12/2022.

(b) ANEXO III - Laudos de Avaliação Mercadológica.

(c) ANEXO IV - Laudos de Avaliação Mercadológica – Máquinas e Equipamentos.

(d) ANEXO V – Laudos de Avaliação Mercadológica – Caminhões e Ônibus.

(e) ANEXO VI – Laudos de Avaliação Mercadológica – Veículos Leves.

FONTE: Balanço Patrimonial e Laudos de Avaliação.



1.6 – Perfil do Endividamento

O endividamento total da empresa soma a importância de **R\$ 42.428.083,20²**. Esse montante está distribuído entre **317** credores e decorrem de diferentes operações financeiras e comerciais e do não recolhimento de impostos e contribuições federais. Também se considera neste montante, o provisionamento para o pagamento de ações trabalhistas em trâmites na Justiça do Trabalho. (Tabela nº 02).

TABELA Nº 02
PERFIL DO QUADRO GERAL DE CREDORES

CLASSES	Credores	Créditos	Part.% R. J	Part.% Total
CRÉDITOS CONCURSAIS – Submetidos à R. J	278	36.263.982,38	100,0%	85,5%
Classe I – Credores Trabalhistas	4	12.196,50	0,03%	0,03%
Créditos até 05 Salários-Mínimos	4	12.196,50	0,03%	0,03%
Créditos acima de 05 Salários-Mínimos	0	0,00	0,0%	0,0%
Classe II – Credores c/ Direitos Reais e Garantias	2	856.156,55	2,4%	2,0%
Instituições Financeiras	2	856.156,55	2,4%	2,0%
Outras Instituições	0	0,00	0,0%	0,0%
Classe III – Credores Quirografários - Geral	108	34.009.995,47	93,8%	80,2%
Instituições Financeiras	6	31.670.702,95	87,3%	74,6%
Médias e Grandes Empresas	102	2.339.292,52	6,5%	5,5%
Classe IV – Credores Quirografários – Privilégio Especial	164	1.385.633,86	3,8%	3,3%
Empresas EPP, EIRELI, MEI	164	1.385.633,86	3,8%	3,3%
CRÉDITOS NÃO CONCURSAIS – Não sujeitos a R J	5	3.119.262,12		7,4%
Credores Tributários	1	1.483.537,47		3,5%
Receita Federal do Brasil	1	1.483.537,47		3,5%
Credores com Garantias Fiduciárias	4	1.635.724,65		3,9%
PROVISIONAMENTOS - AÇÕES TRABALHISTAS		3.044.838,70		
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Artigo 6º §§ 1 a 5 da Lei 11.101/2005.	34	3.044.838,70		7,2%
TOTAL	317	42.428.083,20	1	100,0%

FONTE: Elaborado pelo Autor, a partir dos registros contábeis, extratos bancários e Relatório Sisbacen (www.bcb.gov.br).

² Valor apurado até 17 de novembro de 2022, para os credores concursais e com Garantias Fiduciárias e 03 de fevereiro de 2023 para as dívidas de natureza tributária.



Desse total, **R\$ 36.263.982,38 (85,5%)**, se referem a créditos concursais, ou seja, submetidos aos efeitos da Lei 11.101/2005, enquanto os demais **R\$ 6.164.100,82 (14,5%)** são créditos não concursais e provisionamento para pagamento de ações trabalhistas, conforme pode ser visto na Tabela nº 02.

Dentre os credores concursais, o de maior participação relativa são aqueles não amparados por garantias reais ou alienações fiduciárias, e, portanto, enquadrados na Classe III – Credores Quirografários com Privilégio Geral, cujos créditos somam a importância de **R\$ 34.009.995,47** e representam **93,8%** dos créditos submetidos aos efeitos da Lei 11.101/2005 (Tabela nº 02).

Para os credores enquadrados na Classe II – “Credores com Garantia Real”, a empresa deve a importância de **R\$ 856.156,55**, que representa **2,4%** do total dos créditos concursais ou **2,0%** do endividamento total (Tabela nº 02).

O passivo fiscal soma a importância de **R\$ 1.483.537,47**, referente ao não recolhimentos, nas datas dos respectivos vencimentos, de impostos e contribuições sociais, junto à Receita Federal do Brasil.

Em relação aos créditos amparados por alienações fiduciárias e, portanto, não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, a empresa possui 04 contratos de financiamentos e leasing de máquinas e equipamentos, num total de **R\$ 1.635.724,65**.

O provisionamento se refere ao montante pleiteado em 34 ações trabalhistas, movidas por antigos e atuais funcionários da empresa, que somam a importância de **R\$ 3.044.838,70**.



1.8 Viabilidade Econômica e Sustentabilidade Financeira.

Os estudos empreendidos na elaboração deste plano indicam que a empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., voltará a operar em condições de viabilidade econômica e sustentabilidade financeira, desde que consiga reprogramar o pagamento de suas dívidas.

É necessário reequilibrar o seu fluxo de caixa, eliminando os desencaixes recorrentes, decorrentes dos elevados valores com amortizações mensais e dos encargos financeiros.

Tal constatação está respaldada em sua estrutura operacional, que lhe permite operar com bons níveis de eficiência e qualidade, uma vez que possui reconhecida capacitação técnica e potencial competitivo.

Em razão dos desequilíbrios contratuais, decorrentes dos aumentos **excepcionais** dos preços dos principais insumos que utiliza, incorreu em elevados prejuízos, nos anos de 2021 e 2022.

Os prejuízos elevados acarretaram desencaixes constantes, gerando despesas financeiras incompatíveis com sua capacidade de gerar lucros, em tais magnitude.

A necessidade de financiar os desequilíbrios contratuais, para manter a execução das obras contratadas, fez com que fosse obrigada a contratar empréstimos bancários. Em pouco meses, passou a fazer novos empréstimos para saldar os antigos, em verdadeira ciranda financeira.

A partir de novas condições de pagamento das dívidas bancárias, com maiores prazos para amortização, menores encargos financeiros e um período razoável de carência, a empresa adquirirá capacidade para formar capital de giro condizente com as necessidades de financiar, com recursos próprios, todo o seu ciclo operacional, garantindo, desta maneira, sua sustentabilidade financeira.



Com os benefícios advindos da Lei 11.101/2005, conjugados com a implementação do planejamento econômico-financeiro proposto, a empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., adquirirá capacidade de pagamento condizente com as necessidades de amortização de seu endividamento, garantindo sua sustentabilidade financeira.

A preservação da empresa propiciará novas contratações de trabalhadores, cujas remunerações mensais contribuirão diretamente com a manutenção de várias famílias. A manutenção da empresa contribuirá com o desenvolvimento dos municípios da região onde está instalada, com a geração de emprego, renda e impostos.

No planejamento proposto a empresa alcançará crescimento médio anual de **3,0%**, o que lhe permitirá gerar novos empregos, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social da região em que está inserida.



I - HISTÓRICO

2.1. Histórico

A Empresa foi constituída no ano de 2002, por iniciativa dos irmãos Jorge Teixeira e Antônio Vanderlei Teixeira, tendo como razão social a denominação de JORGE TEIXEIRA & TEIXEIRA LTDA. Desde a sua fundação se propôs a alcançar objetivos audaciosos, como a prestação de serviços de pavimentação poliédrica e asfáltica, serviços de terraplanagem, construção de rodovias e construção de galerias fluviais e viadutos.

Nos primeiros anos em operação, em razão das limitações iniciais decorrentes da restrição de capital e capacitação técnica, fez com que os sócios fundadores concentrassem seus esforços na oferta de atividades compatíveis com sua estrutura operacional, executando pequenos serviços de terraplanagem, cascalhamento de estradas rurais, limpezas de terrenos urbanos, entre outros.

A oportunidade de alcançar os objetivos propostos inicialmente surgiu no ano de 2010, com o ingresso na sociedade do engenheiro civil Felipe Cortese Varisco, que melhorou de forma substancial a capacitação técnica da empresa.

Também, nesta oportunidade, ingressam outros sócios, que fizeram importantes aportes de capital, permitindo que a sociedade ampliasse, não apenas oferta de novos serviços, mas, sobretudo, sua escala de operação. Com a nova composição societária, sua denominação social passou para Caravaggio Construtora Ltda.

Com esta nova perspectiva, surgiram novas oportunidades de negócios. A capacitação técnica da empresa foi se consolidando a cada ano, permitindo a ampliação de seu portfólio e a conquista novos clientes.

O novo patamar de atuação da empresa exigia capital giro significativo, o que fez com que os sócios elevassem de forma substancial o seu capital social no ano de 2016, elevando o capital integralizado para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).



A partir deste ano inicia-se a terceira fase de crescimento da empresa. Com expressivos investimentos em máquinas pesadas e equipamentos, sobretudo com a aquisição e instalação de três usinas de asfalto, a qualificou para atuar em mercados compartilhados pelas principais empresas de pavimentação e de obras infraestrutura pesadas, no estado do Paraná.

A primeira usina de asfalto adquirida pela empresa foi instalada na cidade de Assis Chateaubriand onde trabalhou durante 5 anos prestando serviços na região, a segunda aquisição foi em 2019 para execução de contratos vultuosos que foram realizados com município de Curitiba e a terceira Usina foi comprada em 2021 para realização dos serviços de conservação de rodovia contratados pela concessionária de pedágio Viapar, após estes serviços terem sido concluídos esta usina foi transferida, em 2022, para a cidade de Curitiba, onde executaria novos contratos, que, entretanto, não foram realizados, em razão das rescisões dos mesmos, por parte da Prefeitura de Curitiba.



Figura nº 05 – Usina de Asfalto - Maripá-PR
FONTE: Acervo da Empresa.





Figura nº 06 – Usina de Asfalto - Apucarana
FONTE: Acervo da Empresa.



Figura nº 07 – Usina de Asfalto – Piraquara
FONTE: Acervo da Empresa.





Figura nº 08 - Usina De Solos – Mauá da Serra-Pr.
FONTE: Acervo da Empresa.

Nesta fase também ocorreram vultuosos investimentos com a aquisição de máquinas pesadas.



Figura nº 09 – Execução do serviço de reciclagem em rua de Curitiba.
FONTE: Acervo da Empresa.





Figura nº 10 – Execução de pavimentação asfáltica em rua de Curitiba.

FONTE: Acervo da Empresa.



Figura nº 11 – Execução serviço de fresagem em rua de Curitiba.

FONTE: Acervo da Empresa.

Os reflexos destes investimentos na melhoria da qualificação técnica e operacional da empresa, repercutiram diretamente no volume de obras contratadas e executadas.

Entre 2018 e 2021 foram executadas aproximadamente vinte obras de engenharia, infraestrutura e pavimentação, dentre as quais se destacam:



- ✓ Concessionária Viapar - pavimento de diversos trechos das rodovias PR-444, PR-986 e BR-369, localizada no estado do Paraná;
- ✓ Prefeitura do Município de Curitiba - reciclagem de pavimento asfáltico;
- ✓ Prefeitura do Município de Araucária – pavimentação asfáltica Trecho 05 Tietê – 25.193m²;
- ✓ Prefeitura do Município de Araucária – pavimentação asfáltica da Estrada Lagoa Grande, Catanduvras do Sul – Araucária – 27.745 m²;
- ✓ Departamento de Estrada e Rodagem – DRE/PR - Implantação de Viaduto em Santa Terezinha do Itaipu – BR 277 – Km 709 – 1,2 Km de extensão;
- ✓ Prefeitura do Município de Curitiba – Fresagem e Recape – Lote 03 -10.390 m² e 26.000 toneladas de CBUQ;
- ✓ Prefeitura do Município de Curitiba – Fresagem e Recape – Lote 01 -11.370 m² e 28.000 toneladas de CBUQ;
- ✓ Prefeitura do Município de Tupassi - pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município – 56.142m².
- ✓ Prefeitura do Município de Nova Santa Rosa (PR) - pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município – 46.253m².
- ✓ Prefeitura do Município de Curitiba - fresagem e aplicação de CBUQ – 15.000 m³ e 34.000 toneladas de CBUQ;





Figura nº 12 – Implantação do Viaduto em Santa Terezinha do Itaipu – BR 277 – Km 709.

FONTE: Acervo da Empresa.



Figura nº 13 – Pavimentação de trechos das Rodovias BR-369.

FONTE: Acervo da Empresa.

A execução deste conjunto de obras fez com que o faturamento bruto da empresa apresentasse crescimento vertiginoso entre 2018 e 2020, conforme pode ser visto na Figura nº 14.



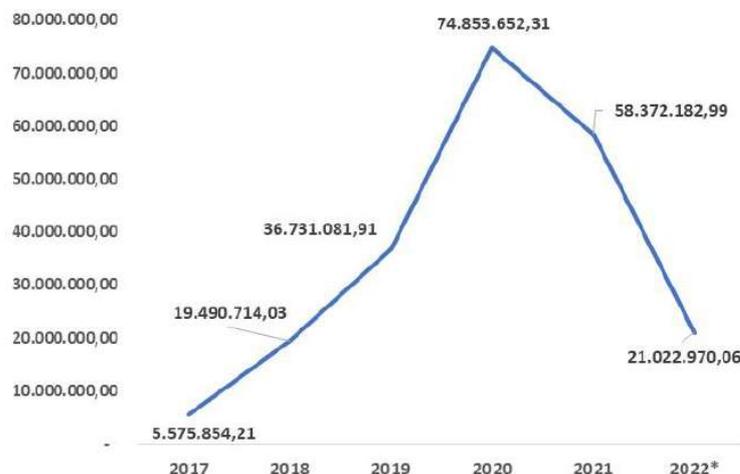


Figura nº 14 – Faturamento 2017-2022.

(*) Dados Provisórios

FONTE: Elaborado pelo Autor, a partir de informações Contábeis.

De um faturamento total de pouco mais de R\$ 5,5 milhões em 2017, alcançou a cifra de R\$ 74,8 milhões no ano de 2020 (Figura nº 14).

Este longo ciclo de sucesso e crescimento foi interrompido a partir do ano de 2021. A elevada concentração de sua carteira de prestação de serviços em obras de pavimentação, as quais são contratadas a preços fixos, para execução em vários meses, ocasionou grave comprometimento à sua lucratividade, em razão da forte elevação do preço de seu principal insumo, o “Cimento Asfáltico do Petróleo (CAP)”.

A escalada de altas dos preços deste insumo foi algo excepcional e sem precedentes. O preço médio da tonelada deste produto que em 2017 que era de R\$1.700,00, saltou para R\$ 3.300,00 em 2018, e, no início de 2022, subiu para algo em torno de R\$ 6.000,00.

Além deste insumo, outros também apresentaram forte elevação de preços no período, como o óleo diesel, cujos preços se elevaram de R\$ 2,20 o litro, em 2018, para R\$ 7,00, em 2022.



Sem poder contar com a sensibilidade e o bom senso dos contratantes, para restabelecer o justo reequilíbrio contratual, a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para cumprir os contratos, mesmo arcando com elevados prejuízos que comprometeriam sua sustentabilidade econômica e financeira.

A tentativa de honrar todos os contratos fez com que a empresa incorresse em elevadíssimo prejuízo, que no ano de 2021 que alcançou a importância de **R\$ 40.226.356,61**, valor que correspondeu a **73,4%** de sua Receita Operacional Líquida.

A gravidade da situação pode ser mais bem avaliada, quando se constata que o faturamento total do ano de 2021, não foi suficiente para cobrir, sequer, os custos direto de produção.

Mesmo diante do gravíssimo desequilíbrio contratual, contingência burocráticas e legais, impediram a revisão dos preços contratados de forma amigável. Tal circunstância obrigou a empresa, no ano de 2022, a paralisar todos os contratos em execução.

Apesar de todas estas adversidades, a empresa buscou manter-se em operação, respaldada por sua consistente infraestrutura operacional e amplo acervo técnico, acumulado ao longo dos anos.

Em 2022 participou de concorrência pública junto a Prefeitura do Município de Curitiba, para a realização de obras de pavimentação asfáltica, em edital que somava a importância de R\$ 93 milhões. Mesmo logrando-se vencedora do certame, a Prefeitura rescindiu o contrato, ao impor exigências que eram impossíveis serem atendidas.

Agora, no de 2023, a empresa empreende esforços para enfrentar uma nova fase de sua história, que consiste em sua recuperação econômica e financeira.



Mesmo diante do cenário de curto prazo desfavorável, a apresenta possui capacitação técnica, operacional, gerencial e suporte de infraestrutura, que lhe possibilita superar suas dificuldades, desde que consiga prazos e condições mais adequadas para saldar todo o seu endividamento.

Em um cenário de médio e longo prazo, com a retomada do crescimento da economia nacional, o setor de construção civil é o primeiro que responde aos efeitos positivos da economia. Tal perspectiva gera um ambiente promissor para o futuro da empresa.

2.2. Constituição de Capital Social

Atualmente o capital social global da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. corresponde ao valor monetário de **R\$ 12.000.000,00**, representado por 12.000.000 (doze milhões) cotas partes.

O quadro societário é composto quatro sócios, todos qualificados como sócios-administradores. A composição do capital social está demonstrada na Tabela nº 03.

TABELA Nº 03

CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.

Sócios	COTAS	R\$	%
Felipe Cortese Varisco	9.360.000	9.360.000,00	78,0%
Jorge Teixeira	1.080.000	1.080.000,00	9,0%
Antônio Vanderlei Teixeira	1.080.000	1.080.000,00	9,0%
Marco Eduardo Lorini Varisco	480.000	480.000,00	4,0%
TOTAL	12.000.000	12.000.000,00	100,0%

FONTE: Alteração e Consolidação do Contrato Social nº 08 e Livros Diário/Razão de Registros Contábeis da Empresa.



III – DIAGNÓSTICO ECONÔMICO, FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL



3.1 Visão Geral

Atualmente empresa **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.**, apresenta uma situação contingência econômica e insustentabilidade financeira

Os problemas de natureza econômica tiveram como principal causa a forte e **excepcional** elevação dos preços dos equipamentos, materiais e insumos do setor da construção civil e a impossibilidade de repassar estes aumentos aos preços fixados em contratos.

O brutal descasamento entre os desembolsos com os custos de produção e os recebimentos obtidos com os serviços prestados, comprometeram sua lucratividade. Chegando ao ponto em que, as receitas provenientes dos faturamentos, sequer cobriam os custos diretos.

Apesar do caráter de **excepcionalidade** com que ocorreram os aumentos dos preços dos equipamentos, materiais e insumos utilizados pela empresa, os contratantes agiram de forma a não permitir os reequilíbrios dos contratos.

Em relação a insustentabilidade financeira esta teve como causa a conjugação de eventos, como: **i)** elevados investimentos em estrutura física, com recursos de bancários; **ii)** aumento crescente do endividamento, com a rolagem constante da dívida; **iii)** encargos financeiros elevados; **iv)** desequilíbrios recorrentes do fluxo de caixa; **v)** contingenciamento de créditos bancários para concessão de novos créditos; **vi)** elevada concentração de tomadas de decisão em um único gestor; entre outros de menor relevância.

A trajetória de crescimento e crise da Recuperanda é caracterizada por quatro fases bastante distintas.

A primeira, que vai desde o início de suas atividades em 2002 até o ano de 2010. Neste período atuou como empresa eminentemente familiar, com



pequena capacidade operacional e reduzida possibilidade de diversificação de oferta de serviços.

A segunda, entre os anos de 2010 e 2016, é caracterizada por ampla reestruturação da empresa. Ingressam novos sócios e a gestão passa a ser exercida por profissional com formação técnica na área. Nesta fase ocorre consistente acumulação de acervo técnico e avanços importantes em sua estrutura física operacional.

A terceira, entre os anos de 2017 e 2020, tem como principal característica o crescimento vertiginoso de seu faturamento e sua lucratividade. Com capacidade técnica e estrutura operacional consolidada e apta para desenvolver grande obras de pavimentação asfáltica e infraestrutura pesada, passa a atuar de forma competitiva em todas as regiões do estado do Paraná e no estado do Mato Grosso do Sul.

A quarta, inicia no ano de 2021, caracterizada pela crise decorrente do acúmulo de elevados prejuízos e o crescimento do endividamento. Na tentativa de manter a execução das obras contratadas, mesmo em uma situação de total desequilíbrio contratual, comprometeu todos os resultados alcançados anteriormente. Estes esforços impuseram forte contingência econômica, insustentabilidade financeira e limitação operacional à empresa.

O início da superação da crise, a partir do ano de 2023 marcará uma nova fase, que será consolidada através dos benefícios que advirão do processo de recuperação judicial, cujos efeitos emanados da Lei 11.101/2005, assegurarão sua preservação.



ASPECTOS FINANCEIROS

3.2 Endividamento

Dentre os problemas detectados na empresa, o de maior comprometimento, no curto e médio prazo, é o seu elevado endividamento, que soma o montante de **R\$ 42.428.083,20** (Tabela nº 04).

Além de elevadas, as dívidas da empresa são de médio e curto prazo - a maioria já está vencida. Tal quadro é agravado pelos elevados encargos financeiro incidente sobre o montante da dívida.

Operando em condições de instabilidade financeira, a Recuperanda passou a financiar seus desencaixes através da suspensão do pagamento de alguns compromissos, especialmente, junto aos fornecedores e instituições financeiras. Nos momentos de graves desencaixes, suspendeu os pagamentos de imposto e contribuições sociais. E, por último, com o agravamento da insuficiência do fluxo de caixa, suspendeu o pagamento algumas verbas de natureza trabalhista.

3.2.1 Perfil do Endividamento.

O endividamento total da Recuperanda alcança a cifra de **R\$ R\$ 42.428.083,20**, junto a **317** credores. A maior parte da dívida total da empresa se refere a compromissos vencidos.

Os créditos concursais, ou seja, aqueles que submetem aos efeitos da Lei 11.101/2005, somam a importância de **R\$ 36.263.982,38**, que representa **85,5%** do endividamento total, enquanto os créditos não concursais, principalmente, os referentes a créditos amparados por garantias fiduciárias, os de natureza tributária e o provisionamento para pagamento de ações trabalhistas, representam os outros **14,6%** (Tabela nº 04)



Os créditos amparados por direitos e garantias reais (Classe II) representam **2,4%** do endividamento total, alcançando a cifra de **R\$ 856.156,55**, que representam **2,0%** dos créditos concursais. (Tabela nº 04).

TABELA Nº 04
PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

CLASSES	CREDORES	CRÉDITOS	Part.% R. J	Part.% Total
CRÉDITOS CONCURSAIS – Submetidos à R. J	278	36.263.982,38	100,0%	85,5%
Classe I – Credores Trabalhistas	4	12.196,50	0,03%	0,03%
Créditos até 05 Salários-Mínimos	4	12.196,50	0,03%	0,03%
Créditos acima de 05 Salários-Mínimos	0	0,00	0,0%	0,0%
Classe II – Credores c/ Direitos Reais e Garantias	2	856.156,55	2,4%	2,0%
Instituições Financeiras	2	856.156,55	2,4%	2,0%
Classe III – Credores Quirografários - Geral	108	34.009.995,47	93,8%	80,2%
Instituições Financeiras	6	31.670.702,95	87,3%	74,6%
Médias e Grandes Empresas	102	2.339.292,52	6,5%	5,5%
Classe IV – Credores Quirografários – Privilégio Especial	164	1.385.633,86	3,8%	3,3%
Empresas EPP, EIRELI, MEI	164	1.385.633,86	3,8%	3,3%
CRÉDITOS NÃO CONCURSAIS – Não sujeitos a R. J	5	3.119.262,12		7,4%
Credores Tributários	1	1.483.537,47		3,5%
Receita Federal do Brasil	1	1.483.537,47		3,5%
Credores com Garantias Fiduciárias	4	1.635.724,65		3,9%
PROVISIONAMENTOS - AÇÕES TRABALHISTAS		3.044.838,70		
Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida - Artigo 6º §§ 1 a 5 da Lei 11.101/2005.	34	3.044.838,70		7,2%
TOTAL	317	42.428.083,20	100,0%	100,0%

FONTE: Elaborado pelo Autor, a partir dos registros contábeis, extratos bancários e Relatório Sisbacen (www.bcb.gov.br).

Para credores, cujos créditos não estão amparados por garantias reais, portanto, de natureza quirografária (Classe III), a Recuperanda deve **R\$ 34.009.995,47**, que corresponde a maior parcela da dívida total, representando **93,8%** das dívidas concursais. Deste montante, **R\$ 31.670.702,95 (87,3%)** se refere a dívidas contraídas junto ao sistema financeiro, enquanto os outros **R\$ 2.339.292,52 (6,5%)**, se referem a pagamentos não efetuados, junto aos fornecedores e prestadores de serviços. (Tabela nº 04)



A Recuperanda possui dívidas junto a 164 empresas de pequeno porte – EPP, MEI, EIRELI (Classe IV), que somam a importância de **R\$ 1.385.633,86**, que representam **3,5%** dos créditos concursais (Tabela nº 04).

Dentre os créditos não concursais, ou seja, aqueles que não se submetem aos efeitos da Lei 11.101/2005, destaca-se as dívidas decorrentes de financiamentos e leasing de veículos, junto a 04 instituições financeiras, que somam a importância de **R\$ 1.635.724,65**, e representam **3,9%** do endividamento total da empresa (Tabela nº 04).

Para a Receita Federal do Brasil as dívidas da empresa alcançam a cifra de **R\$ 1.483.537,47** e representam **3,5%** do total do endividamento.

Além das dívidas que possuem natureza líquida e certa, a empresa possui demandas de valores correspondentes a pleitos em ações trabalhistas cujo montante pleiteado é de **R\$ 3.044.838,70**, que representa **7,2%** da dívida total.

3.2.1.1 Créditos Trabalhistas.

A empresa possui dívidas trabalhistas referente a verba de natureza salarial por serviços prestados, com vínculo empregatícios, no último trimestre, com **04** funcionários, num total de **R\$ 12.196,50**.

3.2.1.2 Empresas de Médio e Grande Porte (Privilegio Geral).

A Recuperanda deve para **102** empresas de médio ou grande porte, referente a compra de materiais, insumos e serviços prestados, cujos pagamentos não foram efetuados nas datas previstas, um montante correspondente a **R\$**



2.339.292,52. Este montante representa **5,5%** do total do endividamento da empresa. (Tabela nº 04)

3.2.1.3 Empresas de Pequeno Porte – EPP (Privilégio Especial).

Para empresas de pequeno porte (EPP – EIRELI - MEI), amparadas pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, que forneceram insumos ou prestaram serviços à Recuperanda, a dívida é de **R\$ 1.385.633,86**, junto a **164** fornecedores e prestadores de serviços.

3.2.1.4 Instituições Financeiras

Para 06 (seis) instituições financeiras a empresa deve um montante de **R\$ 32.526.859,50**, distribuídos conforme a natureza da contratação do crédito, da seguinte forma:

➤ <i>Garantias Reais</i>	R\$	856.156,55
➤ <i>Quirografários</i>	R\$	31.670.702,95

3.2.1.5 Tributos e Contribuições Sociais

A empresa Construtora Caravaggio Ltda., possui valores em atraso, pelo não recolhimento nas datas de vencimentos, tributos e contribuições sociais num montante igual a **R\$ 1.483.537,47**.

Todo o débito tributário se refere a imposto e contribuições arrecadados no âmbito da Receita Federal do Brasil.



ASPECTOS ECONÔMICOS

3.3. Avaliação do Desempenho Econômico-Operacional

A avaliação econômico-operacional foi realizada a partir das informações registradas nos livros contábeis da empresa (Livros Diário e Razão), Balanços Patrimoniais, Balancetes e Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE, cuja responsabilidade pelas informações são do Escritório de Contabilidade que presta serviço à empresa.

O período avaliado compreendeu o desempenho econômico e operacional da empresa entre os anos de 2019 a 2022. Ressalva-se, contudo que as informações contábeis referentes ao último ano, são de caráter provisórias, pois estarão sujeitas a revisão.

3.3.1 Desempenho da Receita Operacional.

O desempenho da Receita Operacional da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., no período compreendido entre os anos de 2019 e 2022, pode ser avaliado a partir das informações contidas na Tabela nº 05.

TABELA Nº 05
DESEMPENHO DA RECEITA OPERACIONAL 2019/2022(*)

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	2021	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36.731.081,91	74.853.652,31	58.372.182,99	21.022.970,06
(-) Deduções (Impostos Indiretos)	-1.758.039,42	-3.178.813,55	-2.693.141,70	-1.153.807,93
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	34.973.042,49	71.674.838,76	55.679.041,29	19.869.162,13
Média mensal ROL	2.914.420,21	5.972.903,23	4.639.920,11	1.655.763,51
Varição Média Mensal		104,9%	-22,3%	-64,3%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

A análise do desempenho das Receitas Operacionais da empresa, mostra que no de 2020 foi alcançado o melhor desempenho de sua história. As vendas



totais alcançaram a cifra de **R\$ 74.853.652,31**, com variação nominal positiva, das Receitas Operacionais Líquidas (ROL), de **104,9%**, em relação ao ano anterior (Tabela nº 05).

Entretanto, a análise do desempenho das vendas da empresa nos dois últimos anos do período analisado, mostra queda significativa no faturamento total.

No ano 2021 as Receitas Operacionais Líquidas (ROL) foram **-22,3%**, inferiores às verificadas em 2020. Em 2022 a retração foi ainda mais significativa com queda de **-64,3%**, em relação ao ano anterior. Neste ano a ROL somou a importância de apenas **R\$ 19.869.162,13** (Figura nº 15).

Tal performance negativo teve como principal causa a forte elevação dos preços dos principais insumos utilizados na prestação serviços realizados pela empresa e a impossibilidade de repassar a brutal elevação de seus custos de preços aos preços, que estavam fixados em contratos.

Tal circunstância fez com a maioria dos contratos que executava se tornassem inviáveis economicamente. Os custos direto de produção passaram a exceder as receitas provenientes dos serviços prestados, tonando a empresa insolvente junto a seus fornecedores e bancos.

Sem condições de manter o equilíbrio de seu fluxo de caixa, e as dificuldades para a obtenção de novos créditos juntos as instituições financeiras, a empresa viu forçada a suspender a execução dos contratos.

A figura abaixo permite visualizar todas as oscilações que ocorreram no desempenho das vendas da empresa, no período analisado.





(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 15 Receita Operacional Líquida – (Média Mensal).

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de informações prestadas pelo Escritório responsável pela contabilidade da empresa.

3.3.1.1 - Composição da Receita Operacional.

A empresa possui capacitação técnica e infraestrutura física constituída por equipamentos, máquinas e veículos pesados, que lhe possibilita ofertar uma ampla gama de serviços de pavimentação e infraestrutura pesada.

A avaliação da composição das vendas da empresa, no período analisado, mostra que a construção de obras, onde são classificados os serviços de pavimentação asfáltica e infraestrutura pesadas, são os itens que mais contribuíram para o seu faturamento entre 2019 e 2022, conforme demonstrado na Tabela nº 06.



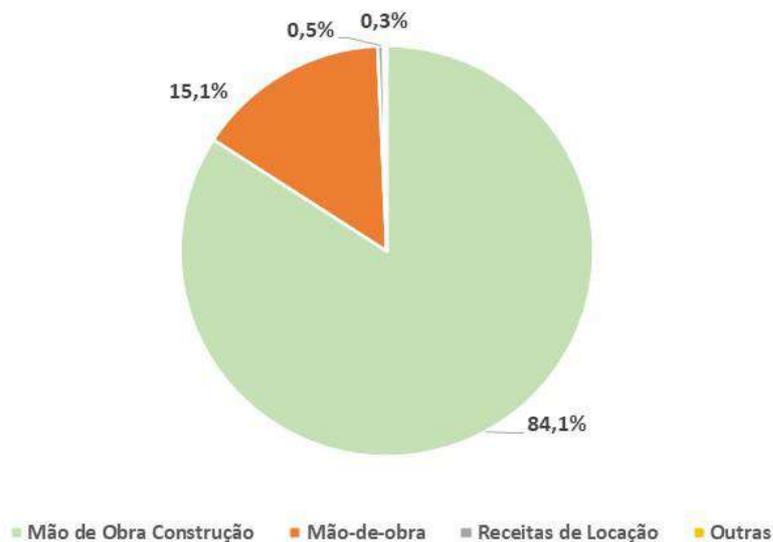
TABELA Nº 06
DESEMPENHO DA RECEITA OPERACIONAL 2019/2022^(*)

Serviços e Bens	2019	2020	2021	2022
Mão de Obra Construção	30.908.124,97	74.369.399,18	58.330.487,66	18.449.217,21
Mão-de-obra	5.561.423,50	25.253,13	-	-
Receitas de Locação	166.643,44	-	41.695,33	337.052,85
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	459.000,00	-	2.236.700,00
Outras	94.890,00	-	-	-
TOTAL	36.726.081,91	74.853.652,31	58.372.182,99	21.022.970,06

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No ano de 2019 as receitas provenientes de mão de obra de construção de infraestrutura pesada e pavimentação asfáltica somaram a importância de R\$ **30.908.124,97** (Tabela nº 06), representando **84,1%**, das receitas totais, conforme pode ser visualizado na figura abaixo.



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

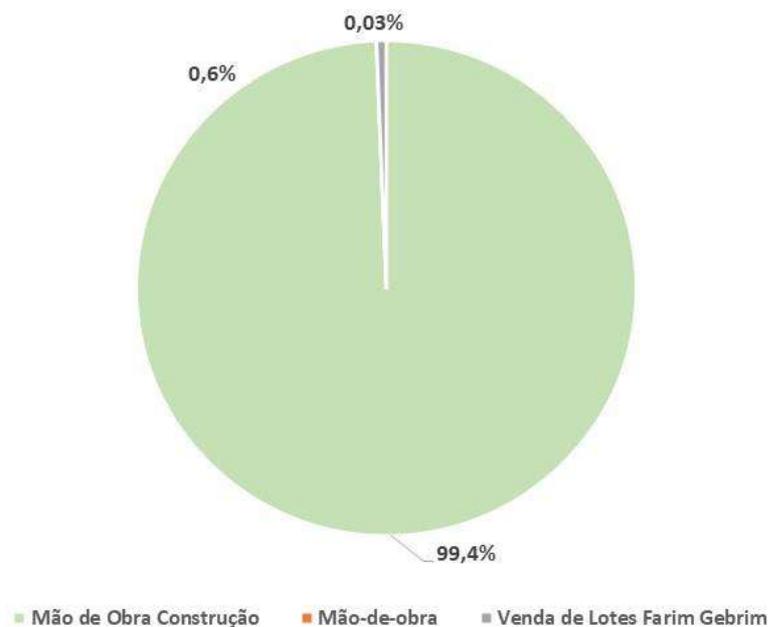
Figura nº 16 - Composição da Receita Operacional (2019).

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



As receitas provenientes de prestação de serviços nas demais obras executadas pela empresa alcançaram a importância de **R\$ 5.561.423,50** (Tabela nº 06), representando **15,1%** do faturamento total (Figura nº 16).

No ano de 2020 a composição das receitas operacionais da empresa se altera de forma significativa. Quase que a totalidade da prestação de serviços realizados foram de construção de infraestrutura pesada e pavimentação, cujo faturamento somou a importância de **R\$ 74.369.399,18** (Tabela nº 06), representando **99,4%** do total das entradas do ano (Figura nº 17).



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 17 - Composição da Receita Operacional (2020).

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No ano de 2021, impactada pela forte elevação dos preços dos principais insumos que utiliza, principalmente do Cimento Asfáltico de Petróleo (ACP), óleo



diesel e vergalhões de ferro, a empresa foi forçada a suspender a execução de vários contratos, o que ocasionou forte queda em seu faturamento.

Como havia concentrado toda sua prestação de serviços na construção de infraestrutura pesada e pavimentação asfáltica, a composição da composição de seu faturamento não alterou em relação ao ano anterior. Estes serviços foram responsáveis por **98,4%** do faturamento total da empresa, em 2021 (Figura nº 18).



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 18 - Composição da Receita Operacional (2021).

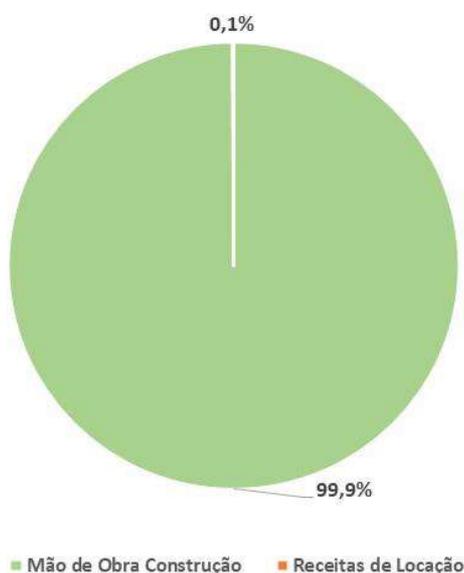
FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No de 2022, com boa parte de sua estrutura operacional paralisada em razão da suspensão dos contratos, surgiu a oportunidade de locação de máquinas e equipamentos, o que propiciou uma nova alternativa de receita para a empresa.

Também foram retomados os esforços para as vendas de terrenos no Loteamento Faris Gebrim, na cidade de Apucarana.



Neste último anos (2022) a composição das receitas operacionais da empresa apresentou uma nova configuração, com a participação relativas das obras de construção de infraestrutura pesada chegando a **99,9%**, e as vendas de lotes contribuindo com **01%** do faturamento total da empresa neste ano (Figura nº 19).



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 19 - Composição da Receita Operacional (2021).

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

Para o ano de 2023 as perspectivas são para aumento significativo das receitas provenientes da locação de máquinas e equipamentos e das vendas de terrenos em loteamento da empresa.



3.3.2 Custos e Despesas.

A empresa dispõe de mecanismos e ferramentas gerenciais, que lhe permita apurar com precisão seus custos de operacionais, o que lhe proporcionar bom margem de segurança para definir preços competitivos nos certames licitatórios em que participa.

Tal eficiência administrativa reduz riscos comerciais, uma vez que opera em mercado caracterizado forte disputada concorrência, onde a principal arma de competição é menor preço.

3.3.2.1 Custos de Produção

Os Custos de produção são determinados pelos desembolsos efetuados com a aquisição de insumos diretos, mão de obra direta, materiais diversos utilizados na prestação de serviços e demais gastos incorridos diretamente no processo de produção.

Para esta avaliação foram considerados os valores nominais referentes ao período compreendido entre os anos de 2019 e 2022.

A partir dos dados contidos na Tabela nº 07 é possível avaliar a participação relativa dos custos de produção, nas Receitas Operacionais Líquidas (ROL).

TABELA Nº 07
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO
NA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL) – 2019/2022^(*)

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	2021	2022 ^(*)
Receita Operacional Líquida	34.973.042,49	71.674.838,76	55.679.041,29	19.869.162,13
Custos de Produção	18.683.665,22	33.860.162,30	62.797.916,54	13.870.998,10
Participação Relativa na ROL	53,4%	47,2%	112,8%	69,8%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

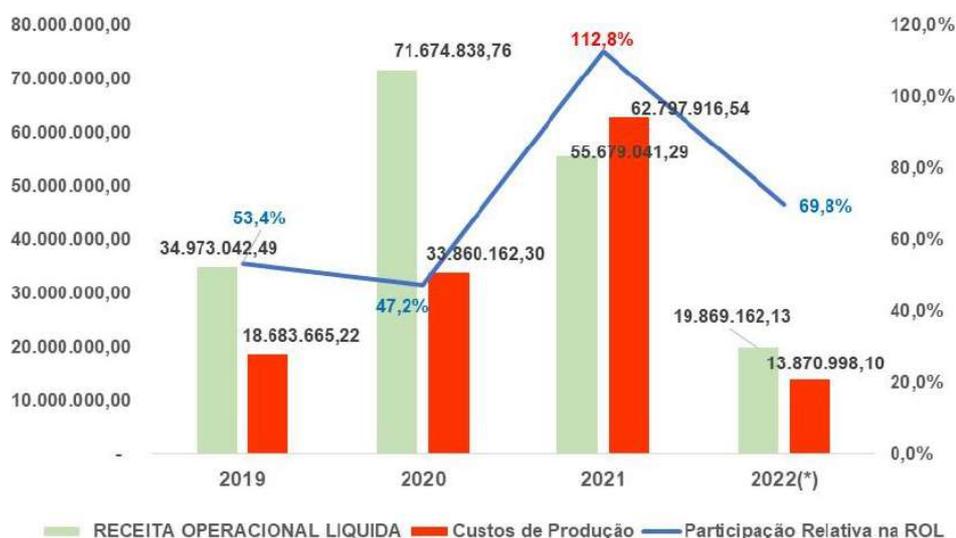


Constata-se que nos dois primeiros anos analisados a empresa conseguia operar com boa margem operacional, pois os seus custos direto de produção ficaram abaixo de 60%.

No ano de 2019, os custos de produção absorveram apenas **53,4%** da Receita Operacional Líquida, proporcionando expressiva margem operacional para a cobertura das despesas administrativas, financeiras e tributárias, e, ainda, obter resultado operacional líquido positivo (Tabela nº 07).

No ano de 2020 a empresa alcança o seu melhor desempenho operacional. Os custos direto de produção absorveram tão somente **47,2%** da Receita Operacional Líquida (Tabela nº 07), proporcionando excelente margem operacional para obtenção de lucros líquidos operacionais.

A situação se altera drasticamente no ano de 2021, como pode ser observado na figura abaixo.



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 20 – Participação Relativa dos Custos de Produção na ROL.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



No ano de 2021 os custos direto de produção superaram as receitas líquidas obtidas com os serviços prestados. Em linguagem mais simples, *representa que a empresa passou a pagar para produzir.*

Para um total arrecado de **R\$ 55.679.041,29**, foram desembolsados com a aquisição de insumos, mão de obra e demais materiais **R\$ 62.797.916,54**. Ou seja, os custos de produção foram 112,8% superiores as receitas líquidas obtidas (Tabela nº 07).

No ano de 2022, com a suspensão da execução dos contratos que apresentavam preços totalmente desequilibrados em relação aos preços contratos, uma vez que se encontravam em patamares inferiores aos custos de produção, a empresa consegue melhor sua performance operacional.

Neste ano de 2022 os custos direto de produção representaram **69,8%** das Receitas Operacionais Líquidas (Tabela nº 07). Contribuíram para a melhora do desempenho a comercialização de terrenos em loteamento de propriedade da Recuperanda.

3.3.3 Margem Operacional Bruta

Ao deduzir da receita operacional líquida o montante correspondente aos custos direto de produção, se obtém o Lucro Operacional Bruto. Tal resultado deve apresentar valor que seja suficiente para cobrir todas as demais despesas operacionais e não operacionais, bem como propiciar um saldo positivo que representará o lucro líquido das empresas.

A relação entre o Lucro Operacional Bruto e a Receita Operacional resulta na Margem Operacional Bruta. A tabela nº 08 apresenta o comportamento deste indicador para o período entre os anos 2019 e 2022.



As margens operacionais brutas de **46,58% e 52,76%**, obtidas nos anos de 2019 e 2020, podem ser avaliadas como excelentes, haja vista ambiente de acirrada concorrência entre as demais empresas, que atuam no mesmo mercado da empresa.

Os lucros operacionais brutos apurados, nestes dois anos, nos montantes de **R\$ 16.289.377,27**, em 2019 e **R\$ 37.814.676,46**, em 2020 (Tabela nº 08), propiciaram volume de recursos financeiros suficientes para cobrir todas as demais despesas operacionais e não operacionais, bem como a obtenção de lucro operacional líquido.

TABELA Nº 08
MARGEM OPERACIONAL BRUTA

DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	2021	2022(*)
DISCRIMINAÇÃO	2019	2020	2021	2022(*)
Receita Operacional Líquida	34.973.042,49	71.674.838,76	55.679.041,29	19.869.162,13
(-) Custo De Fabricação	18.683.665,22	33.860.162,30	62.797.916,54	13.870.998,10
Lucro Operacional Bruto	16.289.377,27	37.814.676,46	-7.118.875,25	5.998.164,03
Margem Operacional Bruta	46,58%	52,76%	-12,79%	30,19%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

Entretanto, a situação do ano de 2021 foi muito diferente. A empresa obteve, neste ano, uma margem operacional bruta negativa de **-12,79%**, indicando que os custos de produção foram superiores às Receitas Operacionais Líquidas (Tabelas nºs 07 e 08).

No de 2022, apesar da sensível melhora em relação ao ano de 2021, a performance obtida para este indicador de **30,19%**, pode ser considerada apenas razoável, haja a magnitudes das despesas operacionais, sobretudo, as financeiras.

A expectativa é que a margem operacional bruta apresente sensível melhora, nos próximos anos, com o aumento relativo da participação de outros



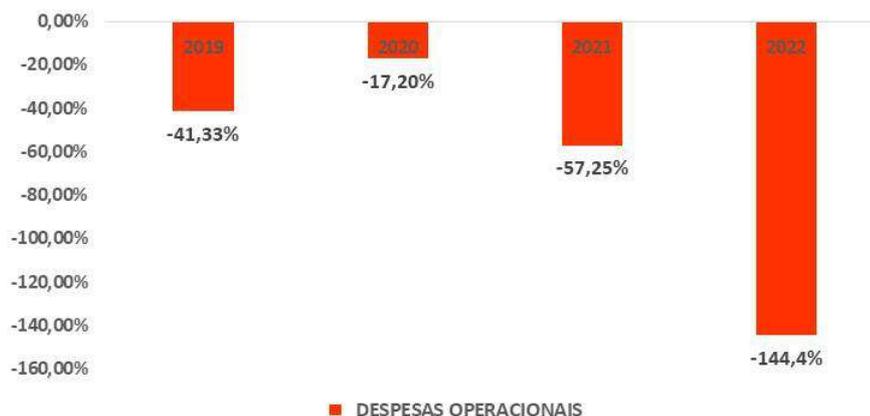
componentes do faturamento total, como as vendas de terrenos e locação de máquinas e equipamentos.

3.3.4 – Despesas Operacionais

As despesas operacionais representam os desembolsos com os pagamentos de bens e serviços necessários à manutenção da estrutura operacional. Em geral, não estão diretamente relacionadas ao volume de produção ou vendas, ou seja, são relativamente fixas.

De tal forma, se há aumento da produção/receita a sua participação relativa no ROL, tende a reduzir. Ao contrário, quando ocorrem reduções na produção/receita, este indicador se eleva.

A figura nº 21 mostra o comportamento destes gastos, em relação a receita operacional líquida, ao longo de todo o período analisado.



(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

Figura nº 21 – Participação Relativa das Despesas Operacionais na ROL.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



Constata-se que no ano de 2020, a participação relativa das Despesas Operacionais na ROL, caiu de forma acentuada, passando de **41,33%** em 2019 para **17,20%**. Isto representa o ganho de escala, decorrente de se obter uma produção/receita maior, com os mesmos gastos estruturais.

No ano de 2022 verificamos uma situação inversa. Com a expressiva queda na produção/receita, ocorre expressivo aumento do comprometimento das Receitas Operacional Líquidas com os gastos com as despesas operacionais. Esta relação alcance a incrível marca de **144,4%** (Figura nº 21)

As despesas operacionais estão distribuídas em três categorias: Administrativas, financeira e Tributária, conforme pode ser constatado na Tabela nº 09.

A análise das suas performances também será realizada a partir do nível de comprometimento relativo das receitas operacionais líquida, com o pagamento de cada uma delas.

Conforme informações contidas na Tabela nº 09, as despesas administrativas são as que geram maior comprometimento da receita operacional líquida. Em média, no período analisada, elas foram responsáveis pelo comprometimento de **51,17%** da ROL.

No ano de 2021, o de melhor performance operacional, as despesas administrativas comprometeram apenas **12,05%** da ROL. Tal desempenho pode ser considerado de expressiva eficiência econômica.



TABELA Nº 09
PARTICIPAÇÃO RELATIVAS DOS GRUPOS DE DESPESAS OPERACIONAIS
NA ROL.

GRUPOS DE DESPESAS	2019	2020	2021	2022	Média
Despesas Administrativas	33,57%	12,05%	50,4%	108,65%	51,17%
Despesas Tributárias	0,34%	0,17%	0,2%	0,81%	0,38%
Despesas Financeiras	7,2%	4,8%	6,3%	18,6%	9,2%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

As despesas financeiras, considerando apenas os juros pagos, também foram responsáveis pelo comprometimento de parcela significativa da ROL. No ano 2022 os gastos com estas despesas alcançaram a cifra de **18,6%** da Receita Operacional Líquida.

Na média do período analisado, o comprometimento da ROL, com os pagamentos de juros, foi de **9,2%**. Índice bastante deficiente, quando comparado aos indicadores de referências, que sinalizam nível inferiores a **2,0%** (Tabela nº 09).

3.3.5 Resultado Operacional Líquido.

As informações contidas na tabela nº 10 mostram o desempenho do resultado operacional líquido (lucro líquido) da empresa, durante o período analisado.

Constata-se que no ano de 2019 a empresa conseguiu obter resultado operacional líquido satisfatório, alcançando margem operacional líquida igual a **4,2%** (Tabela nº 10).

No ano de 2020 a empresa alcançou a sua melhor performance, obtendo um resultado operacional líquido de **R\$ 23.854.003,08**, que proporcionou margem operacional líquida de **33,3%**.



TABELA Nº 10
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

CONTAS	2019	2020	2021	2022(*)
Receita Operacional Líquida	34.973.042,49	71.674.838,76	55.679.041,29	19.869.162,13
Custo De Produção	-18.683.665,22	-33.860.162,30	-62.797.916,54	-13.870.998,10
Lucro Operacional Bruto	16.289.377,27	37.814.676,46	-7.118.875,25	5.998.164,03
Margem Operacional Bruta	46,6%	52,8%	-12,8%	30,2%
Despesas Operacionais	-14.454.635,08	-12.329.725,05	-31.878.047,56	-28.688.699,54
Despesas Administrativas	-11.739.638,62	-8.638.674,17	-28.076.068,55	-21.587.114,12
Despesas Tributárias	-118.610,38	-120.002,98	-119.773,57	-160.221,65
Despesas Financeiras	-2.596.386,08	-3.571.047,90	-3.682.205,44	-6.941.363,77
Resultado Operacional	1.834.742,19	25.484.951,41	-38.996.922,81	-22.690.535,51
Receitas Não Operacionais	747.478,57	480.513,90	263.681,67	529.404,80
Receita Financeira	58.679,71	176.325,11	194.857,64	529.404,80
Receitas Não Operacionais	688.798,86	304.188,79	68.824,03	0,00
Despesas Não Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes dos Impostos	2.582.220,76	25.965.465,31	-38.733.241,14	-22.161.130,71
Resultado Não Operacionais	59.357,00	172.000,00	284.000,00	-1.889.166,71
CCLS e IRPJ	-1.160.027,67	-2.283.462,23	-1.777.115,47	-650.256,97
Lucro Líquido Operacional	1.481.550,09	23.854.003,08	-40.226.356,61	-24.700.554,39
Margem Operacional Líquida	4,2%	33,3%	-72,2%	-124,3%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

A partir do ano de 2021, com a forte elevação dos preços dos principais insumos que utiliza em suas atividades operacionais e impossibilitada de repassar estes aumentos aos preços dos seus serviços que presta, que foram fixados em contrato, a empresa enfrenta uma situação de forte desequilíbrio econômico-financeiro.

A gravidade do desequilíbrio econômico-financeiro foi tão severa, que, neste ano de 2021, as receitas operacionais não foram suficientes, sequer, para cobrir os custos de produção.

Ao agregar a tal resultado, os desembolsos com as despesas operacionais, a empresa incorreu em prejuízo de **R\$ -40.226.356,61**, que corresponde a margem operacional líquida de **-72,2%** (Tabela nº 10).



Impossibilitada de manter a execução dos contratos firmados, a empresa foi reduzindo suas atividades, com o intuito de reduzir os prejuízos que se acumulavam.

No ano de 2022 o montante total dos prejuízos reduz, em relação ao ano anterior, mas, ainda, alcança patamar muito elevado, somando a importância de **R\$ -24.700.554,39**. Em relação a margem operacional líquida, o desempenho é ainda mais deficiente, com indicador igual a **-124,3%**. Ou seja, o prejuízo superou a receita operacional líquida (Tabela nº 10)

É indiscutível que a principal causa para este desempenho deficitário, foram os fortes desequilíbrios contratuais.

A forte elevação dos preços dos principais insumos e a impossibilidade de repassar estes aumentos aos seus preços, inviabilizaram suas atividades operacionais e comprometeram seu ciclo de crescimento.

Os resultados recentes demonstram que a atual viabilidade econômica da empresa precisa ser fortalecida, com medidas que visem melhorar a performance de suas receitas, com a diversificação de seu portfólio de serviços, incorporando às suas atividades operacionais novas alternativas, que proporcionem maior valor agregado e melhores margens operacionais.

3.3.6 Ponto de Equilíbrio.

O ponto de equilíbrio expressa o volume de receitas que deve ser obtida pela empresa para absorver a totalidade dos custos fixos e variáveis, antes de gerar lucro operacional, isto é, constitui-se no ponto onde a empresa não auferir lucro nem prejuízos.



As análises econômico-financeiras sinalizam que este indicador deve ficar abaixo de **50,0%**, para representar uma boa performance da capacidade das empresas em obterem lucros.

Os resultados apurados nas Tabela nºs 11 a 14, mostram que o desempenho operacional da empresa, a partir da métrica do índice de ponto de equilíbrio, apresentou ótima performance somente no ano de 2020. Nos demais anos foi deficitário.

Nos anos de 2019, 2021 e 2022 este indicador situou-se acima do **80%** da Receita Operacional Líquida, que é considerado um percentual deficiente, uma vez que compromete a capacidade da empresa em obter lucro líquido em montante suficiente para remunerar todos os recursos envolvidos.

TABELA Nº 11
APAURAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO 2019

DISCRIMINAÇÃO	Valor R\$ e %ROL
Receita Operacional Líquida	34.973.042,49
Custo Fixo	14.454.635,08
Custo Variável	18.683.665,22
Custo Total	33.138.300,30
Lucro Operacional	1.834.742,19
PONTO DE EQUILÍBRIO	31.033.879,22
% ROL	88,7%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No ano de 2019, a determinação do Ponto do Equilíbrio mostrou que a empresa alcançou um índice de **88,7%** o que mostra o percentual necessário de sua receita operacional líquida, para cobrir todos os seus custos de produção. Ou seja, o faturamento total deve ultrapassar **R\$ 31.033.879,22**, para que todos os custos fixos e variáveis sejam totalmente cobertos (Tabela nº 11).



A figura abaixo apresenta a ilustração da determinação do ponto de equilíbrio no ano de 2019, que ocorre no ponto onde ocorre a intersecção da curva de receita com a de custo total.

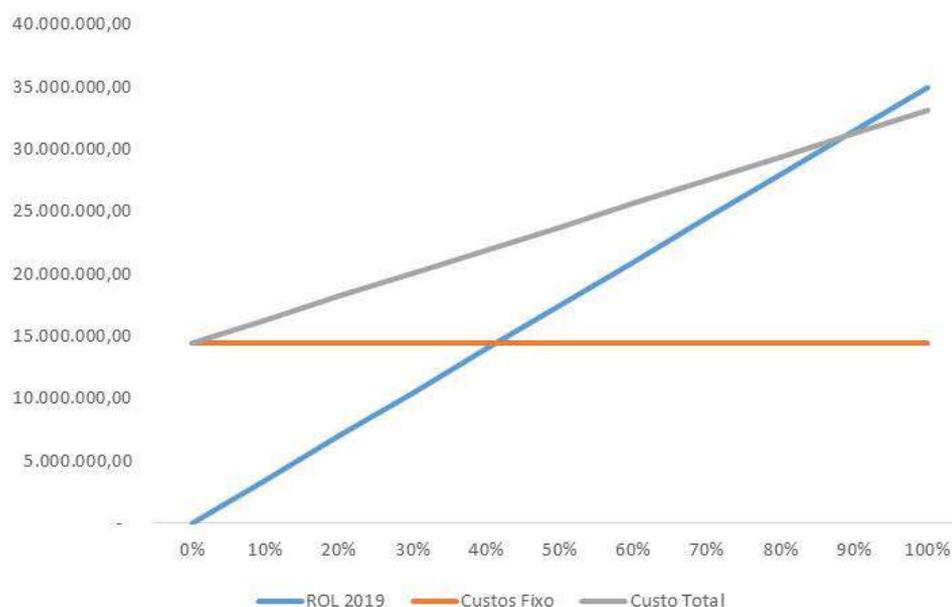


Figura nº 22 – Representação do Ponto de Equilíbrio – 2019.

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No ano seguinte, 2020, o comportamento do Ponto de Equilíbrio registrou excelente performance para o índice, em patamar correspondente a **32,6%** da Receita Operacional Líquida.

A Tabela nº 12 apresenta o desempenho de todas as variáveis que influenciam na determinação do Ponto de Equilíbrio no ano de 2020.



TABELA Nº 12
APAURAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO 2020

DISCRIMINAÇÃO	Valor R\$ e % ROL
Receita Operacional Líquida	71.674.838,76
Custo Fixo	12.329.725,05
Custo Variável	33.860.162,30
Custo Total	46.189.887,35
Lucro Operacional	25.484.951,41
PONTO DE EQUILÍBRIO	23.370.054,64
% ROL	32,6%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

Em termos financeiros, a Receita Operacional Líquida da empresa deveria ser da ordem de **R\$ 23.370.054,64**, ou seja, apenas **32,6%**, do patamar atual para cobrir os custos de produção e as despesas operacionais, restando, portanto, ampla margem operacional para obtenção de lucro líquido não (Tabela nº 12).

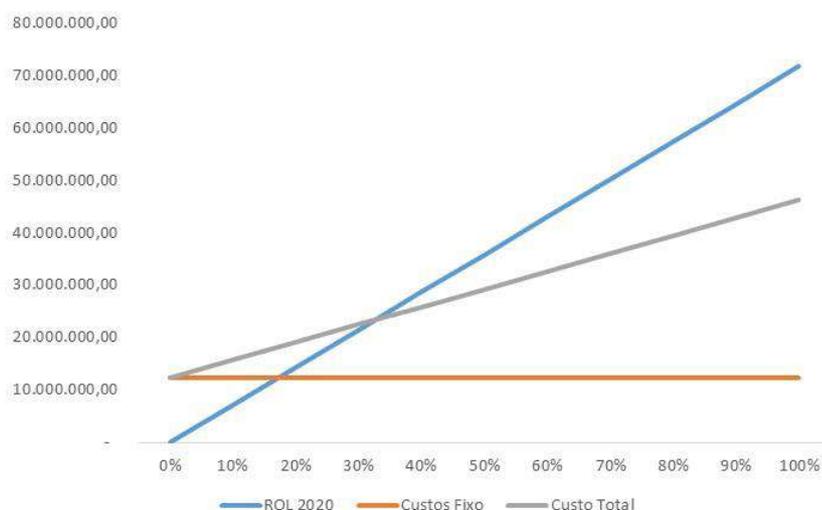


Figura nº 23 – Representação do Ponto de Equilíbrio – 2020.

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



A figura nº 23 traz a representação do Ponto de Equilíbrio Financeiro para este ano. Contata-se que o ponto de lucro zero, onde ocorre o cruzamento da curva de custo total com a curva de Receita Operacional.

No ano de 2021 o desempenho da empresa registrou sua pior performance, em todo o período analisado. Em razão dos custos variáveis excederem a receita operacional líquida, o índice do Ponto de Equilíbrio situou-se em **447,8%** da ROL, performance bastante inferior aos parâmetros mínimos de eficiência operacional, que é estimado em índice inferior a **50,0%** (Tabela nº 13).

As informações contidas na Tabela nº 13, apresenta o desempenho do Ponto de Equilíbrio da empresa neste ano.

TABELA Nº 13
APAURAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO 2021

DISCRIMINAÇÃO	Valor R\$ e % ROL
Receita Operacional Líquida	55.679.041,29
Custo Fixo	31.878.047,56
Custo Variável	62.797.916,54
Custo Total	94.675.964,10
Lucro Operacional	- 38.996.922,81
PONTO DE EQUILÍBRIO	249.328.589,70
% ROL	447,8%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

A elevação dos custos variáveis ocorreram em proporções muito superiores aos da receitas, impedindo que a empresa obtivesse resultado satisfatório, até mesmo antes de serem deduzidos os custos fixos. Este indicador mostra que, para cobrir todos os custos e despesas, as receitas deveriam ser de **R\$ 249.328.589,70**, ou seja, **447,8%** superior as obtidas. (Tabela nº 13).

A figura abaixo representa a situação do Ponto de Equilíbrio Financeiro no ano de 2021. Constata-se que as curvas de Receita Operacional Líquida e Custo Total não se cruzam, indicando prejuízo operacional.



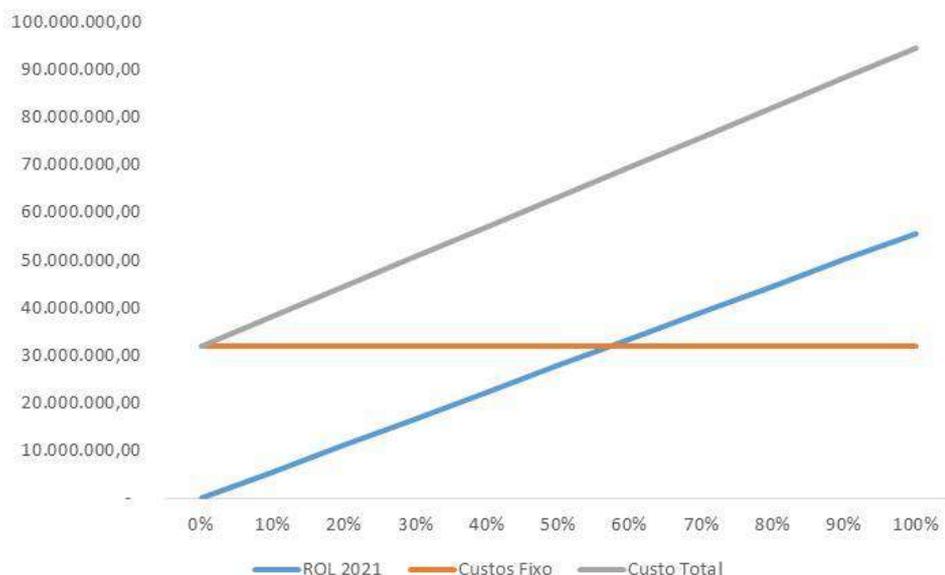


Figura nº 24 – Representação do Ponto de Equilíbrio – 2021.

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.

No ano de 2022 as receitas operacionais apresentaram expressiva queda, em relação ao ano anterior. Contudo, os custos fixos se mantiveram nos patamares, acarretando, ainda mais, o comprometimento deste indicador.

TABELA Nº 14

APAURAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO 2022 (jan-abr)

DISCRIMINAÇÃO	Valor R\$ e % ROL
Receita Operacional Líquida	19.869.162,13
Custo Fixo	28.688.699,54
Custo Variável	13.870.998,10
Custo Total	42.559.697,64
Lucro Operacional	-22.690.535,51
PONTO DE EQUILÍBRIO	95.032.483,21
% ROL	478,3%

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



Como se vê, pelas informações contidas na Tabela nº 14, o índice do Ponto de Equilíbrio ficou ainda mais comprometido. O resultado obtido de **R\$ 95.032.483,21**, mostra que o volume de receita necessária para a empresa cobrir a totalidade de seus deveria ser **478,3%** superior àquela que foi obtida.

Como ilustrado pela figura abaixo, pode-se constatar que, a exemplo do ano anterior, as curvas de receita operacional líquida e custo total não se interceptam.

Como a curva do custo total muito fica acima da de receita operacional líquida, em toda a trajetória, indica que a empresa operou com prejuízos elevados no ano de 2022.

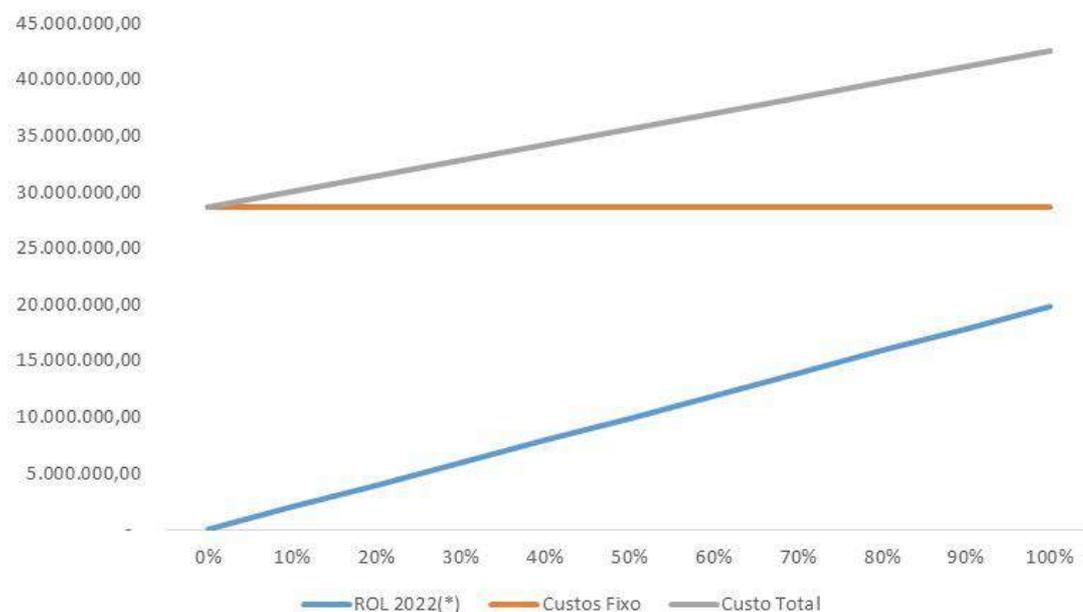


Figura nº 25 – Representação do Ponto de Equilíbrio – 2022.

(*) Dados Provisórios sujeitos a revisão.

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos registros contábeis.



3.3.7 - Avaliação da Situação Econômico-Financeira.

A avaliação do desempenho econômico-financeiro da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., demonstra que em razão da forte elevação dos preços dos principais insumos que utiliza e a impossibilidade de repassar estes aumentos aos preços das obras já contratadas, a colocou numa situação de contingência econômica e insustentabilidade financeira.

Como demonstrado na avaliação do resultado operacional líquido da empresa, o seu desempenho econômico-financeiro foi drasticamente comprometido a partir do ano de 2021.

A ocorrência de eventos excepcionais e fora do alcance de suas decisões internas, como os elevadíssimos aumentos dos preços dos insumos e a impossibilidade repassar estes aumentos aos preços já contratados, transformaram uma performance exitosa em desempenho deficitários, em curto período.

Como foi constatado, no ano de 2021 os custos diretos de produção foram superiores às receitas obtidas com os serviços prestados.

A situação se agravou no ano de 2022, quando a acentuada queda nas receitas operacionais, não foi acompanhada por reduções proporcionais nas despesas operacionais.

Tal relação se explica em razão da natureza fixa das despesas operacionais, cujos desembolsos ocorrem para a manutenção das infraestrutura física-operacional. Neste ano, estas despesas superaram o valor do faturamento total, neste ano.

Mesmo sem conseguir o reequilíbrio dos contratos, cujos custos diretos superavam as receitas, a empresa tentou manter suas execuções. Tais esforços acarretaram elevados prejuízos.



Ao buscar financiar estes prejuízos com recursos de terceiros, acumulou significativo endividamento. Os encargos incidentes sobre o mesmo, comprometeram, ainda mais, o seu desempenho econômico-financeiro.

Apesar da grave situação vivenciada pela empresa nos anos de 2021 e 2020, o desempenho operacional alcançado por ela no ano de 2020, demonstrou que possui capacitação técnica e infraestrutura física-operacional, capaz de competir com as principais empresas do setor no estado do Paraná e estados vizinhos.

Os resultados econômico-financeiros alcançados em 2020, como a margem operacional líquida e o índice de seu ponto de equilíbrio, evidenciaram que a empresa pode operar com excelentes níveis de competitividade de lucratividade.

No que as sérias dificuldades que enfrentará nos primeiros anos em recuperação, a estrutura física-operacional da empresa pode assegurar as condições mínimas de sobrevivências nos primeiros anos em recuperação judicial.

A redução de receitas operacionais provenientes da contratação de novas obras, poderá ser compensada com a locação de parte de seu acervo de máquinas, equipamentos e veículos pesados.

As receitas com a locação de máquinas, equipamentos e veículos pesados, lhe assegurará receitas em níveis compatíveis com suas necessidades emergenciais, neste período inicial.

Para a construção de um cenário que resulte na obtenção de condições de viabilidade econômica e sustentabilidade financeira, será necessário que a empresa altere de forma significativa a composição de sua receita operacional. Além da locação de parte da infraestrutura física, deverá reativar a venda de terrenos em loteamentos de sua propriedade.



ASPECTOS INFRA ESTRUTUAIS E OPERACIONAIS



3.4 Infraestrutura – Visão Geral

A sede operacional da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., está localizada à Rua da Imigração, nº 1205, Nova Cidade, CEP 85803-050, no município de Cascavel, estado do Paraná, em terreno com áreas 1.800 m², de sua propriedade.

Possui área construída correspondente a 590 m², distribuídos em área administrativa, refeitório, galpão, pátio parcialmente pavimentado e cercamento em todo o terreno.

A empresa opera com as seguintes atividades econômicas:

- i) Obras de Infraestrutura pesada (viadutos, pontes, etc.);
- ii) pavimentação asfáltica (Ruas e Estradas);
- iii) Usinagem de Asfalto;
- iv) Fresagem de Pavimento;
- v) Reciclagem de Pavimento;
- vi) Terraplanagem;
- vii) Loteamentos.

3.4.1 Infraestrutura Física

A empresa conta com instalações físicas constituídas pela sua sede administrativa, uma usina de asfalto e uma usina de solos.

Conta com amplo parque de veículos e máquinas pesadas, dentre as quais se destacam:



i) Sede Administrativa – Cascavel - PR.

A sede administrativa da empresa está instalada em local próprio, localizada à Rua da Imigração, nº 1205, Nova Cidade, CEP 85803-050, no município de Cascavel, estado do Paraná, em terreno de 1800 m².

Os setores e departamentos administrativos funcionam em prédio com área construída de aproximadamente 200 m².



Figura nº 26 – Sede Administrativa.
FONTE: Acervo da Empresa.

Na área administrativa estão alocados os seguintes setores e Departamentos:

- ✓ Setor de Apropriação – 47,38m²;
- ✓ Departamento Financeiro – 9,44m²;
- ✓ Departamento de Compras – 13,93 m²;
- ✓ Setor de Almoxarifado – 9,42 m²;
- ✓ Diretoria – 11,05 m²;
- ✓ Departamento de Engenharia – 30,6 m²;
- ✓ Departamento de Recursos Humanos – 20,48 m²;



✓ Departamento Jurídico – 9,43 m².

Possui ainda um galpão em alvenaria e coberto com estrutura metálica com área de 330 m², que abriga a oficina de reparos e manutenção preventiva.



Figura nº 27 – Sede Administrativa.

FONTE: Acervo da Empresa.

Também está instalado neste local, em um container, laboratório de asfalto e solos.

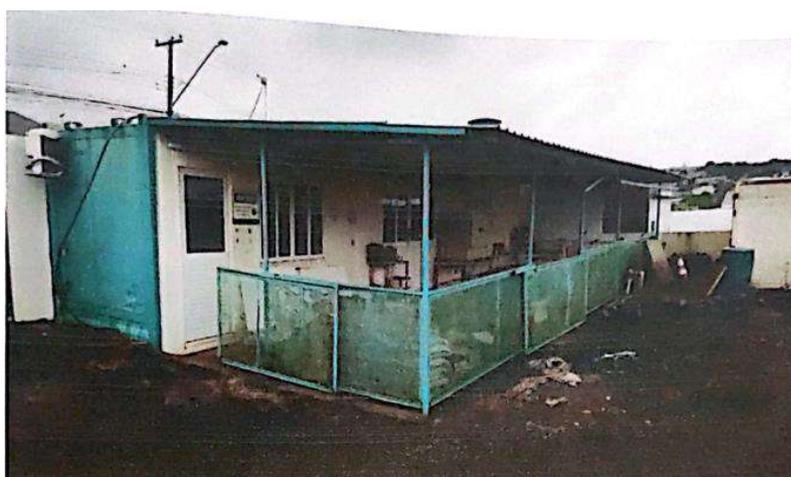


Figura nº 28 – Sede Administrativa.

FONTE: Acervo da Empresa.



Possui ainda um amplo pátio que a circulação de guarda de máquinas, equipamentos e veículos pesados.

As dimensões das instalações são adequadas para as atividades realizadas na sede da empresa. Mesmo sendo construções rústicas e antigas, apresentam boas condições de funcionalidades.

ii) Usina de Asfalto de Mauá da Serra

A empresa tem instalada na cidade de Mauá da Serra moderna usina de asfalto Ammann Prime, produzida pela empresa suíça LANGENTHAL–Brasil

Trata de um dos equipamentos mais modernos e eficientes produzidos atualmente. Dentre as várias qualidades que possui, tem como mais importante característica sua mobilidade, que possibilita sua instalação junto às obras em execução, aumentando a produção diária, reduzindo custo de transporte e propiciando maior agilidade no fornecimento da massa asfáltica.





Figura nº 29 – Usina de Asfalto – Mauá da Serra.

FONTE: Acervo da empresa.

Sua principal contribuição às obras de pavimentação consiste em realizar a misturas de diferentes materiais de forma homogênea, proporcionando maior durabilidade à massa asfáltica.

Mesmo sendo considerada uma usina de porte média, possui tecnologia incorporada que lhe propicia capacidade de produzir até de 140 toneladas/hora, equivalentes a outras plantas mais antigas.



iii) Usina de Solo de Mauá da Serra

Instalada no município de Mauá da Serra, às margens da Rodovia BR 375, possui ótima localização para o atendimento de serviços de manutenção desta rodovia.



Figura nº 30 – Usina de Solo – Mauá da Serra.

FONTE: Acervo da empresa.

IV Máquinas e Equipamentos

A empresa possui máquinas e equipamentos em bom estado de conservação e bom nível tecnológico, que permitem desenvolver suas atividades operacionais de forma eficiente.

As máquinas pesadas de propriedade da empresa são utilizadas nos serviços de terraplanagem e pavimentação, dentre as quais se destacam:

- ✓ Motoniveladora Komatsu GD655-5



- ✓ Rolo Compactador Duplo Tandem Caterpillar CB434D
- ✓ Retroescavadeira JCB 3CX
- ✓ Escavadeira Hidráulica Komatsu PC-130
- ✓ Motoniveladora Komatsu GD555-3

O detalhamento e fotos de todos os equipamentos da empresa está descrito no Anexo IV.



ASPECTOS ADMINISTRATIVOS



3.5 Recursos Humanos

A empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. contava com departamento específico para administrar as questões envolvendo seus recursos humanos. Atualmente as atividades inerentes a este Departamento são realizadas de forma terceirizada pelo Escritório de Contabilidade que presta serviços para a empresa.

Atribui a uma colaboradora as atividades de apontamentos e organização das informações referentes aos direitos trabalhistas, para serem enviadas ao escritório de contabilidade responsável por toda a escrituração da empresa.

Os processos de seleção eram bastante simples e realizados diretamente pelos responsáveis dos setores. Não havia qualquer formalização como entrevistas estruturadas, análise de currículo ou testes. Em geral, em razão das funções não requererem grandes exigências quanto à qualificação, a seleção era feita a partir de indicações e/ou na experiência acumulada do candidato.

A gestão da Gerência Administrativa e Financeira é compartilhada entre dois Sócios Gestores, que contam com o apoio de uma funcionária com formação superior na área de administração de empresa.

A gerência operacional, responsável pela gestão de todo o processo de produtivo, também é exercida de forma compartilhada entre os quatro sócios-gestores.

Apesar do compartilhamento entre os sócios administradores nas gestões administrativa, financeira e operacional, a posição do sócio com maior participação na composição societária, tem maior influência na tomada de decisões.

Não foram constatadas divergências salariais para funções identificadas. A empresa cumpre todos os direitos trabalhistas previstos em Lei. O nível de



qualificação dos funcionários se mostra adequado para as funções que desempenham.

3.7.1 Organograma

Há na empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. uma representação formal de seu organograma, na qual as relações de comando, hierarquia e atribuições de competências são visualizadas.

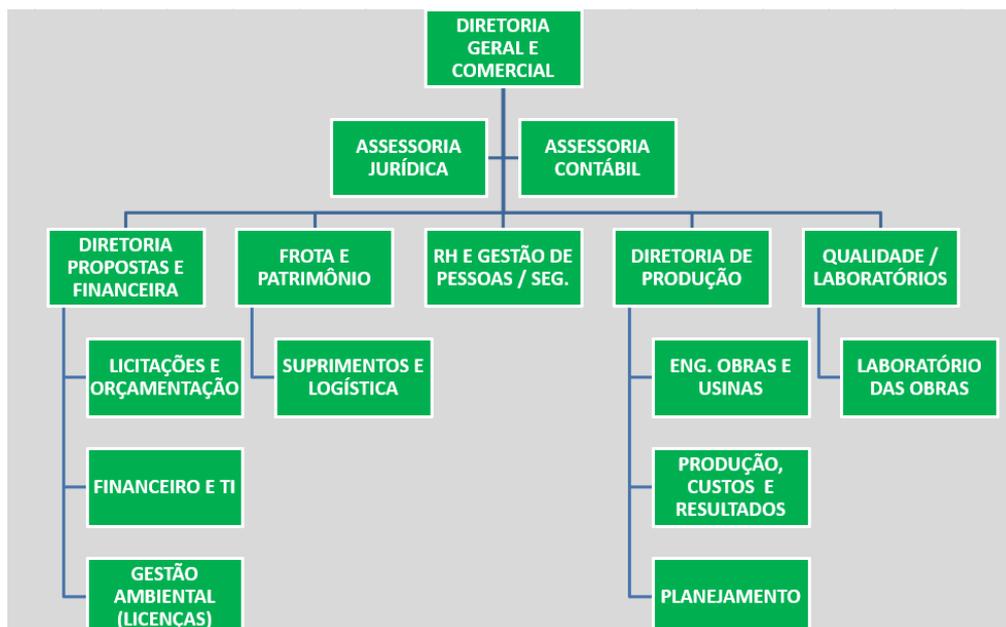


Figura nº 31 – Organograma.

FONTE: Acervo da empresa.

Uma das primeiras constatações que se extrai da avaliação do organograma do CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., é a concentração de



comando e decisões na figura do Sócio Gestor com maior participação na composição societária.

Sua condição de maior acionista da empresa o coloca como principal representante da Diretoria. Além desta posição de comando, frente aos demais sócios gestores, exerce a função de Diretor Comercial, sendo o responsáveis pela negociação dos contratos.

Esta centralização faz com que todo o processo de tomada de decisão dependa unicamente da percepção e/ou experiência do principal Sócio Gestor. O acúmulo de atividades, funções e responsabilidades pode comprometer avaliação de todo o ambiente de negócio, principalmente, quanto as incertezas e riscos.

Outro aspecto a ser considerado, em relação a esta centralização, se refere ao comprometimento da autonomia dos demais sócios gestores. Estes sempre precisam da última palavra do Sócio Principal, para efetivar ações de natureza estratégica.

A centralização de competências também gera falhas na organização administrativa, pois muitos procedimentos (muitas vezes simples) deixam de ser executados em tempo hábil, em razão de falta de autorização, já que as decisões são tomadas exclusivamente pelo Sócio Gestor Principal.

3.5.2 – Controles Operacionais, Administrativos e Financeiros.

A empresa utiliza o sistema CRTI-ERP³, desenvolvido pela CR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Trata de um sistema de gestão, também

³ Todas as informações foram extraídas do site [Sistema para USINA DE ASFALTO – CRTI ERP – Sistema de Gestão indústria da Construção – Pedreira, Concreteira, Construção Pesada, Usina de Asfalto, Pavimentação, Fábrica de Pré-moldados e Locação de Equipamentos](#)



chamado de ERP – Enterprise Resource Planning, especializado na Indústria da Construção. Ele permite gerenciar e integrar todas as áreas de uma empresa da indústria da construção.

O Sistema de Gestão indústria da Construção – CRTI ERP – é especialização para a gestão de empresas como: Pedreira, Concreteira, Construção Pesada, Usina de Asfalto, Pavimentação, Fábrica de Pré-moldados e Locação de Equipamentos.

Os recursos disponibilizados por este sistema de gestão propicia a redução de custo, tempo, facilita o gerenciamento de obras, empreendimentos e a gestão de processos, pois contempla os seguintes módulos:

- ✓ Planejamento e Gestão de Obras;
- ✓ Gestão de Compras;
- ✓ Gestão de Vendas;
- ✓ Gestão de Finanças;
- ✓ Gestão de Custos e Apropriação;
- ✓ Gestão de Suprimentos;
- ✓ Gestão Contábil e Fiscal;
- ✓ Gestão de Frota e Equipamentos;
- ✓ Gestão de Contratos (Clientes e Terceiros);
- ✓ Gestão de Qualidade; e
- ✓ Gestão Patrimonial.

Os processos de apropriação de custos e precificação, para fins de apresentação de propostas, são realizados, em grande parte, pelo sócio com maior participação societária, que possuía formação técnica na área e conta com o apoio do Departamento de Engenharia, com subsídios fornecidos pelo sistema de informações CRTI-ERP, que lhe possibilite adotar critérios técnicos para realizar as propostas de novas contratações.



A contabilidade é realizada de forma terceirizada. Constatou-se que o Escritório de Contabilidade adota boas práticas contábeis e pode oferecer relatórios de natureza gerenciais, desde que a empresa melhore os procedimentos internos, para o envio das informações que geram os registros contábeis.

A administração da empresa não faz uso de todo o potencial do sistema computacional administrativo/financeiro/operacional (CRTI ERP), utiliza apenas àqueles que são essenciais aos procedimentos mais rotineiros, como a gestão de obras, financeiro, faturamento. Como não há integração entre todos os módulos, muitos relatórios gerenciais de avaliação e acompanhamento, deixam de ser gerados.



ASPECTOS MERCADOLÓGICOS

3.6 – MERCADO

3.6.1 - Situação Atual.

O setor da construção civil é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do País, destacando-se pela quantidade de atividades que intervêm em seu ciclo de produção, gerando consumo de bens e serviços de outros setores, além do fato de absorver grande parte da mão-de-obra brasileira não especializada.

O setor foi fortemente impactado pelos efeitos da pandemia da COVID19. Mesmo conseguindo alguma recuperação, o seu nível de produção, ao final do 2º trimestre de 2022, ficou igual ao patamar alcançado no ano de 2016, conforme pode ser visto na figura abaixo:

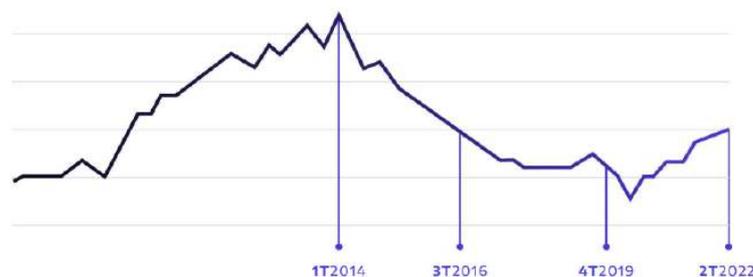


Figura nº 32 – Desempenho do Setor da Construção Civil.

FONTE: Prevision-Infográfico – Tendência 2023.

A alta dos preços dos materiais e equipamentos de construção foi de 52,50% de julho de 2020 a novembro de 2022, segundo o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No mesmo período, a inflação oficial do país registrou aumento de 20,82%.



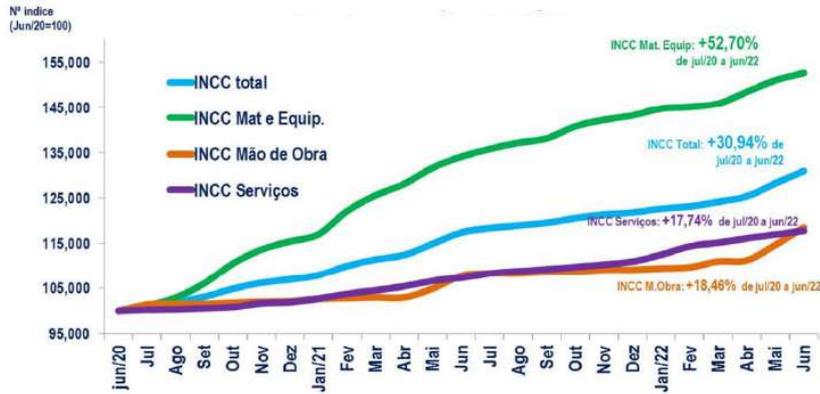


Figura nº 33 - Variação do Índice Nacional da Construção Civil.
FONTE: Fundação Getúlio Vargas (In: Sondagem CNI)

A alta dos preços dos materiais de construção supera em mais 34 pontos percentuais (pp), o índice de inflação do período (IPCA).

A falta ou o alto custo dos insumos é o principal problema da Construção apontados pelos empresários do setor, nos últimos dois anos, conforme pesquisa de Sondagem realizado pela Confederação Nacional da Indústria.

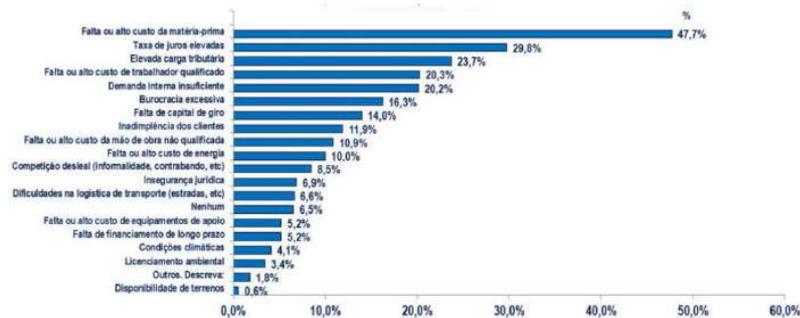


Figura nº 34 – Principais Problemas da Construção Civil
FONTE: Sondagem da Indústria da Construção – 2T2022 – Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A preocupação com a falta e a alta dos custos dos materiais de construção assentou de forma significativa no ano de 2022, superando de forma



vertiginosa os outros dois graves problemas enfrentados pelo setor, como as taxa de juros elevados e a falta e o elevado custo da mão de obra, como se vê na figura abaixo, que apresenta os resultado da Sondagem da Confederação Nacional da Indústria.

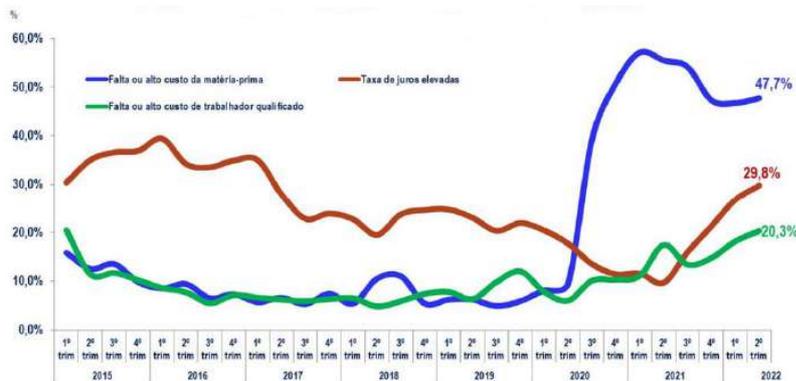
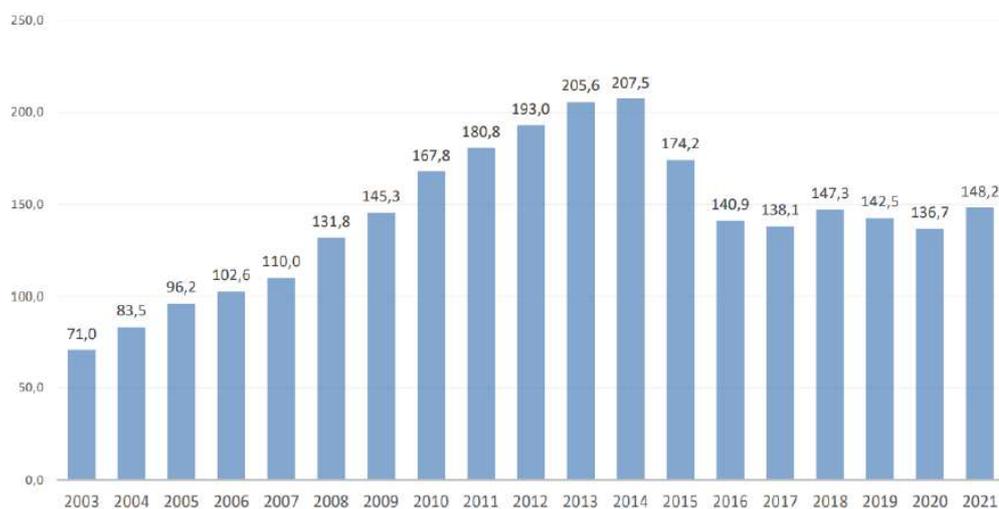


Figura nº 35 – Aumento da Preocupação com a Falta e Alta Custos dos Materiais de Construção.

FONTE: Sondagem da Indústria da Construção – 2T2022 – Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo dados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, este mercado vem sofrendo retrações desde o ano de 2014. Os efeitos e desdobramento da operação lava jato, explicam boa parte destas reduções, nos últimos anos.





Nota: R\$ bilhões - Valores constantes a preços de 2021.

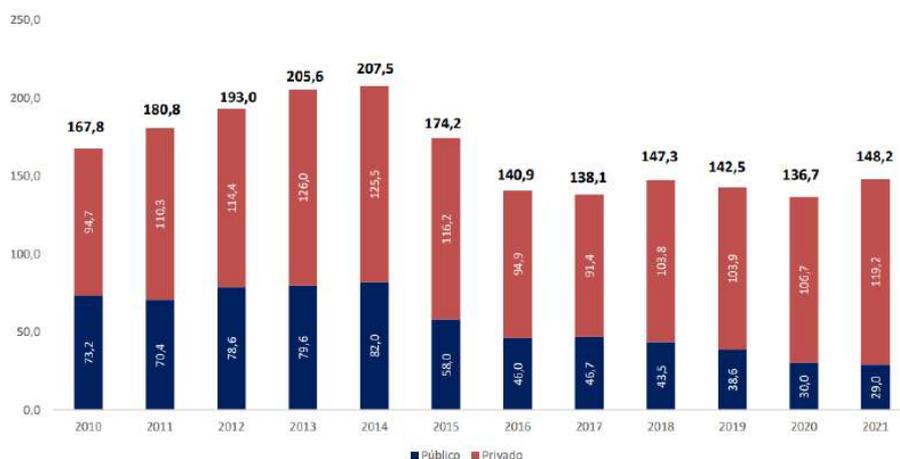
Figura nº 36 – Investimento Infraestrutura.

FONTE: ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

No Brasil o mercado de construção de obras em infraestrutura de base (pesada), tem como principal demandante o setor privado. Até o ano de 2015 era responsável por aproximadamente 60% das contratações.

A partir do ano de 2016, com a crise decorrente dos efeitos da operação lava jato, a participação relativa do setor público caiu de forma acentuada e o volume de contratações do setor privado ultrapassou o total de 80%, como pode ser visto na figura abaixo.





Nota: R\$ bilhões - Valores constantes a preços de 2021.

Figura nº 37 – Investimento Infraestrutura Público e Privado.

FONTE: ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

Estudos realizados pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base mostram que há um hiato entre o montante de investimentos que foram realizados em infraestrutura de base e a real necessidade.

Conforme dados da figura nº 38 há uma carência de investimentos em infraestrutura de base no Brasil, que corresponde a 2,6% do PIB. Ou seja, dos R\$ 148,2 bilhões que foram realizados, será necessário um valor superior ao dobro, de R\$ 374,1 bilhões.



SETOR	Investimentos REALIZADOS (2021) R\$ bilhões	Em % PIB	Investimentos NECESSÁRIOS Em % PIB	Investimentos NECESSÁRIOS Em R\$ bilhões
Transportes / Logística	R\$ 30,1	0,35%	2,26%	R\$ 196,2
Energia Elétrica	R\$ 67,2	0,77%	0,84%	R\$ 72,9
Telecomunicações	R\$ 33,8	0,39%	0,76%	R\$ 66,0
Saneamento	R\$ 17,1	0,20%	0,45%	R\$ 39,1
Total	R\$ 148,2	1,71%	4,31%	R\$ 374,1

Hiato de Investimentos = 2,60% PIB

Figura nº 38 – Investimento Infraestrutura – Realizados e Necessários.

FONTE: ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

Este estudo revela o amplo potencial de obras a serem realizadas em infraestrutura de base no Brasil, nos próximos anos.

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, publicou ao final do ano de 2022 o “Livro Azul da Infraestrutura no Brasil”, no qual projeta expressiva expansão nos investimentos voltados a melhoria das rodovias brasileira.

Segundo a ABDIB a expectativa é que o programa de concessões de rodovias avance em todos os estados brasileiros. A figura abaixo traz a previsão dos investimentos em rodovias brasileiras, para os próximos anos.



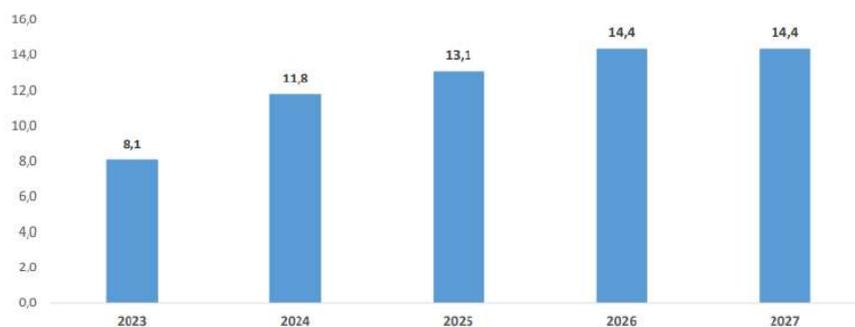


Figura nº 39 – Projeções de Investimentos em Rodovias Brasileira (em R\$ bilhões).

FONTE: ABDIB-Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base.

3.9 Serviços e Bens Ofertados.

A empresa do CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. atua com duas linhas operacionais.

➤ Prestação de Serviços

- Pavimentação Asfáltica;
- Fresagem de Pavimentação;
- Recuperação de Pavimentação;
- Usinagem de Asfalto;
- Construção de Obras de Infraestrutura Pesada;
- Infraestrutura de novos Loteamentos;
- Recuperação de Estradas Vicinais;
- Terraplanagem;
- Locação de Máquinas e Equipamentos



- **Vendas de Lotes de Terra urbanos;**
 - Loteamento Faris Gebrim – Apurcarana

No período entre 2019 e 2022 a prestação de serviços foi o principal item do portfólio de vendas da empresa. Os dados da tabela abaixo mostram que esta atividade foi responsável por 98,3% do total de seu faturamento.

As vendas de lotes no Loteamento Faris Gebrim representaram 1,5% do total das vendas neste período.

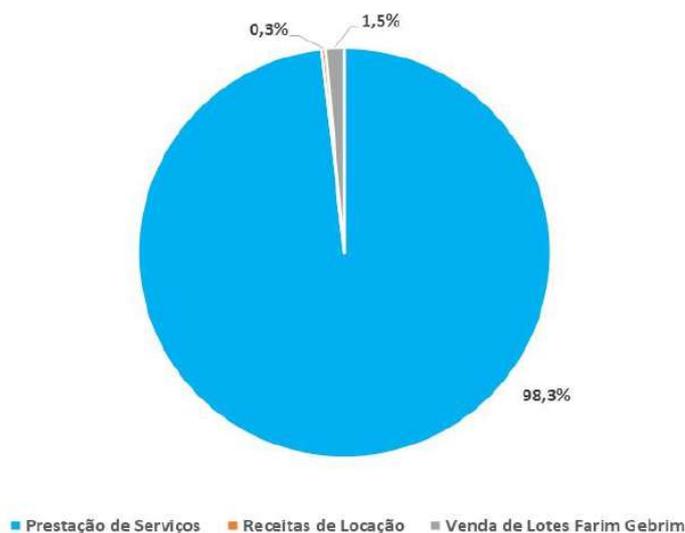


Figura nº 40 – Portfólio de Vendas – 2019-2022
FONTE: Elaborado pelo autor, a partir de informações contábeis.



3.6.3 – Política de Precificação.

Os gestores da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., contam com recursos gerenciais e informacionais que lhes possibilitam determinar preços competitivos, com boa margem de segurança.

No mercado em que atuam, as contratações são disputadas através de certames competitivos, em geral através alguma modalidade de concorrência pública, onde a regra para logra-se vencedor é apresentar o menor preço.

Os resultados obtidos pela empresa até o ano de 2020, demonstram que os gestores da empresa sempre conseguiram fixar preços competitivo e com boa margem para auferir lucro operacionais satisfatórios.

3.6.4 - Perspectivas Futuras do Mercado da Construção de Infraestrutura de Base.

Para as principais entidades que representam o setor de Construção de Infraestrutura de Bases (pesada), as perspectivas para o setor da construção para os próximos anos são bastante positivas.

Para os técnicos das entidades (CBIC e ABDIB), deverá ocorrer relativa estabilização dos preços dos principais insumos e equipamentos e novos projetos nas áreas de construção de infraestrutura deverão ser anunciadas pelo setor públicos, bem como os programas de concessões de serviços públicos deverão ser intensificados.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), prevê crescimento de 2,5% para o setor da construção durante o ano de 2023. A entidade projeta que, nos próximos anos, os investimentos no setor devem permear, em especial, a área de infraestrutura.



A expectativa da entidade é que ocorra a recuperação gradual da participação relativa da construção civil no PIB nacional. No ano 2012 o setor contribuía com 6,5% do PIB total no país e, em 2021, esta participação relativa caiu para apenas 3,3%.

Esta melhora irá repercutir diretamente o índice da capacidade utilizada do setor. Na figura abaixo é possível verificar que este indicador vem melhorando, desde o junho de 2021.

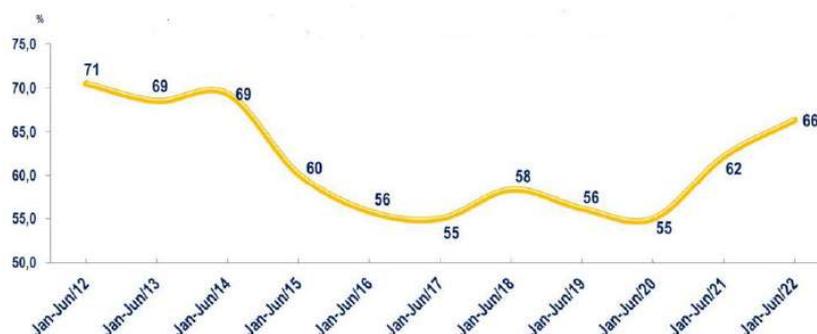


Figura nº 41 – Evolução da variação (%) média da utilização da capacidade de operação da Construção Civil do Brasil – jan/jun de cada ano.

FONTE: Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Nesta mesma perspectiva de otimismo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB defende a formulação de uma estratégia de desenvolvimento capaz de romper com a inércia recessiva das últimas décadas, acelerando os investimentos em infraestrutura com maior apoio do setor público.

Apesar do ótimo das lideranças do setor, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB faz importante alerta quanto a necessidade de revisão dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos de concessão, causados pelos aumentos extraordinários dos preços de diversos



insumos, em função da pandemia da COVID-19 e da Guerra Ucrânia x Rússia, não acompanhados por correspondentes medidas de normalização dos fluxos de caixa das empreiteiras⁴.

Para a ABDIB é importante que os poderes concedentes reconheçam a existência dos descasamentos extraordinários de preços e estabeleçam diretrizes e regras para a condução dos processos de reequilíbrio econômico- financeiros, com ênfase na manutenção dos fluxos de caixa das concessões.

Se não forem revistos estes desequilíbrios do passado, algumas ações futuras poderão ser comprometidas, em razão das dificuldades financeiras de algumas construtoras, comprometendo algumas projeções.

⁴ Livro Azul da Construção da Infraestrutura no Brasil, 2022. www.abid.org.br



IV - PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL, ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E FINANCEIRA.



4.1 – Medidas para a Reestruturação Operacional, Administrativa, Econômica e Financeira.

Diante da situação diagnosticada, constatou-se que a viabilidade operacional, administrativa, econômica e financeira da empresa pode ser restabelecida se forem implementadas as seguintes ações:

- i) definir novas condições para o pagamento de seu endividamento;
- ii) revitalizar o Departamento Comercial, de forma que consiga readquirir a dinâmica do passado;
- iii) ampliar a delegação de competências, que atualmente estão acumuladas no sócio com maior participação no capital social;
- iv) restabelecer sua capacidade de compra de materiais e insumos;
- v) redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;
- vi) determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- vii) reduzir a atual sobrecarga de atribuições centralizadas no Diretor Geral;
- viii) implantar sistema de informações gerenciais que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;



4.1.1 - Definir novas condições para o pagamento de seu endividamento.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial a empresa obterá as condições de pagamentos de seu endividamento, que sejam compatíveis com sua capacidade de pagamento.

Sem a pressão dos credores e as contingências impostas pelas atuais restrições ao crédito, a empresa conseguirá se reestrutura operacional, econômica e financeiramente, voltando a operar em condições de viabilidade econômica.

4.1.2 Revitalizar o Departamento Comercial, de forma que consiga readquirir a dinâmica do passado.

Com a descentralização administrativa, que está sendo proposta neste plano, será possível recuperar a dinâmica da Diretor Comercial, colocando-a novamente na linha de frente das operações da empresa.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial os gestores readquirirão as confianças necessárias para empreender novos projetos e novas contratações.

4.1.3 Ampliar a delegação de competências que atualmente estão acumuladas no Diretor Geral, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições em sua pessoa.



Atualmente o Sócio com maior participação no capital social, atua como Diretor Geral acumulando inúmeras funções e poder de decisão, ocasionando ampla sobrecarga de competências.

Essa excessiva centralização restringe a capacidade de autonomia dos demais gestores, o que impede que sejam alcançados níveis de produtividade e eficiência.

Para melhorar o desempenho da empresa será necessário que ocorra uma descentralização das atividades que atualmente estão acumuladas no Diretor Geral. A equipe de gestores, representada pelo demais sócios administradores e encarregados, deverão assumir várias tarefas, que atualmente são desenvolvidas pelo Diretor Geral.

4.1.4 - Restabelecimento da capacidade de compra de matéria prima.

Com o advento do processo de recuperação é inevitável que a confiança dos fornecedores seja abalada, principalmente, quanto a capacidade da empresa em manter em dia seus compromissos financeiros.

A contingência que lhe será imposta de operar com prazos menores para compra de materiais e insumos, ou até mesmo com pagamentos antecipados, exigirá uma nova determinação de sua necessidade de capital de giro.

Sobretudo para a atividade operacional voltada para a prestação de serviços de pavimentação e de obras de infraestrutura, que exigem escalas de operação elevadas, implicando em volume de capital de giro significativo.

Para superar esta contingência e concretizar esta ação a empresa necessitará readquirir a confiança dos contratantes e fornecedores, o que implicará:



- i) constituir capital de giro em montante necessário para custear todo o seu ciclo operacional;
- ii) obter razoável prazo de carência por parte de seus credores, para quitação de suas dívidas;
- iii) saldar em dias todos os compromissos que assumir com os seus fornecedores;
- iv) manter a regularidade e pontualidade na entrega dos serviços contratados;

Diante do caráter emergencial do problema a ser solucionado, e as dificuldades para superá-los no curto prazo, dada a limitação atual de capital de giro e os danos causados à imagem da empresa, será necessário que a empresa obtenha um período de carência para o início do pagamento de seus credores, compatível com a necessidade formar o capital de giro necessário para restabelecer sua capacidade compra.

Ao adquirir tal capacidade, a empresa poderá comprar melhor e, assim, conseguir aumentar sua margem bruta operacional, ampliando sua capacidade de pagamento, no futuro.

4.1.5 - Redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;

Durante o período que antecede a crise financeira e durante todo o transcorrer da mesma, a empresa em dificuldades financeiras são vítimas de um processo caracterizado como **ciranda financeira**, onde as dívidas presentes são quitadas com a contratação de novos empréstimos. Essa rolagem implica em custos financeiros elevados.



Em geral, esses encargos comprometem a capacidade da empresa em auferir lucro líquido. Espera-se que com o planejamento financeiro proposto neste plano, estas despesas reduzam drasticamente, não ultrapassando o patamar de **3,0%** da receita operacional líquida.

Tal performance será obtido a partir da nova gestão financeira que deverá ser implementada na empresa, que priorizará a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado e não terá que rolar, diariamente, dívidas acumuladas em decorrência da ciranda financeira, que lhe foi imposta pelo sistema bancário.

Livre da ciranda financeira a que está submetida, será possível à empresa gerir sua movimentação financeira sem desencaixes.

4.1.6 Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa.

A empresa deverá implementar um amplo processo de reestruturação das atribuições de seu Diretor Geral, no qual sejam contempladas as seguintes ações:

- a) elaborar planejamento financeiro que contemple a previsão de todos os desembolsos necessários para todo o ciclo operacional da empresa;
- b) ampliar a autonomia de gestão dos encarregados, para que estes possam tomar decisões de forma mais ágeis, melhorando toda a gestão da empresa;
- c) implementar um eficiente sistema de comunicação entre os sócios-administradores e o Diretor Geral. Tal processo poderá evitar as situações que geram desencaixes financeiros;



- d) adotar procedimentos que resultem na elaboração e manutenção atualizada do fluxo de caixa, onde sejam registrados de forma cronológica e perene todos os pagamentos e recebimentos presente e futuros da empresa;
- e) implementar rotinas que possibilite a geração de relatórios gerenciais diários, quanto a posição presente e futura do fluxo de caixa da empresa, para subsidiar a tomada de decisão de todos os gestores;
- f) implementar rotinas de controles e registro de baixas de recebimento e pagamento, que assegure confiança aos gestores, na tomada de decisão;
- g) realizar diariamente de forma perene todo o trabalho de conciliação bancária;

4.1.7 Reduzindo a atual sobrecarga de atribuições do Diretor Geral.

Atualmente o Diretor Geral acumula inúmeras funções, ocasionando ampla sobrecarga de competências. Essa excessiva centralização restringe a capacidade de autonomia dos demais sócios.

Para melhorar o desempenho da empresa será necessário que ocorra uma descentralização das atividades que atualmente estão acumuladas no Diretor Geral.

A equipe de gestores, representada pelos demais sócios administradores, deverá assumir várias tarefas, que atualmente estão sob a supervisão direta do Diretor Geral, como:

i) À Diretoria Comercial:



- planejamento das vendas, com metas e resultados desejados;
- Aquisição de materiais, insumos e contratação de serviços;
- planos de prospecção de novos mercados;
- vendas diretas (no caso dos loteamentos);
- acompanhar a atuação da concorrência;
- Relacionamento com todos os fornecedores;
- abertura de novos clientes.

ii) À Diretoria de Administrativa e Financeira.

- Elaborar e manter atualizado o Fluxo de Caixa;
- Elaborar e manter atualizados os processos de apropriação dos custos de produção e despesas operacionais;
- Manter atualizado o fluxo de informações que precisam ser enviadas ao Escritório de Contabilidade;
- Elaborar e manter atualizado os relatórios gerenciais, necessários aos demais gestores;

iv) Às Diretorias de Operação e Produção.

- Planejamento e Controle da Produção Global;
- Supervisão de todo o processo de produção, em todas as suas etapas;
- Supervisão da manutenção industrial, em todas as máquinas e equipamentos;
- Supervisão da manutenção preventiva de máquinas, equipamentos e veículos;
- Controle de qualidade em todas as etapas do processo de produção;
- Treinamento do pessoal de produção;



- Gestão de disponibilidade de suprimentos;
- Controle de qualidade da materiais e insumos;
- Controle das despesas gerais de produção como energia elétrica, manutenção industrial, veículos, seguros, etc.;

4.1.8 Implantar Sistema de Informações Gerencias que Possibilite Apuração de Resultados Mensais de Forma Perene.

A empresa deverá implementar amplo sistema de informações gerenciais, que lhe possibilite melhorar a tomada de decisões dos gestores, a partir dos seguintes relatórios:

- Relatórios diários do fluxo de caixa;
- Relatórios diários da Produção Global;
- Relatórios diários da Compra de Materiais e Insumos;
- Relatórios diários do Faturamento;
- Relatório diários de estoques de Materiais e Insumos (Almoxarifado);
- Relatórios diários de disponibilidade de suprimentos (Almoxarifado);
- Relatórios diários de controle de qualidade;
- Relatório de controle das despesas gerais como energia elétrica, manutenção industrial, veículos, insumos etc.;
- Relatório Mensal de Apuração de Resultados;

Com a reestruturação de competências e a implantação do sistema de informações gerenciais, será possível ao Diretor Geral, atuar de forma intensiva na melhoria da eficiência e lucratividade da empresa. Dedicando às ações estratégicas, voltadas para a consolidação da viabilidade econômica e sustentabilidade financeira da empresa, conseguirá cumprir todo o planejamento



financeiro que será proposto, para dotar a empresa com capacidade financeira para saldar todo o seu endividamento.

4.2 - Gestão Administrativa

As pessoas que atuam na Gerência Administrativa e Financeira deverão ser treinadas para operar com eficiência todos os recursos disponíveis no sistema financeiro/administrativo/operacional já instalado na empresa. Todos os controles administrativos e financeiros deverão ser efetuados através do sistema, que deverá ser alimentado diária e rotineiramente de forma correta. Deve-se evitar planilhas com controles paralelos.

Deverão ser produzidos, diariamente, relatórios gerenciais de fluxo de caixa, estoque/suprimentos etc., para subsidiar as tomadas de decisão do Diretor Geral e demais gestores.

A rotina da conciliação bancária deverá ser realizada diária e regularmente e as inconsistências detectadas, sanadas imediatamente.

Deverá ser feita de forma rotineira a conciliação entre as informações gerenciais e as contábeis.

O Diretor Geral deverá incluir em sua rotina, reuniões periódicas (preferencialmente semanais) com os sócios administradores e os Encarregados Operacionais, para avaliarem, rotineiramente, a partir dos relatórios gerenciais, o desempenho operacional, econômico e financeiro da empresa.



Deverá desenvolver e implantar um sistema de apuração de resultados, para verificar de forma rotineira se a capacidade de pagamento projetada neste plano está sendo alcançada, conforme o planejado.

V - PLANEJAMENTO ECONÔMICO- FINANCEIRO



5. Planejamento Econômico-Financeiro

O planejamento Econômico-Financeiro tem como objetivo projetar o resultado operacional líquido da empresa para os próximos anos, com o intuito de determinar sua capacidade de pagamento futura e o respectivo fluxo de caixa.

Para tal, serão projetadas as receitas da empresa para o período em recuperação, bem como apresentada uma nova estrutura de custos que seja compatível com a necessidade de resultado líquido, para fazer frente à amortização de seu endividamento.

Considerando que os desembolsos das parcelas referentes à amortização do endividamento serão mensais, todos os valores referentes a receitas, custos e resultados líquidos foram apurados a partir de suas médias mensais.

5.1 Projeções de Receitas

Para a estimativa das receitas operacionais da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. nos próximos quatorze anos, foram consideradas as receitas operacionais líquidas das duas linhas operacionais.

As projeções das receitas foram feitas a partir da análise do cenário atual e o futuro da economia brasileira e, em especial, do setor de construção civil de obras de infraestrutura.

As perspectivas para a nossa economia, nos próximos meses, não são favoráveis. As previsões indicam que a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) será lenta e gradual.

Em razão dos impactos negativos provocados pela pandemia da COVID 19 e da guerra entre a Rússia a Ucrânia, a recuperação da economia brasileira



nos próximos anos deverá ocorrer de forma gradual, com taxas de crescimento em torno de 2,0% ao ano. Para o médio prazo são projetadas taxas de crescimento entre 1,5 e 2,0% ao ano, até 2024. Contudo, para que tais previsões se confirmem, é imprescindível que a recuperação econômica também ocorra nas economias desenvolvidas, principalmente, nos EUA e na China.

As expectativas para o setor em que a empresa atua são melhores do que às da economia como um todo. A demanda por obras de infraestrutura deverá se manter aquecida nos próximos anos, em razão do hiato existente, nos últimos anos, entre as obras realizadas e sua real necessidade.

A previsão é que o setor da construção de obras de infraestrutura cresça a taxas em torno de 3,5% nos próximos anos. As expectativas favoráveis se baseiam no número de novos projetos divulgados, sobretudo, pelo setor público, em especial, pelo governo do estado do Paraná, que anunciou um volume de obras para os próximos quatro anos que alcançará a cifra de R\$ 3,8 bilhões.

Quanto às perspectivas de crescimento das operações da empresa, nos próximos anos, empregou-se uma postura conservadora, em especial para a linha operacional de pavimentação asfálticas e construção de infraestrutura, que deverá apresentar queda expressiva nos primeiros anos em recuperação, quando estará enfrentando várias dificuldades para restabelecer sua capacidade de disputa nos certames concorrências e, conseqüentemente, nas contratações.

Por outro lado, as locações de máquinas e equipamentos deverá apresentar crescimentos significativos, uma vez que parte de sua infraestrutura operacional não será usado plenamente, nos primeiros dois anos em recuperação.

Outro fator que corroborará com o faturamento neste período, é a intensificação da estratégia, que vem sendo implementada pela empresa desde



o início do ano de 2022, de ampliar a participação relativa da venda de terrenos em loteamentos próprios.

Estima-se, para os próximos dois anos, que as vendas de terrenos em loteamentos próprios, representarão parcela significativa do faturamento total da empresa.

Tal mudança operacional/comercial deverá ocorrer em razão das limitações do capital de giro disponível, o que impedirá que a empresa mantenha o patamar atual das atividades voltadas para a pavimentação asfáltica e construção de obras de infraestrutura.

Assim, estima-se que para os dois primeiros anos em recuperação a empresa não conseguirá obter um bom desempenho, em razão dos impactos adversos resultantes da fase inicial do processo de recuperação judicial.

A partir do terceiro ano, estima-se que a empresa conseguirá readquirir sua capacidade de operação voltada para a pavimentação asfáltica e obras de infraestrutura. Porém, deverá atuar com menor escala da que já alcanço no ano de 2020.

Assim, as projeções compreenderão dos períodos distintos. O primeiro caracterizado como de reestruturação operacional; e, o segundo, de crescimento sustentável.

5.1.1 – 1ª Fase – Reestruturação Operacional.

Nessa primeira fase que compreenderá o primeiro ano do processo de recuperação judicial, a empresa terá como principais fontes de receitas as locações de máquinas e equipamentos e a venda dos terrenos em loteamentos próprios.

Estão previstas para o primeiro ano, as seguintes atividades:



- ✓ Receitas de Locações de Máquinas e Equipamentos;
- ✓ Vendas de terrenos no Loteamento Faris Gebrim – Apucarana;
- ✓ Prestação de Serviços Diversas.

Para fins de projeção do fluxo de caixa futuro, admitiu-se que todas as unidades do loteamento Faris Gebrim, na cidade de Apucarana, serão vendidas nos dois primeiros anos e o recebimento se estenderá até o ano de 2033.

5.1.2 – 2ª Fase – Crescimento Sustentável.

Essa segunda fase compreenderá o período de 2024 a 2037 e será caracterizada pelo processo de crescimento sustentável da empresa. Atuando em um cenário econômico mais favorável, marcado pela retomada do crescimento da economia nacional, com os fundamentos macroeconômicos mais consistentes, a empresa terá condições de implementar um agressivo4 plano de diversificação e ampliação de seus segmentos de atuação.

Com os novos investimentos que serão realizados pela empresa, espera-se que os resultados favoráveis sejam alcançados nos primeiros anos dessa segunda fase.

Após sedimentar sua estrutura operacional para atuar nos novos patamares, a empresa deverá implementar estratégias que visem seu crescimento sustentável nos próximos anos, com uma taxa média de crescimento real em torno de 3,0% ao ano.

Tais projeções foram feitas com elevado grau de confiabilidade, em razão da consolidada capacidade técnica da empresa, que possui *now how* e estrutura operacional para participar de grandes obras, sejam públicas ou privadas.

Nos primeiros anos dessa segunda fase a empresa ainda estará recebendo recursos decorrentes das vendas dos terrenos de loteamento próprio.



Em relação ao comportamento dos preços, diante do cenário de recuperação da economia nacional e demanda aquecida nos setores de atuação da empresa, estima-se que os preços dos serviços destinados a construção de obras de infraestrutura, irão variar em parâmetros próximo à meta da inflação brasileira, com aumentos médios de em **4,5%** ao ano.

Conforme estimativa constante na Tabela nº 15, a participação relativa da prestação de serviços com pavimentação asfáltica e obras de infraestrutura deverá ser reduzida, no primeiro ano em que a empresa estiver em recuperação judicial. Isto deverá ocorrer em razão, principalmente, das limitações de seu capital giro e de sua capacidade de participar de certames concorrenciais.

A estimativa é que no primeiro ano a empresa não consiga participar de certames concorrências, portanto, não deverá executar obras de grande escala.

TABELA Nº 15

COMPOSIÇÃO DO FATURAMENTO – PARTICIPAÇÃO NA ROL

LINHAS OPERACIONAIS	Média 2019/22	Média - 1ª Fase	Média 2ª Fase
Obras Empreitadas	2,96%	9,63%	10,36%
Prestação de Serviços	95,34%	19,25%	82,19%
Locação de Máquinas e Equipamentos	0,29%	57,75%	0,00%
Venda de Lotes Faris Gebrim	1,41%	13,37%	7,46%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Parâmetros estimados pelo Autor, a partir de informações prestadas pela empresa.

Na primeira fase a empresa terá como principal fonte de receitas a locação de máquinas e equipamentos, que deverá representar **57,75%** de seu faturamento total (Tabela nº 15).

A partir do 2º ano, estima-se que a empresa conseguirá superar, em parte, suas limitações de capital de giro, readquirindo parcialmente sua capacidade para atuar mais intensivamente prestação de serviços.



Contudo, somente a partir do 4º ano, a empresa conseguirá estabilizar seu portfólio de prestação de serviços, sobretudo, em obras de pavimentação asfáltica e de infraestrutura pesada (de base).

Para a estimativa das receitas provenientes das vendas dos lotes de terra do loteamento Faris Gebrim, considerou que todos os 266 lotes remanescentes serão vendidos nos dois primeiros anos em recuperação, com prazo médio de recebimento de 120 meses.

No primeiro ano deverão ser vendidos 100 lotes, ao preço médio de R\$ 50.000,00, enquanto no segundo ano deverá ser vendidos os outros 166 lotes.

A Tabela nº 16 mostra a projeção do faturamento médio mensal da empresa, segundo a participação relativa de cada linha operacional na Receita Operacional Líquida para os próximos quatorze anos.



TABELA Nº 16
RECEITAS PROJETADAS – 1º ao 14º ANO
(Médias Mensais)

LINHAS OPERACIONAIS	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27	5º Ano Jul-27/jun-28
Obras Empreitadas	30.000,00	150.000,00	161.452,50	168.717,86	176.310,17
Prestação de Serviços	60.000,00	500.000,00	800.000,00	1.300.000,00	1.399.255,00
Locação de Máquinas e Equipamentos	180.000,00	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	41.666,67	111.250,00	116.256,25	121.487,78	126.954,73
TOTAL	311.666,67	761.250,00	1.077.708,75	1.590.205,64	1.702.519,90
PRODUTOS	6º Ano Jul-28/jun-29	7º Ano Jul-29/jun-30	8º Ano Jul-30/jun-31	9º Ano Jul-31/jun-32	10º Ano Jul-32/jun-33
Obras Empreitadas	184.244,12	192.535,11	201.199,19	210.253,15	219.714,54
Prestação de Serviços	1.462.221,48	1.528.021,44	1.596.782,41	1.668.637,61	1.743.726,31
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	132.667,69	138.637,74	144.876,44	151.395,88	158.208,69
TOTAL	1.779.133,29	1.859.194,29	1.942.858,03	2.030.286,65	2.121.649,55
PRODUTOS	11º Ano Jul-33/jun-34	12º Ano Jul-34/jun-35	13º Ano Jul-35/jun-36	14º Ano Jul-36/jun-37	
Obras Empreitadas	229.601,70	239.933,78	250.730,80	262.013,68	
Prestação de Serviços	1.822.193,99	1.904.192,72	1.989.881,39	2.079.426,06	
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	
Venda de Lotes Faris Gebrim	108.060,79	-	-	-	
TOTAL	2.159.856,48	2.144.126,50	2.240.612,19	2.341.439,74	

FONTE: Elaborado pelo Autor.



5.2 Projeções dos Custos e Despesas Operacionais.

Para a projeção dos resultados operacionais líquidos das linhas operacionais, admitiu- que irão operar com os parâmetros de eficiência nas gestões operacional, comercial, financeira e administrativa e manterão a mesma estrutura operacional nos próximos anos.

Para definição do custo direto de cada linha operacional, considerou a futura composição do faturamento total da empresa, tendo como referência o seu desempenho médio do período compreendido entre os anos de 2019 a 2022.

Para a definição da estrutura dos custos operacionais direto, levou em consideração a participação relativa dos desembolsos de cada linha operacional, em relação a Receita Operacional Líquida.

Assim, por exemplo, para o custo direto dos lotes de terras comercializados, foi considerado o valor contábil de 31/12/2022, que está contabilizado em **R\$ 34.922,92**. Na estrutura dos custos direto totais, ele representa **7,26%** da Receita Operacional Líquida Total (Tabela nº 17)

TABELA Nº 17
ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS (*)
(Média Mensal)

COMPOSIÇÃO DO CUSTO OPERACIONAIS DIRETOS	Atual (Média - 2019/2022)	1ª Fase – (1º Ano)	2ª Fase (a partir do 2º Ano)
Obras Empreitadas	2,1%	5,00%	5,00%
Prestação de Serviços	67,6%	15,00%	55,00%
Locação de Máquinas e Equipamentos	0,2%	3,50%	0,00%
Venda de Lotes Faris Gebrim	1,0%	7,26%	7,26%

(*) Participação Relativa na Receita Operacional Líquida Total.

FONTE: Parâmetros estimados pelo Autor, a partir de informações prestadas pela empresa



A estrutura dos custos diretos, no primeiro ano, terá configuração bastante distinta daquela resultante da média do período 2019/2022. Como a participação relativa do faturamento da prestação serviços na Receita Operacional Líquida, apresentará forte redução, passando **95,34%** (média 2019/2022), para **19,25%** (1º ano), os desembolsos com a aquisição de materiais, insumos e serviços de terceiros, reduzira de **67,6%** para **15,0%**.

A partir do 2º ano, com as alterações significativas na composição da Receita Operacional Líquida (Tabela nº 17), a estrutura de custos direto apresentará configuração próxima à da média 2019/2022, contudo, com boa margem para obtenção de Lucro Operacional Bruto.

Em média, nos 13 anos seguintes (2024 a 2037), a participação relativa dos custos direto de produção na Receita Operacional Líquida Total, não deverá ultrapassar **60,0%**, permitindo a obtenção de Margem Operacional Bruta de **40,0%** (Tabela nº 17).

Os gestores enfrentarão significativo desafio, que exigirá intensos esforços nos primeiros anos em recuperação, para melhorar o resultado operacional líquido e colocar a empresa novamente em condições competitivas para participar dos certames concorrenciais.

Em relação as despesas operacionais, a participação relativa de determinados componentes, na Receita Operacional Líquida, deverá ser drasticamente reduzida, como as “Despesas Administrativas”. A média entre os anos de 2019 e 2022 foi de **51,17%** da ROL, não poderá superar os **18,0%**, ao longo da 2ª fase do período de planejamento.

Em razão da novação das dívidas, em decorrência da aprovação do presente plano, espera-se que ocorra sensível redução das despesas financeiras, que, do patamar atual de **18,6%**, em 2022, ou mesmo a média **9,24%** (2019/22), reduza para **3,0%**, a partir do segundo ano (Tabela nº 18).



TABELA 18
ESTRUTURA DAS DESPESAS OPERACIONAIS

ESTRUTURA DAS DESPESAS OPERACIONAIS	Atual (Média 2019/2022)	1ª Fase (1º Ano)	2ª Fase (a partir do 2º Ano)
Despesas Administrativas	51,17%	10,00%	18,00%
Despesas Financeiras	9,24%	3,00%	3,00%
Despesas Tributárias	0,38%	0,40%	0,40%
Provisionamento para IR e CSLL	0,00%	4,00%	4,00%

FONTE: Elaborada pelo autor.

Por outro lado, com o aumento do resultado operacional líquido esperado, haverá aumento dos impostos incidentes sobre o lucro líquido. A participação destas despesas deverá situar-se em torno de **4,0%** (Tabela nº 26).

A estrutura do resultado operacional líquido para todo o período de planejamento, está projetada na tabela abaixo.

TABELA 19
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

ESTRUTURA DOS CUSTOS/DESPESAS/RESULTADO LÍQUIDO	Atual (Média 2019/2022)	1ª Fase (1º Ano)	2ª Fase (a partir do 2º Ano)
CUSTO OPERACIONAIS DIRETOS	70,92%	30,76%	60,00%
Obras Empreitadas	2,1%	5,00%	5,00%
Prestação de Serviços	67,6%	15,00%	55,00%
Locação de Máquinas e Equipamentos	0,2%	3,50%	0,00%
Venda de Lotes Faris Gebrim	1,0%	7,26%	0,00%
LUCRO BRUTO	29,08%	69,24%	40,00%
DESPESAS OPERACIONAIS	60,80%	17,40%	25,40%
(-) Despesas Administrativas	51,17%	10,00%	18,00%
(-) Despesas Financeiras	9,24%	3,00%	3,00%
(-) Despesas Tributárias	0,38%	0,40%	0,40%
PROVISIONAMENTO DE IMPOSTO - IR	0,00%	4,00%	4,00%
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	-31,72%	51,84%	14,60%

FONTE: Elaborada pelo autor.



Os esforços de recuperação da empresa estarão concentrados na superação de sua instabilidade financeira, decorrente do elevado endividamento.

Nos próximos anos a Recuperanda deverá superar a crise financeira que lhe impôs forte prejuízos nos últimos dois anos (2020 e 2021), e alcançar uma lucratividade estável nos próximos anos, em torno de **14,6%** (Tabela nº 19).

O resultado surpreendente que será alcançado no primeiro ano, se dará em razão da elevada participação relativa das receitas decorrentes da locação de máquinas e equipamentos.

Se trata de estratégia emergencial, necessária para que a empresa sobreviva durante o período em que passará por amplo processo de reestruturação, no qual terá dificuldades para restabelecer sua capacidade produtiva e potencial de competição.

5.3 Projeção dos Resultado Operacional Líquido

A partir da projeção das receitas da empresa (Tabela nº 16), da nova estrutura de custos definida (Tabela nº 17) e da composição das Despesas Operacionais (Tabela nº 18) foi possível projetar o resultado operacional líquido da empresa, para os próximos quatorze anos.

Objetiva-se com tal projeção determinar a capacidade de pagamento da empresa, frente as necessidades amortização de seu endividamento.

Projeta-se que os preços continuarão a subir conforme a meta da inflação (**4,5%**). As vendas deverão crescer, em termos reais, a média anual de **3,0%**. O maior desafio da empresa neste período, será o de crescer mantendo a mesma estrutura física, assim obtendo importantes ganhos de escala.

A constituição de capital de giro mínimo necessário contribuirá para nova redução das despesas financeiras. Com tal carteira, não necessitará operar todos os seus recebíveis. Assim, a nova gestão financeira propiciará um novo patamar para as despesas financeiras, que devem situar-se em **3,0%** da ROL.



Implementados todas as mudanças propostas neste Plano, o desempenho econômico da empresa irá alcançar uma lucratividade igual a **14,6%** de sua Receita Operacional Líquida (Tabela nº 19).

Constata-se que nos primeiros três anos a empresa sofrerá os impactos do processo de reestruturação, principalmente, em razão das dificuldades em participar de forma competitiva nos certamos concorrenciais para a contratação de obras de pavimentação asfáltica e infraestrutura pesada.

A partir do quarto ano em recuperação, a empresa deverá melhorar sua capacidade de compra, bem como deverá sanar seus problemas de desencaixes pontuais de caixa, o que lhe permitirá operar em melhores condições.

As projeções contidas nas Tabelas nºs 20, 21, 22 e 23 mostram que a empresa conseguirá operar com lucratividade satisfatória a partir do terceiro ano. As projeções para os demais anos indicam que, a partir da implementação da reestruturação proposta, será possível superar seus principais problemas e atuar com níveis de eficiência, que assegurarão sua viabilidade econômica e sustentabilidade financeira.

No primeiro ano a empresa conseguirá reverter a situação atual, de prejuízo, para um lucro operacional líquido mensal da ordem de **R\$ 136.644,69** (Tabela nº 20).

No segundo ano, quando não terá mais receitas provenientes da locação de máquinas e equipamentos, seu lucro operacional líquido reduzirá para apenas **R\$ 55.900,23** (Tabela nº 21).

A partir do terceiro ano a empresa conseguirá estabilizar sua lucratividade em patamares semelhantes às demais empresas que atuam no setor, com margem operacional líquida em torno de **14,6%** sobre a receita operacional líquida. Para alcançar tal resultado deverá reduzir e estabilizar suas despesas financeiras em **3,0%**.



TABELA Nº 20
PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO – 1º ao 4º Ano.
(Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	311.666,67	761.250,00	1.077.708,75	1.590.205,64
Obras Empreitadas	30.000,00	150.000,00	161.452,50	168.717,86
Prestação de Serviços	60.000,00	500.000,00	800.000,00	1.300.000,00
Locação de Máquinas e Equipamentos	180.000,00	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	41.666,67	111.250,00	116.256,25	121.487,78
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	95.858,64	511.992,27	646.625,25	954.123,39
Obras Empreitadas	15.583,33	38.062,50	53.885,44	79.510,28
Prestação de Serviços	46.750,00	418.687,50	592.739,81	874.613,10
Locação de Máquinas e Equipamentos	10.908,33	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	22.616,98	55.242,27	-	-
LUCRO BRUTO	215.808,02	249.257,73	431.083,50	636.082,26
DESPESAS OPERACIONAIS	79.163,33	193.357,50	273.738,02	403.912,23
(-) Despesas Administrativas	56.100,00	137.025,00	193.987,58	286.237,02
(-) Despesas Financeiras	9.350,00	22.837,50	32.331,26	47.706,17
(-) Despesas Tributárias	1.246,67	3.045,00	4.310,84	6.360,82
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	12.466,67	30.450,00	43.108,35	63.608,23
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	136.644,69	55.900,23	157.345,48	232.170,02

FONTE: Elaborada pelo Autor.



TABELA Nº 21
PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO –5º ao 8º Ano
(Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	5º Ano Jul-27/jun-28	6º Ano Jul-28/jun-29	7º Ano Jul-29/jun-30	8º Ano Jul/30/jun-31
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.702.519,90	1.779.133,29	1.859.194,29	1.942.858,03
Obras Empreitadas	176.310,17	184.244,12	192.535,11	201.199,19
Prestação de Serviços	1.399.255,00	1.462.221,48	1.528.021,44	1.596.782,41
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	126.954,73	132.667,69	138.637,74	144.876,44
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	1.021.511,94	1.067.479,98	1.115.516,57	1.165.714,82
Obras Empreitadas	85.125,99	88.956,66	92.959,71	97.142,90
Prestação de Serviços	936.385,94	978.523,31	1.022.556,86	1.068.571,92
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	681.007,96	711.653,32	743.677,72	777.143,21
DESPESAS OPERACIONAIS	432.440,05	451.899,86	472.235,35	493.485,94
(-) Despesas Administrativas	306.453,58	320.243,99	334.654,97	349.714,45
(-) Despesas Financeiras	51.075,60	53.374,00	55.775,83	58.285,74
(-) Despesas Tributárias	6.810,08	7.116,53	7.436,78	7.771,43
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	68.100,80	71.165,33	74.367,77	77.714,32
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	248.567,91	259.753,46	271.442,37	283.657,27

FONTE: Elaborada pelo Autor.



TABELA Nº 22
PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO – 9º ao 12º Ano
(Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	9º Ano Jul-31/jun-32	10º Ano Jul-32/jun-33	11º Ano Jul-33/jun-34	12º Ano Jul-34/jun-35
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	2.030.286,65	2.121.649,55	2.159.856,48	2.144.126,50
Obras Empreitadas	210.253,15	219.714,54	229.601,70	239.933,78
Prestação de Serviços	1.668.637,61	1.743.726,31	1.822.193,99	1.904.192,72
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	151.395,88	158.208,69	108.060,79	-
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	1.218.171,99	1.272.989,73	1.295.913,89	1.286.475,90
Obras Empreitadas	101.514,33	106.082,48	107.992,82	107.206,32
Prestação de Serviços	1.116.657,66	1.166.907,25	1.187.921,06	1.179.269,57
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	812.114,66	848.659,82	863.942,59	857.650,60
DESPESAS OPERACIONAIS	515.692,81	538.898,98	548.603,55	544.608,13
(-) Despesas Administrativas	365.451,60	381.896,92	388.774,17	385.942,77
(-) Despesas Financeiras	60.908,60	63.649,49	64.795,69	64.323,79
(-) Despesas Tributárias	8.121,15	8.486,60	8.639,43	8.576,51
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	81.211,47	84.865,98	86.394,26	85.765,06
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	296.421,85	309.760,83	315.339,05	313.042,47

FONTE: Elaborada pelo Autor.



TABELA Nº 23
PROJEÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO – 13º e 14º Ano
(Médias Mensais)

DISCRIMINAÇÃO	13º Ano Jul-35/jun-36	14º Ano Jul-36/jun-37		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	2.240.612,19	2.341.439,74		
Obras Empreitadas	250.730,80	262.013,68		
Prestação de Serviços	1.989.881,39	2.079.426,06		
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-		
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-		
CUSTO OPERACIONAL DIRETO	1.344.367,31	1.404.863,84		
Obras Empreitadas	112.030,61	117.071,99		
Prestação de Serviços	1.232.336,70	1.287.791,86		
Locação de Máquinas e Equipamentos	-	-		
Venda de Lotes Faris Gebrim	-	-		
LUCRO BRUTO	896.244,88	936.575,89		
DESPESAS OPERACIONAIS	569.115,50	594.725,69		
(-) Despesas Administrativas	403.310,19	421.459,15		
(-) Despesas Financeiras	67.218,37	70.243,19		
(-) Despesas Tributárias	8.962,45	9.365,76		
PROVISIONAMENTOS DE IMPOSTOS	89.624,49	93.657,59		
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	327.129,38	341.850,20		

FONTE: Elaborada pelo Autor.



VI – PROPOSTAS DE PAGAMENTO



6. Propostas de Pagamento

As propostas de pagamentos terão como base o disposto na Lei 11.101/2005, que, de forma prática, estabelece a seguinte ordem de prioridade para os pagamentos.

1º Créditos extraconcursais.-

2º Créditos concursais.-

Além desses, para a construção do fluxo caixa futuro, foram considerados os pagamentos referentes aos **créditos não concursais**, como aqueles de natureza tributária ou, amparados por alienações fiduciárias. Tal procedimento se impõe em face da necessidade de determinação do “Valor da Parcela Mensal (VPM)”, a ser considerada no fluxo de caixa futuro, o qual contemplará a proposta de amortização do endividamento total.

6.1 - Créditos Extra Concursais:

Todos os créditos de natureza extra concursal têm prevalência sobre os créditos sujeitos à classificação, como: i) remuneração do administrador judicial e seus auxiliares; ii) créditos trabalhistas e acidentários relativos a serviços prestados para prosseguimento da atividade após o requerimento da recuperação judicial; iii). Quantias recebidas a títulos de adiantamento ou antecipação para operações futuras; iv) despesas, lato sensu, com a administração; v) custas judiciais.

Na avaliação das dívidas da empresa não foi constatada a existência de credores com tais características, portanto, com direito a referida prevalência de recebimento.



6.2 - Créditos Concurrais:

Dentre os créditos concursais, a ordem de prioridade será a seguinte:

- 1º) o crédito derivado da legislação do trabalho;
- 2º) os decorrentes de acidente de trabalho;
- 3º) o crédito com garantia real, limitado até o valor do bem gravado;
- 4º) o crédito tributário, independentemente de sua natureza e tempo de constituição;
- 5º) o crédito com privilégio especial;
- 6º) o crédito com privilégio geral;
- 7º) o crédito quirografário, incluído: i) o saldo dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento, como ocorre com o crédito com garantia real; ii) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias; e iii) os créditos trabalhistas cedidos a terceiros;
- 8º) o crédito subordinado.

6.2.1 – Classe I - Crédito Derivado da Legislação do Trabalho.

Os créditos derivados da legislação do trabalho possuem preferência sobre os demais créditos, conforme dispõe o Artigo 54 da Lei 11.101/2005:

*“Art. 54. O plano de recuperação judicial **não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano** para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial”.*

6.2.1.1 - Crédito de Natureza Estritamente Salariais, até 05 salários-mínimos.

Os créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, serão ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite de



cinco salários-mínimos por trabalhador, conforme disposto no parágrafo único do artigo 54:

“Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial”.

O saldo remanescente, quando existir, será pago em parcelas mensais, no prazo de 1 (um) ano, juntamente como o crédito decorrente de acidentes de trabalho (Art. 54 Lei 11.101/2005).

A empresa possui débitos trabalhistas referente a verba de caráter remuneratória por serviços prestados com vínculo empregatícios com **04** empregados, num total de **R\$ 12.196,50**. O montante referente a cada trabalhador com vínculo empregatícios, não ultrapassa a 05 cinco salários-mínimos. (Ver Tabela nº 24).

TABELA Nº 24

CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS

CREDOR	NATUREZA	VALOR R\$
EVAIR MULLER	ATIVO/TRABALHANDO	R\$ 2.454,56
IVANILDO SANTANA DA SILVA	ACORDO TRABALHISTA	R\$ 5.600,00
JOAO APARECIDO SILVERIO PADILHA	ATIVO/TRABALHANDO	R\$ 2.649,26
LUANA RAFAELA TEIXEIRA	ATIVO/TRABALHANDO	R\$ 1.492,68
TOTAL		12.196,50

FONTE: Informações prestadas pela empresa.

Proposta de Pagamento:

Os créditos referentes aos saldos de salários vencidos, até o valor de 05 salários-mínimos, serão pagos em até 30 dias após a aprovação do plano, conforme disposto no parágrafo único do parágrafo único do Artigo 54 da Lei nº 11.101/2005.

Para os credores com valores a receber acima de 05 salários-mínimos, o saldo remanescente, quando existir, será pago em parcelas mensais, no prazo de 1 (um) ano, após o recebimento do teto estabelecido pelo Art. 54 da Lei nº 11.101/2005.



**6.2.1.2 Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida –
Art. 6º §§ 1º a 5º da Lei 11.101/2005 - até 150 salários-
mínimos.**

Existem contra a empresa 34 ações referentes a reclamações trabalhistas, na Justiça do Trabalho. Destas, 32 possuem valores reclamados que se situam entre 05 e 150 salários-mínimos, num total de **R\$ 1.829.838,70**.

Embora estes créditos, no presente momento, não possuam natureza concursal, por não possuírem sentenças transitadas em julgado e devidamente habilitados, necessitam ser **provisionados**, para fins de projeção do fluxo de caixa futuro.

Os pagamentos destes créditos, à medida que forem habilitados, serão efetuados nos moldes estabelecidos pelo Artigo 54 da Lei 11.101/2005.

Estima-se, considerando os prazos médios de tramitação das ações trabalhistas, que a empresa desembolsará recursos com estes pagamentos, nos próximos cinco anos.

**6.2.1.3 Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida –
Art. 6º §§ 1º a 5ºA da Lei 11.101/2005 – acima de 150
salários-mínimos.**

Dentre a 34 ações trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho, em desfavor da Recuperanda, duas pleiteiam valores que superam a 150 salários-mínimos.

A jurisprudência brasileira tem entendido que valores elevados, mesmo que possam ser considerados de natureza trabalhistas, que impõem elevados desembolsos à Recuperanda, no primeiro ano, comprometem a execução do Plano de Recuperação, e, portanto, coloca risco a preservação da empresa.



O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada no sentido de que não há aplicação automática do limite previsto no art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial

Tal posição está contida, por exemplo, na seguinte decisão do STJ:

RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS DE ADVOGADO - CRÉDITO TRABALHISTA POR EQUIPARAÇÃO - POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DE PAGAMENTO, DESDE QUE CONSENSUALMENTE ESTABELECIDO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES - PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS DE DIREITO PRIVADO DO STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada no sentido de que não há aplicação automática do limite previsto no art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, pois a forma de pagamento dos créditos é estabelecida consensualmente pelos credores e pela recuperanda no plano de recuperação judicial.

1.1. É permitido, portanto, à Assembleia Geral de Credores - AGC, em determinados créditos e situações específicas, a liberdade de negociar prazos de pagamentos, diretriz, inclusive, que serve de referência à elaboração do plano de recuperação judicial da empresa.

2. Em se tratando de crédito trabalhista por equiparação (honorários advocatícios de alta monta), as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Precedentes.

3. Recurso especial provido para cassar o acórdão estadual e, por conseguinte, restabelecer, em relação ao referido crédito concursal, o plano de recuperação judicial homologado pelo juízo universal. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.143 - MT (2019/0121355-1).**

Como demonstrado no planejamento econômico-financeiro, a capacidade de pagamento apurada não suporta cumprir os pagamentos destes



créditos, caso logrem êxito em suas habilitações, nas condições de pagamento na estabelecidas para os credores da Classe I.

Tal circunstância inviabilizará todo o Plano de Recuperação Judicial, colocando em risco a preservação da empresa.

De tal forma, estes créditos deverão ser pagos nas mesmas condições estabelecidas, no Plano de Recuperação, para os credores da Classe IV, com créditos a receber a partir de R\$ 3.000,00.

6.2.2 - Classe II - Credores com Garantia Real, limitado até o valor do bem gravado.

Na análise dos contratos de créditos firmados pela Recuperanda, constatou-se que há duas operações amparadas por garantia reais. Estas operações foram realizadas com duas instituições bancárias, no valor total de **R\$ 856.156,55**, conforme consta da tabela abaixo:

TABELA Nº 25
CLASSE II - CREDITORES COM GARANTIA REAL

CREDOR	MODALIDADE	GARANTIA CONCEDIDA	VALOR R\$
BANCO DO BRASIL SA	Empréstimo	Hipoteca em 1º Grau – Imóvel Rural	R\$ 100.632,43
COOPERATIVA DE CRÉDITO – SICREDI-VANGUARDA	Empréstimo	Hipoteca em 1º Grau - Imóvel Rural	R\$ 755.524,12
TOTAL			R\$ 856.156,55

FONTE: Informações prestadas pela empresa, contratos e extratos bancários e Relatório Sisbacen.



6.2.2.1 Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba – Sicredi Vanguarda.

A empresa possui com a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba – Sicredi Vanguarda, uma operação de crédito amparada por garantia real, representada pela hipoteca de lote de terra rural, no valor total de **R\$ 2.500.000,00**, para pagamento em 60 parcelas mensais, nas seguintes condições de contratação:

Contrato: B85031334-0

Data da Contratação: 01/07/2018;

Vencimento: 01/08/2023;

Modalidade: Cédula de Crédito Bancário;

Garantias: Hipoteca em 1º grau de imóvel rural, matriculado sob o nº 4.913 CRI Cascavel, denominado Fazenda La Paz;

Saldo Devedor: R\$ 755.524,12.

6.2.2.2 - Banco do Brasil S/A.

Com o Banco do Brasil foi contratada uma operação de crédito na modalidade “Cédula de Crédito Bancário” no valor de **R\$ 1.000.000,00** para pagamento em 36 parcelas mensais. As garantias previstas nesta contratação foram representadas por hipoteca em 1º grau do lote de terra rural matriculado sob o nº 9.762 no CRI Cascavel, e aval do Sócio e Cônjuge. As demais condições foram as seguintes:

Contrato: 469310389;

Data da Contratação: 22/06/2019

Vencimento: 22/08/2022;

Modalidade: Cédula de Crédito Bancário;

Garantias: Hipoteca em 1º grau de imóvel rural, matriculado sob o nº 9.762 CRI Cascavel e aval do sócio e esposa;



Saldo Devedor: R\$ 100.632,43

PROPOSTA DE PAGAMENTO

Para saldar todos os valores referentes a créditos contratados e/ou renegociados junto às instituições financeiras, bem como os valores devidos às empresas agroindústrias, a Recuperanda submete à Assembleia Geral de Credores, a seguinte proposta:

i) Forma de pagamento do valor total da dívida

Sobre o valor total da dívida, junto aos credores com Garantia Real (Classe II), será considerado um desconto (**deságio**) correspondente a 70% (setenta por cento) sobre o valor do saldo devedor, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022.

ii) Período de Correção dos Saldos Devedores.

Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).

iii) Prazo de Carência.

24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

IV) Prazo e Condições de Amortização.

144 (Cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas.

A primeira parcela vencendo no último dia útil do 25º mês, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos



credores, e, as demais, em igual data correspondente aos 143 meses subsequentes.

V) Determinação do Valor Mensal da Parcela

O valor mensal de cada parcela será calculado sobre o saldo devedor atualizado pela variação mensal da TR.

VI) Garantias.

Serão mantidas as garantias reais originalmente contratadas e inclusive as fidejussórias outorgadas pela Recuperanda, ficando, no entanto, em relação aos terceiros devedores solidários ou coobrigados, suprimidas as garantias em geral, sejam reais, cambiais ou fidejussórias.

Se houver necessidade da alienação do bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão efetuadas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia, conforme artigo 50, parágrafo §1º da Lei 11.101/2005.

VII) Novação

Ocorrendo a aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores e, devidamente, homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, por força do disposto no Art. 59 da Lei 11.101/2005, **obrigará** a Recuperanda e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial, ou que tiverem aderido aos termos deste plano, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título a **novação** de todos os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial no momento da aprovação, inclusive aqueles que, mesmo não sujeitos à recuperação, foram relacionados e não contestados pelos respectivos credores, não podendo qualquer crédito ser cobrado de forma individualizada dos coobrigados por força da **novação** aprovada através do plano de recuperação judicial.



Portanto, toda e qualquer condição preestabelecida em contratos, com vínculo direto ou indireto aos créditos que se sujeitam a esse Plano de Recuperação Judicial, não mais terão validade, pois prevalecerá o “**Animus Novandi**” deste Plano de Recuperação Judicial.

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores, ou de forma direta pelo Poder Judiciário, deverão ser suspensas todas as ações de cobranças, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra a Recuperanda e/ou seus respectivos sócios controladores e respectivos cônjuges, e, ainda, para todos os demais coobrigados a qualquer títulos, inclusive por avais e fianças, referente aos respectivos créditos sujeitos à recuperação judicial e de prosseguimento processual enquanto o mesmo estiver sendo regularmente cumprido.

VIII) Quitação Integral dos Débitos.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos, condições e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente pagos e quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva.

Serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores que mantiverem os protestos vigentes enquanto o presente Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou pela quitação dos débitos.

6.2.3 – Classe III - Credores Quirografários com Privilégio Geral.

As dívidas da Recuperanda para credores cujos direitos não estão amparados por garantias reais, e, portanto, se enquadram na Classe III –



Credores Quirografários com Privilégio Geral, somam a importância de **R\$ 34.009.995,47**, e está distribuída entre instituições financeiras e empresas de grande e médio, conforme apresentado na Tabela nº 26.

TABELA Nº 26
CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDORES	CRÉDITOS (R\$)
Instituições Financeiras	31.670.702,95
Empresas Médio e Grande Porte	2.339.292,52
TOTAL	34.009.995,47

FONTE: Informações prestadas pela empresa, contratos e extratos bancários e Relatório Sisbacen.

6.2.3.1 – Instituições Financeiras

As contratações de créditos bancários não amparados por garantias reais, portanto, classificadas como quirografários, somam a importância de **R\$ 31.670.702,95**, e foram realizadas junto a seis instituições financeiras, conforme demonstrado na Tabela nº 27.

TABELA Nº 27
CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO GERAL –
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÃO	CRÉDITOS(R\$)
BANCO DO BRASIL SA	20.214.642,53
BANCO BRADESCO S.A.	845.585,22
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	3.083.893,62
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.049.834,16
ITAU UNIBANCO S.A.	2.392.014,25
BANCO DAYCOVAL S.A.	84.733,17
TOTAL	31.670.702,95

FONTE: Informações prestadas pela empresa, contratos e extratos bancários e Relatório Sisbacen.



6.2.3.1.1 – Banco do Brasil S/A.

Com o Banco do Brasil S/A., a Recuperanda possui sete operações de contratações de créditos, não amparadas por garantias reais ou alienações fiduciárias, que perfazem um total de **R\$ 20.214.642,53**. (Tabela nº 28)

TABELA 28
CONTRATOS COM O BANCO DO BRASIL S/A

CONTRATO	Modalidade	Garantias	Emissão	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)
469.310.234	BB Giro	Aval dos Sócios	24/04/2019	Rotativo	74.612,57
469.315.594	Cédula de Crédito Bancário	Aval dos Sócios	22/02/2022	21/06/2025	8.418.340,54
469.315.784	Conta Garantida BB	Aval dos Sócios	08/07/2021	06/11/2021	4.100.000,00
469.316.246	CCB- Cédula de Crédito Bancário	Aval dos Sócios	12/05/2022	11/09/2025	1.189.640,7
469.316.331	CCB - Cédula de Crédito Bancário	Aval dos Sócios	28/05/2022	27/09/2025	4.821.140,89
469.316.854	Cédula de Crédito Bancário	Aval dos Sócios	16/11/2022	15/03/2025	1.551.243,40
	Cheque Especial			Rotativo	59.664,43
TOTAL					R\$ 20.214.642,53

FONTE: Contratos e Extratos Bancários.

6.2.3.1.2 – Banco Bradesco S. A

Com o Banco Bradesco S/A a empresa possui três operações de créditos, não amparadas por garantias reais ou alienações fiduciárias, cujos saldos devedores somam a importância de **R\$ 845.585,22**.

Todas as operações tiveram como objeto o financiamento de capital de giro para a empresa, em diferentes modalidades. A tabela nº 29 apresenta as principais informações sobre as operações contratadas.



TABELA 29
CONTRATOS COM O BANO BRADESCO S/A

CONTRATO	Modalidade	Garantias	Emissão	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)
013.977.394	CCB – Empréstimo – Capital de Giro	Aval dos Sócios	23/07/2020	24/07/2023	497.523,29
	Conta Garantia	Aval dos Sócios		Rotativo	176.046,72
	Cartão de Crédito	Não Previstas			172.015,21
TOTAL					845.585,22

FONTE: Contratos e Extratos Bancários.

6.2.3.1.3 - Banco Santander (Brasil) S. A.

Com o Banco Santander foram realizadas três operações de créditos, não amparadas por garantias reais ou alienações fiduciárias, que somam, juntas, a importância de **R\$ 3.083.893,62**. Constam dos contratos as seguintes informações:

TABELA 30
CONTRATOS COM O BANCO SANTANDER (Brasil) S/A.

CONTRATO	Modalidade	Garantias	Emissão	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)
003309493 00000015110	CCB - Capital de Giro - Pós CDI	Aval dos Sócios	26/01/2022	25/06/2023	2.511.959,98
	Cheque Especial	Não previstas		Rotativo	342.571,20
	Cartão de Crédito	Não previstas			229.362,44
TOTAL					3.083.893,62

FONTE: Contratos e Extratos Bancários.

6.2.3.1.4 – Caixa Econômica Federal

Com a Caixa Econômica Federal a empresa possui três operações operação de crédito, que estão sujeitas aos efeitos da Lei 11.101/2005, no valor remanescente de **R\$ 5.049.834,16**. As informações e condições contratadas constam da Tabela nº 31:



TABELA 31
CONTRATOS COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

CONTRATO	Modalidade	Garantias	Emissão	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)
14.4317.737. 0000036-07	CCB – Capital de Giro	Alienação Fiduciária – Direitos Creditórios (Exaurida)	21/02/2022	22/02/2023	3.307.204,65
0.000.000.001. 029.362	CCB – Caixa Empresarial MGE PEAC	FGI - Fundo Garantidor de Investimentos PEAC	29/09/2020	28/09/2023	1.594.203,51
	Cheque Especial	Não Previstas		Rotativo	148.426,00
TOTAL					5.049.834,16

FONTE: Contratos e Extratos Bancários.

6.2.3.1.5 – Itaú Unibanco S.A.

Com o Banco Bradesco S/A a empresa possui cinco operações de créditos, não amparadas por garantias reais ou alienações fiduciárias, cujos saldos devedores somam a importância de **R\$ 2.392.014,25**.

Todas as operações tiveram como objeto o financiamento de capital de giro para a empresa, em diferentes modalidades. A tabela nº 32 apresenta as principais informações sobre as operações contratadas.

TABELA 32
CONTRATOS COM O ITÁU UNIBANCO.

CONTRATO	Modalidade	Garantias	Emissão	Vencimento	Saldo Devedor (R\$)
Cópia não fornecida		Aval dos Sócios		21/09/2023	52.317,30
Cópia não fornecida		Aval dos Sócios		20/10/2023	18.487,20
Cópia não fornecida		Aval dos Sócios		06/10/2023	179.566,10
Cópia não fornecida	Conta Garantida	Aval dos Sócios		20/09/2022	2.009.000,00
Cópia não fornecida	Cheque Especial	Aval dos Sócios		Rotativo	132.643,65
TOTAL					2.392.014,25

FONTE: Extratos Bancários.



6.2.3.1.6 – Banco Daycoval S.A.

Com o Banco Daycoval S/A., a empresa possui duas operações de créditos, não amparadas por garantias reais ou alienações fiduciárias, cujos saldos devedores somam a importância de **R\$ 84.733,17**.

As contratações foram realizadas nas seguintes condições:

Contrato: (Cópia não fornecida);

Data da Contratação: ;

Vencimento: 06/02/2022;

Modalidade: CCB – Capital de Giro - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito - PEAC;

Garantias: Aval dos Sócios e Fundo Garantidor de Investimento - FGI;

Saldo Devedor: **R\$ 44.733,17**.

Contrato: (Cópia não fornecida);

Data da Contratação: ;

Vencimento: Rotativo;

Modalidade: Cheque Especial;

Garantias: Não previstas;

Saldo Devedor: **R\$ 40.000,00**.

PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO:

i) Forma de pagamento do valor total da dívida

Sobre os saldos devedores das dívidas contraídas junto as instituições financeiras, cujos créditos foram classificados como “Quirografários com Privilégio Geral (Classe III)”, será considerado um desconto (**deságio**) correspondente a 70% (setenta por cento) do valor total do saldo devedor da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022.



ii) Período de Correção dos Saldos Devedores.

Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).

iii) Prazo de Carência.

24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

IV) Prazo e Condições de Amortização.

144 (Cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas.

A primeira parcela vencendo no último dia útil do 25º mês partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores, e, as demais, em igual data correspondente aos 143 meses subsequentes.

V) Determinação do Valor Mensal da Parcela

O valor mensal de cada parcela será calculado sobre o saldo devedor remanescente, atualizado pela variação mensal da TR.

VI) Garantias.

Serão mantidas as garantias originalmente contratadas e inclusive as fidejussórias outorgadas pela Recuperanda, ficando, no entanto, em relação aos terceiros devedores solidários ou coobrigados, suprimidas as garantias em geral, sejam reais, cambiais ou fidejussórias.



VII) Novação

Ocorrendo a aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores e, devidamente, homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, por força do disposto no Art. 59 da Lei 11.101/2005, **obrigará** a Recuperanda e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial, ou que tiverem aderido aos termos deste plano, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título a **novação** de todos os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial no momento da aprovação, inclusive aqueles que, mesmo não sujeitos à recuperação, foram relacionados e não contestados pelos respectivos credores, não podendo qualquer crédito ser cobrado de forma individualizada dos coobrigados por força da **novação** aprovada através do plano de recuperação judicial.

Portanto, toda e qualquer condição preestabelecida em contratos, com vínculo direto ou indireto aos créditos que se sujeitam a esse Plano de Recuperação Judicial, não mais terão validade, pois prevalecerá o “**Animus Novandi**” deste Plano de Recuperação Judicial.

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores, ou de forma direta pelo Poder Judiciário, deverão ser suspensas todas as ações de cobranças, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra a Recuperanda e/ou seus respectivos sócios controladores e respectivos cônjuges, e, ainda, para todos os demais coobrigados a qualquer títulos, inclusive por avais e fianças, referente aos respectivos créditos sujeitos à recuperação judicial e de prosseguimento processual enquanto o mesmo estiver sendo regularmente cumprido.

VIII) Quitação Integral dos Débitos.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos, condições e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente pagos e quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título,



contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva.

Serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores que mantiverem os protestos vigentes enquanto o presente Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou pela quitação dos débitos.

6.3.3.2 – Empresas de Médio e Grande Porte (Clientes e Fornecedores)

Para empresas de médio e grande porte, como fornecedores de materiais e insumos e prestadoras de serviços, que se enquadram na Classe III – Credores Quirografários com Privilégio Geral, a Recuperanda deve **R\$ 2.339.292,52**, distribuídos entre **102** credores.

Desse total, **45** possuem créditos cujos valores são inferiores a **R\$ 5.000,00**, que perfaz um total de **R\$ 100.853,63**. Para outros **57** fornecedores de médio e grande porte, cujas dívidas situam-se a partir de **R\$ 3.000,00**, a dívida total é de **R\$ 2.238.438,89**, conforme consignado na Tabela nº 33.

Na formulação da proposta de pagamento para estes credores, buscou-se preservar o patrimônio daqueles que possuem pequenos valores a receber, sem, contudo, ferir o princípio **“Par Conditio Creditorum”**.

De tal forma os credores foram agrupados duas subclasses⁵, conforme o montante de seus créditos, da seguinte forma:

⁵ No julgamento do REsp n. 1.634.844/SP, (Mai/2019) o STJ entendeu cabível a criação de subclasses de credores pelo Plano de Recuperação Judicial (PRJ), desde que mediante critério objetivo e alinhado aos fins do procedimento recuperacional. No caso, se justifica, para a preservação dos direitos dos credores que possuem pequenos valores a receber. Se, submetido a parcelamento de longo prazo, seus valores nominais serão diluídos a montantes inferiores aos custos operacionais das transferências eletrônicas, quando da efetivação de seus pagamentos.



TABELA Nº 33

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES – Empresas EPP

Nº	CREDOR	VALOR
45	Fornecedores com valores a receber até R\$ 3.000,00	R\$ 100,853,63
57	Fornecedores – com valores a receber a acima de R\$ 3.000,00	R\$ 2.238.438,99
102	TOTAL	R\$ 2.339.292,52

FONTE: Informações levantadas nos relatórios contábeis (DRE e Balancete).

6.3.3.2.1 Fornecedores de Médio e Grande Porte com valores a receber até R\$ 3.000,00

Número de Credores – 45

Créditos Totais – R\$ 100.853,63

Proposta de Negociação:

Deságio: - desconto correspondente a 70% (setenta por cento) do valor total do saldo devedor da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022

Carência: - 24 meses a contar a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

Atualização Monetária: Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).



Forma de Pagamento: 24 parcelas mensais consecutivas, cujo montante será apurado com base no valor original existente na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022. A primeira parcela vencendo no último dia do 13º mês, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores e, as demais, em igual data correspondente aos 23 meses subsequentes.

6.3.3.2.2 Fornecedores de Médio e Grande Porte com valores a receber acima de R\$ 3.000,00

Número de Credores – 57

Créditos Totais – R\$ 2.238.438,99

PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO:

i) Forma de pagamento do valor total da dívida

Sobre o valor total das dívidas contraídas junto as empresas de médio e grande, fornecedoras de materiais, insumos e prestadoras de serviços, cujos créditos foram classificados como “Quirografários com Privilégio Geral (Classe III)”, será considerado um desconto (**deságio**) correspondente a 70% (setenta por cento) sobre o valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022.

ii) Período de Correção dos Saldos Devedores.



Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).

iii) Prazo de Carência.

24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

IV) Prazo e Condições de Amortização.

144 (Cento e quarenta e quatro) parcelas mensais consecutivas.

A primeira parcela vencendo no último dia útil do 25º mês partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores, e, as demais, em igual data correspondente aos 143 meses subsequentes.

V) Determinação do Valor Mensal da Parcela

O valor mensal de cada parcela será calculado sobre o saldo devedor remanescente, atualizado pela variação mensal da TR.

VI) Garantias.

Serão mantidas as garantias reais originalmente contratadas e inclusive as fidejussórias outorgadas pela Recuperanda, ficando, no entanto, em relação aos terceiros devedores solidários ou coobrigados, suprimidas as garantias em geral, sejam reais, cambiais ou fidejussórias.



VII) Novação

Ocorrendo a aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores e, devidamente, homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, por força do disposto no Art. 59 da Lei 11.101/2005, **obrigará** a Recuperanda e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial, ou que tiverem aderido aos termos deste plano, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título a **novação** de todos os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial no momento da aprovação, inclusive aqueles que, mesmo não sujeitos à recuperação, foram relacionados e não contestados pelos respectivos credores, não podendo qualquer crédito ser cobrado de forma individualizada dos coobrigados por força da **novação** aprovada através do plano de recuperação judicial.

Portanto, toda e qualquer condição preestabelecida em contratos, com vínculo direto ou indireto aos créditos que se sujeitam a esse Plano de Recuperação Judicial, não mais terão validade, pois prevalecerá o “**Animus Novandi**” deste Plano de Recuperação Judicial.

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores, ou de forma direta pelo Poder Judiciário, deverão ser suspensas todas as ações de cobranças, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra a Recuperanda e/ou seus respectivos sócios controladores e respectivos cônjuges, e, ainda, para todos os demais coobrigados a qualquer títulos, inclusive por avais e fianças, referente aos respectivos créditos sujeitos à recuperação judicial e de prosseguimento processual enquanto o mesmo estiver sendo regularmente cumprido.

VIII) Quitação Integral dos Débitos.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos, condições e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente pagos e quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título,



contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva.

Serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores que mantiverem os protestos vigentes enquanto o presente Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou pela quitação dos débitos.

6.4 – Classe IV - Credores Quirografários com Privilégio Especial – Empresas EPP/ME/EIRELI - (Classe IV).

Para as empresas de pequeno porte (EPP/MEI/EIRELI), que forneceram bens e serviços para a empresa e estão amparados pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, a dívida é de **R\$ 1.385.633,86**, junto a **164** credores.

Desse total, **76** possuem créditos cujos valores são inferiores a **R\$ 3.000,00**, que perfaz um total de **R\$ 111.179,64**. Para os outros **88** fornecedores de pequeno porte, cujas dívidas situam-se acima de **R\$ 3.000,00**, a dívida total é de **R\$ 1.274.454,22**, conforme consignado na Tabela nº 34.

Na formulação da proposta de pagamento para estes credores, buscou-se preservar o patrimônio daqueles que possuem pequenos valores a receber, sem, contudo, ferir o princípio **“Par Conditio Creditorum”**.

De tal forma os credores foram agrupados duas subclasses⁶, conforme o montante de seus créditos, da seguinte forma:

⁶ No julgamento do REsp n. 1.634.844/SP, (Mai/2019) o STJ entendeu cabível a criação de subclasses de credores pelo Plano de Recuperação Judicial (PRJ), desde que mediante critério objetivo e alinhado aos fins do procedimento recuperacional. No caso, se justifica, para a preservação dos direitos dos credores que possuem pequenos valores a receber. Se, submetido a parcelamento de longo prazo, seus valores nominais serão diluídos a montantes inferiores aos custos operacionais das transferências eletrônicas, quando da efetivação de seus pagamentos.



TABELA Nº 34

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES – Empresas EPP

Nº	CREDOR	VALOR
76	Fornecedores com valores a receber até R\$ 3.000,00	R\$ 111.179,64
88	Fornecedores – com valores a receber a partir de R\$ 3.000,00	R\$ 1.274.454,22
164	TOTAL	R\$ 1.385.633,86

FONTE: Informações prestadas pela empresa.

6.4.1 Fornecedores EPP com valores a receber até R\$ 3.000,00.

Número de Credores – 76

Créditos Totais – R\$ 111.179,64

Proposta de Negociação:

Proposta de Negociação:

- a) Deságio: - desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total do saldo devedor da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022
- b) Carência: - 18 meses a contar a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.
- c) Atualização Monetária: Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).
- d) Forma de Pagamento: 12 parcelas mensais consecutivas, cujo montante será apurado com base no valor original existente



na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022. A primeira parcela vencendo no último dia do 13º mês, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores e, as demais, em igual data correspondente aos 11 meses subsequentes.

6.4.2 Fornecedores EPP com valores a receber a acima de R\$ 3.000,00.

Número de Credores – 88

Dívida Total – R\$ 1.274.454,22

Proposta de Negociação:

i) Forma de pagamento do valor total da dívida

Sobre o valor total da dívida contraídas junto as instituições financeiras, cujos créditos foram classificados como “Quirografários com Privilégio Especial (Classe IV)”, será considerado um desconto (**deságio**) correspondente a **70%** (setenta por cento) do valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17/11/2022.

ii) Período de Correção dos Saldos Devedores.

Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 17/11/2022, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).

iii) Prazo de Carência.



24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores.

IV) Determinação do Valor Mensal da Parcela

O valor mensal de cada parcela será calculado sobre o saldo devedor remanescente atualizado pela variação mensal da TR.

V) Prazo e Condições de Amortização.

120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas.

A primeira parcela vencendo no último dia útil do 25º mês partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores, e, as demais, em igual data correspondente aos 119 meses subsequentes.

6.5 Credores Não Concursais.

6.5.1 Crédito tributário, independentemente de sua natureza e tempo de constituição.

Segundo a Lei nº 11.101/2005 o crédito tributário está excluído dos efeitos da Recuperação Judicial, podendo ser cobrado fora do plano, segundo legislação específica que estabelecer o parcelamento. Assim, as dívidas de natureza tributária deverão ser liquidadas dentro das condições legais de parcelamento oferecido pelos órgãos públicos.

Para fins de elaboração do Fluxo de Caixa Futuro é necessário considerar todos os desembolsos, que a empresa irá efetuar durante o período



em que estiverem em recuperação. Assim, os compromissos com a amortização das dívidas de natureza tributária foram totalmente considerados no fluxo de caixa futuro projetado.

Conforme informações obtidas junto a Receita Federal do Brasil, a dívida consolidada da empresa, em 07/02/2023, somava a importância de R\$ **R\$ 1.483.537,47**, e compreendia a falta de recolhimento nas datas previstas de nove tributos e contribuições sociais, como demonstrado na Tabela nº 35.

TABELA Nº 35
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	VALOR
PIS	R\$ 89.723,86
COFINS	R\$ 414.110,45
IRPJ	R\$ 388.206,56
CSLL	R\$ 250.164,35
IRRF	R\$ 174.954,92
INSS FOLHA	R\$ 83.556,79
CP SEGURADOS	R\$ 60.852,08
CP TERCEIROS	R\$ 4.257,92
CP PATRONAL	R\$ 17.710,54
TOTAL	R\$ 1.483.537,47

FONTE: Receita Federal do Brasil.

A Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU), no dia 31 de janeiro de 2022, a Instrução Normativa nº 2.063/2022, que trouxe novas regras para parcelamento de dívidas tributárias, voltadas para as empresas em recuperação judicial.

Dentre as duas modalidades oferecidas, nesta Instrução Normativa, a Recuperanda deverá optar pelo parcelamento em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas

6.5.2 – Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária

Embora tais créditos estejam excluídos dos efeitos da Recuperação Judicial – Lei 11.101/2005, por força de seu art. 49, §§ 3º, 4º e 5º, em razão de



possuírem coberturas decorrentes da cessão da propriedade fiduciária dos veículos, objetos dos financiamentos, é necessário prever o provisionamento de seus pagamentos, para fins de elaboração do Fluxo de Caixa Futura.

Para credores cujos direitos creditícios estão amparados por reserva de domínio ou alienação fiduciária de direitos sobre a titularidade de títulos de créditos, veículos, máquinas e equipamentos, a Recuperanda possui operações com duas instituições financeiras, no montante de **R\$ 1.635.724,65**.

A tabela nº 36 apresenta a relação dos credores cujos contratos estão amparados por garantidas fiduciárias.

TABELA Nº 36

CREDORES NÃO CONCURSAIS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÃO	PARCELAS A PAGAR	VALOR PARCELA (R\$)	SALDO DEVEDOR (R\$)
BANCO DO BRASIL SA	10	14.078,48	198.481,94
DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A.	30	7.145,20	205.855,20
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4	20.620,65	304.239,19
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	21	44.149,92	927.148,32
TOTAL		85.994,25	1.635.724,65

FONTE: Informações prestadas pela empresa, contratos e extratos bancários.

6.3.2.1 - Banco do Brasil S/A.

Contrato: nº 4006250

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 30/06/2017;

Vencimento: 15/06/2023;

Modalidade: Financiamento de Máquina;

Garantia: Cessão Fiduciária da Máquina Objeto do Financiamento - ESCAVADEIRA HIDR CATERPILLAR 320 - EH-06;



Saldo Devedor: R\$ 32.452,90.

Contrato: nº 4005788;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 30/06/2017;

Vencimento: 15/11/2023;

Modalidade: Financiamento de Máquina;

Garantia: Cessão Fiduciária da Máquina Objeto do Financiamento - MN
KOMATSU GD655-5.

Saldo Devedor: R\$ 109.530,00.

Contrato: nº 4005779;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 30/06/2017;

Vencimento: 15/12/2023;

Modalidade: Financiamento de Máquina;

Garantia: Cessão Fiduciária da Máquina Objeto do Financiamento - PA
CARREGADEIRA KOMATSU WA200-5;

Saldo Devedor: R\$ 56.499,04.

6.3.2.2 - DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A.

Contrato: nº 248;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 01/04/2020;

Vencimento: 01/04/2025;

Modalidade: Financiamento de Máquina;

Garantia: Cessão Fiduciária da Máquina Objeto do Financiamento -
ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB JS210 - EH-12;



Saldo Devedor: R\$ 205855,20.

6.3.2.3 – Caixa Econômica do Brasil.

Contrato: nº 65001248;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 27/02/2020;

Vencimento: 27/08/2024;

Modalidade: Financiamento de Equipamento;

Garantia: Cessão Fiduciária do Equipamento Objeto do Financiamento -
VA VIBROACABADORA AF5000 PLUS;

Saldo Devedor: **R\$ 267.201,63.**

Contrato: nº ;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 30/06/2017;

Vencimento: 15/12/2022;

Modalidade: Financiamento de Equipamento;

Garantia: Cessão Fiduciária do Equipamento Objeto do Financiamento -
USINA DE ASFALTO UACF15;

Saldo Devedor: R\$ 37.037,56.

6.3.2.4 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Contrato: nº 5390;

Classificação: Não Concursal;

Data Contratação: 14/02/2020;

Vencimento: 14/03/2024;

Modalidade: Financiamento de Equipamento;



Garantia: Cessão Fiduciária do Equipamento Objeto do Financiamento -
USINA DE ASFALTO AMMANN PRIME 140;

Saldo Devedor: R\$ 927.148,32.

Conforme demonstrado no planejamento econômico-financeiro, a Recuperanda não conseguirá, nos primeiros meses em recuperação, adquirir capacidade de pagamento compatível com as necessidades de desembolsos previstas nestas contratações.

Diante de tal perspectiva, para a elaboração do fluxo de caixa futuro, foi admitida a possibilidade de renegociações, junto a estes credores, nos seguintes termos:

- h) Suspensão dos pagamentos das parcelas mensais até a data da aprovação deste Plano de Recuperação Judicial, pela Assembleia Geral de Credores;
- ii) Aplicação, de forma acumulativa, de todos os encargos financeiros previstos nos contratos originais, durante o período da suspensão dos pagamentos;
- iii) Retomada dos pagamentos mensais, a partir da parcela suspensa, 15 dias após à data da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, até a última parcela, com a liquidação total dos contratos.

6.6 - Determinação do Valor da Parcela Mensal (VPM)

O Valor da Parcela Mensal se refere à soma de todas as parcelas que deverão ser pagas mensalmente pela Recuperanda para a amortização plena de seu endividamento, considerando os credores concursais e os não concursais.



Para sua determinação foram considerados os saldos devedores apurados em 17 de novembro de 2022, cujos valores serão corrigidos mensalmente pela variação da TR.

Na Tabela nº 37 são apresentados os Valores das Parcelas Mensais, considerando os prazos de carência proposto. São apresentados os valores para os cinco primeiros anos em recuperação⁷.

Nessa situação, com a possibilidade de obtenção de carência, descontos e dilatação do prazo de amortização, por parte dos credores, a capacidade de pagamento apurada para o período é compatível com as necessidades de desembolsos mensais para a amortização da dívida total.

No primeiro ano em recuperação o valor da parcela mensal será **R\$ 105.071,17** (Tabela nº 37). Nos dois primeiros anos, em razão do prazo de carência pleiteado a Recuperanda pagará apenas as dívidas de natureza trabalhista, as amparadas por garantias de alienação fiduciária e àquelas de natureza tributária.

A partir do terceiro ano, mesmo com a liquidação dos créditos de natureza e trabalhistas e os não concursais, o valor da a parcela mensal se eleva, em razão do fim do período de carência. Neste terceiro ano o montante mensal a ser pago com a amortização do endividamento alcançará a cifra de **R\$ 123.129,35** (Tabela nº 37).

Este patamar do valor da parcela mensal será constante até o final do 14º ano. O valor da parcela mensal deverá se situar em torno de **R\$ 123 mil**, corrigido pela variação da TR.

⁷ Para os demais períodos ver as Tabelas referentes ao Fluxo de Caixa Futuro.



TABELA Nº 37
VALOR DA PARCELA MENSAL – (1º ao 5º ano)

CREDORES	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27	5º Ano Jul-27/jun-28
CREDORES CONCURSAIS	15.750,58	19.808,22	110.564,55	110.840,96	111.118,07
Classe I - Direitos Trabalhistas	15.750,58	14.740,05	14.776,90	14.813,84	14.850,87
Trabalho Assalariado - até 05 Sal. Mínimos (SM)	1.047,29	-	-	-	-
Credores Trabalhistas não Habilitados - entre 5 e 150 SM	14.703,29	14.740,05	14.776,90	14.813,84	14.850,87
Credores Trabalhistas não Habilitados - acima de 150 SM	-	-	4.057,67	4.067,81	4.077,98
Classe II - Credores com Garantias Reais	-	-	2.071,93	2.077,11	2.082,30
Instituições Financeiras	-	-	2.071,93	2.077,11	2.082,30
Classe III - Quirografários Privilégio Geral	-	-	86.066,24	86.281,41	86.497,11
Instituições Financeiras	-	-	78.975,42	79.172,85	79.370,79
Empresas Médio e Grande Porte	-	-	7.090,82	7.108,55	7.126,32
Com valores a receber até R\$ 3.000,00	-	-	1.508,96	1.512,73	1.516,51
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	-	-	-	5.595,82	5.609,81
Classe IV - Quirografários - Empresas EPP/ME/EIRELI	-	-	-	7.668,61	7.687,78
Com valores a receber até R\$ 2.999,99	-	5.068,18	-	-	-
Com valores a receber acima de R\$ 2.999,99	-	-	3.591,82	3.600,80	3.609,80
CREDORES NÃO CONCURSAIS	89.320,59	60.806,27	12.564,80	12.632,86	12.701,29
Tributos e Impostos	12.429,78	12.497,11	12.564,80	12.632,86	12.701,29
Receita Federal do Brasil	12.429,78	12.497,11	12.564,80	12.632,86	12.701,29
Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária	76.890,81	48.309,17			
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	105.071,17	80.614,50	123.129,35	123.473,82	123.819,35

FONTE: Elaborado pelo Autor.



VIII – QUADRO GERAL DE CREDORES



TABELA Nº 38
CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS - CONCURSAIS

NOME	FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	MÊS DE COMPETÊNCIA	CRÉDITO
EVAIR MULLER	Operacional	TRABALHISTA	Out/2022	R\$ 2.454,56
IVANILDO SANTANA DA SILVA	Operacional	TRABALHISTA	Out/2022	R\$ 5.600,00
JOAO APARECIDO SILVERIO PADILHA	Operacional	TRABALHISTA	Out/2022	R\$ 2.649,26
LUANA RAFAELA TEIXEIRA	Administrativa	TRABALHISTA	Out/2022	R\$ 1.492,68



TABELA Nº 39 (a)
CREDORES TRABALHISTAS – NÃO HABILITADOS – AÇÕES TRABALHISTAS

NOME	FUNÇÃO	NATUREZA	MÊS DE COMPETÊNCIA	VALOR PLEITEADO
Jovani Figueiredo		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 8.486,10
Luis Fernando Beje da Silva		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 12.133,71
Edson Roque Vilarino		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 14.451,54
Marins Leziuk		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 17.044,40
Eliel Schwenck Pimentel		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 18.155,00
Zeno Camargo		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 19.936,35
Celso Alves dos Santos		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 19.997,97
Altair Calaça		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 25.259,80
Rafael Rocha Dias		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 25.974,54
Elivelton Nascimento Gregório		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 26.040,87
Lucio Santos de Moraes		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 28.454,91
Ricardo da Silva Terplak		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 29.174,40
Mario Kemmeerich		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 31.794,22
Francisco Candido da Silva		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 49.000,00
Priscila Ortiz de Oliveira		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 49.450,00
Adelso Ferreira de Freitas		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 55.544,03
Sergio Cordeiro de Assis Neto		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 57.501,40
Mariano Pereira		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 61.215,00
Paulo Cesar Junqueira		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 61.611,40
Alvaro Pereira Santos		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 61.611,41
Ivanildo Santana da Silva		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 63.250,00
Murilo Adams		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 67.006,09



TABELA Nº 39 (b)
CREDORES TRABALHISTAS – NÃO HABILITADOS – AÇÕES TRABALHISTAS

NOME	FUNÇÃO	NATUREZA	MÊS DE COMPETÊNCIA	VALOR PLEITEADO
Luiz Alberto de Almdeia Pombo Filho		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 67.138,81
Pedro Alves de Sousa		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 69.562,65
Ornando Cordeiro da Cruz		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 77.000,00
Gilson Gilberto do Rozario		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 77.000,00
João Maria Feliz		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 80.000,00
Osmar Custodio Rodrigues		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 121.044,10
Antonio Carlos Veras Gomes		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 125.000,00
Carlinho Soares dos Reis		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 130.000,00
Guilherme Silva Bianchi		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 140.000,00
Edinaldo Aparecido Alves		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 140.000,00
João Maria dos Santos de Oliveira		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 280.000,00
Juventino Pires da Silva		Ação de Reclamação Trabalhista		R\$ 935.000,00



TABELA 40
CLASSE II - CREDORES COM GARANTIAS REAIS

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	SALDO CREDOR
BANCO DO BRASIL SA	00.000.000/0001-91	SAUN QUADRA 5, 0 - ASA NORTE - 70040-250, BRASÍLIA - DF	Garantia Real	100.632,43
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A	01.181.521/0001-55	AVENIDA ASSIS BRASIL, 0 - JARDIM LINDÓIA - 91010-003, PORTO ALEGRE - RS	Garantia Real	755.524,12



TABELA 41 (a)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
ACTOS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	01.998.069/0002-08	R TENENTE FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, 2616 - BOQUEIRAO - 81670-010, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	21.957,54
ADIR INÁCIO GERHARD	579.553.369-68	A RUA 12 DE OUTUBRO, 1595 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	16.577,00
ALVORINDO MICHELINI	073.074.208-30	RUA HAYEL BON FAKER, 2772 - JARDIM CARAMURU - 79806-000, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	6.465,74
ANTONIO MESSIAS SOUSA	270.293.468-40	RUA JOAQUIM ALVES TAVEIRA, 5490 - VILA AURORA - 79823-050, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	2.941,50
ARAUCLIN - MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA.	09.230.435/0001-05	R DOUTOR VITAL BRASIL, 1403 - ESTACAO - 83705-174, ARAUCÁRIA - PR	Quirografário Geral	7.893,16
ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	17.469.701/0137-40	R JOSE BONILHA DA CRUZ, 6940 - PARQUE DAS NACOES II - 79842-015 Complemento: SETOR B, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	114.560,19
ARQUITECNICA LTDA	03.715.471/0001-74	R DOM AQUINO, 443 - AMAMBAL - 79008-070, CAMPO GRANDE - MS	Quirografário Geral	3.000,00
ATIVA LOCACAO LTDA	02.580.316/0008-00	RUA BELGICA, 1805 - JARDIM IGAPO - 86046-280 Complemento: CONJ B, LONDRINA - PR	Quirografário Geral	9.337,00
AUTOPOSTO E MECANICA BARAO LTDA	75.176.859/0001-55	R BARAO DO CERRO AZUL, 1617 - BOM JESUS - 83025-140, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografário Geral	10.586,34
AUTOPOSTO MR COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	18.366.349/0001-07	R CORONEL PONCIANO, 325 - JARDIM COLIBRI - 79839-060, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	5.945,90
AUTOGERADORA COMERCIO E LOCACAO DE GERADORES E MÁQUINAS EIRE	10.497.319/0001-28	AV DAS INDÚSTRIAS, 275 - SAO JOAO - 90200-290 Complemento: MODULO 104, PORTO ALEGRE - RS	Quirografário Geral	15.323,34



TABELA 41 (b)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
AWA DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA	15.411.811/0001-52	ROD BR 470 INGO HERING, 1533 - SAO DOMINGOS - 88370-888 Complemento: KM 3, NAVEGANTES - SC	Quirografário Geral	43.622,67
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12	NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, 0 - VILA YARA - 06029-900, OSASCO - SP	Quirografário Geral	845.585,22
BANCO DAYCOVAL S.A.	62.232.889/0001-90	AV PAULISTA, 1793 - BELA VISTA - 01311-200 Complemento, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	84.733,17
BANCO DO BRASIL SA	00.000.000/0001-91	SAUN QUADRA 5, 0 - ASA NORTE - 70040-250, BRASÍLIA - DF	Quirografário Geral	20.214.642,53
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42	AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 0 - VILA NOVA CONCEIÇÃO - 04543-011, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	3.083.893,62
BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTACAO LTDA	48.302.640/0016-69	ESTRADA DA CANTAREIRA, 1727 - BAIRRO RIO PINHAL - 83420-000, QUATRO BARRAS - PR	Quirografário Geral	24.564,50
BELENZIER TRUCK CENTER LTDA	05.280.470/0001-70	BR 467, 4032 - CENTRO IND.METAL MEC - 85907-060, TOLEDO - PR	Quirografário Geral	5.478,04
BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	76.087.964/0008-57	ESTRADA DA GRACIOSA, 1832 - JARDIM CLAUDIA - 83326-532 Complemento: DEPOSITO CD, PINHAIS - PR	Quirografário Geral	8.895,94
BOTTEGA & BOTTEGA CONSTRUCOES LTDA	05.240.794/0001-84	R WALTER VOLBRECHETT, 599 - CENTRO - 87400-000, CRUZEIRO DO OESTE - PR	Quirografário Geral	32.612,50
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTES 3/4, 0 - ASA SUL - 70092-900, BRASÍLIA - DF	Quirografário Geral	5.049.834,16
CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA	04.088.208/0001-65	RUA MINAS BOGASIAN, 253 - CENTRO - 06013-010 - OSASCO SP	Quirografário Geral	3.605,02



TABELA 41 (c)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
CLÍNICA DE REABILITACAO OTTOBOCK CURITIBA LTDA	30.536.622/0001-08	ALAMEDA AUGUSTO STELLFELD, 1991 - BIGORRILHO - 80730-150, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	11.940,00
CLOVIS ADALBERTO VEROLEZ	366.548.331-04	RUA MOACIR VIEIRA MATOS, 1230 - FLOR DE MAIO - 79839-618, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	835,39
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.	45.987.005/0062-00	AV BRASIL, 4554 - CENTRO - 85808-140, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	12.579,38
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA	76.639.384/0001-59	RUA DOUTOR ZAMENHOF, 35 - ALTO DA GLÓRIA - 80030-320, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	4.566,30
CONSTRUTERRA CONTRUTORA DE OBRAS CIVIS LTDA	06.152.273/0001-38	R RIO BRILHANTE, 910 - JARDIM AGUA BOA - 79811-120 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	7.200,00
COPECAL COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA	76.430.321/0001-98	AVENIDA BRASIL, 4582 - CENTRO - 85801-000, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	326,87
CPX DISTRIBUIDORA S/A	10.158.356/0005-35	EST DO GANCHINHO, 957 - UMBARA - 81930-165 Complemento: GALPAO07, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	4.375,74
DARCI FAVERO	242.368.299-91	RUA JOSÉ LINHARES, 712 - CASCAVEL VELHO - 85818-020, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	8.005,04
DELCI MARIA COSETIN ROSA	337.646.701-34	RUA HAYEL BON FAKER, 2772 - JARDIM CARAMURU - 79806-000 Complemento: IMOBILIARIA CONTINENTAL, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	8.432,94
DIESELCOM TRANSPORTADORA E REVENDEDORA DE DIESEL COMBUSTIVEL	26.831.727/0001-04	AV EDGAR LOPES DE FARIAS, 457 - JARDIM TARUMA - 79097-840 Complemento: LOJA 01, CAMPO GRANDE - MS	Quirografário Geral	275.600,00
DIPROTEC GEOSSINTETICOS LTDA	13.151.259/0001-85	R DESEMBARGADOR WESTPHALEN, 2390 - PAROLIN - 80220-030, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	26.036,57



TABELA 41 (d)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFARIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
DISPAV IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	14.005.563/0001-87	RUA CACHOEIRA, 1895 - CATUMBI - 03024-000, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	1.374,00
DOURATUBOS ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA	00.419.103/0001-90	AV WEIMAR GONCALVES TORRES, 4437 - JARDIM CARAMURU - 79830-020 Complemento: ***** , DOURADOS - MS	Quirografário Geral	4.900,00
EDUARDO NUNES VIEIRA	028.172.719-80	RUA SÃO JUDAS TADEU, 150 - WEISSÓPOLIS - 83322-090, PINHAIS - PR	Quirografário Geral	2.635,95
EDUFORME INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	80.577.463/0002-30	RUA AMELIA FERREIRA MOURA, 375 - JARDIM PARAISO - 79950-000, NAVIRAÍ - MS	Quirografário Geral	4.000,00
ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA	05.063.653/0002-14	AV ARACY TANAKA BIAZETTO, 15532 - SANTOS DUMONT - 85804-605, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	3.259,95
ERICO ANTONIO BRESSIANI	059.860.959-87	RUA RIO DE JANEIRO, 1067 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	1.694,28
E-VIAS EMPRESA LATINO AMERICANA DE CONSULTORIA VIARIA LTDA	24.290.898/0001-48	R BALTAZAR CARRASCO DOS REIS, 2345 - REBOUCAS - 80250-130, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	4.692,50
F.M. PNEUS LTDA	81.374.845/0012-00	RODOVIA PR-182, 0 - JARDIM PORTO ALEGRE - 85906-300, TOLEDO - PR	Quirografário Geral	8.085,00
FANCAR AUTOMOVEIS LTDA	75.953.521/0003-24	AV PARIGOT DE SOUZA, 1615 - CENTRO - 85905-380, TOLEDO - PR	Quirografário Geral	11.670,03
FERRAGEM ALVORADA LTDA	00.979.021/0007-96	AV MARCELINO PIRES, 6245 - VILA SAO FRANCISCO - 79833-001 Complemento: A, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	10.240,00
FERRAMENTAS GERAIS COM IMP LTDA *CURITIBA	92.664.028/0057-04	RUA SENADOR ACCIOLY FILHO, 1996 - C INDUSTRIAL - 81350-200, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	1.040,56
FM PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	AV MARAVILHA, 833 - CENTRO - 89874-000, MARAVILHA - SC	Quirografário Geral	12.390,00



TABELA 41 (e)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
FORLUB-FORNECEDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI	02.108.881/0001-94	ROD BR 376, 1388 - JD CRUZEIRO - 83010-500, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografário Geral	990,00
GABIATTI & GABIATTI LTDA	04.075.654/0001-35	R CORONEL PONCIANO, 2230 - VILA INDUSTRIAL - 79840-230, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	3.555,96
GELMAR KAPPES	005.535.709-19	RUA GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN, 782 - JARDIM PANORAMA - 85911-090, TOLEDO - PR	Quirografário Geral	2.239,00
GERDAU ACOS LONGOS S.A.	07.358.761/0211-66	AV COSTA E SILVA, 1056 - VILA PROGRESSO - 79080-000, CAMPO GRANDE - MS	Quirografário Geral	103.934,16
GILMAR MARIANO DOS SANTOS	478.831.709-53	RUA PASSOS DE OLIVEIRA, 99 - CENTRO - 83030-720, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografário Geral	6.921,65
GPS ADMINISTRADORA LTDA	38.084.530/0001-38	RUA ANTONIO EMILIO DE FIGUEIREDO, 1758 - CENTRO - 79802-020 Complemento: SALA 305, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	14.460,00
ILDO VORPAGEL HOFFMANN	476.566.709-04	AV MARIPÁ, 3171 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	2.181,60
ILSE MUXFELD FISCHER	035.336.479-78	RUA RIO DE JANEIRO, 0 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	3.000,00
IMPORCATE DOURADOS COM DE PECAS PARA TRATORES LTDA	37.548.450/0001-23	RUA HAYEL BON FAKER, 591 - JARDIM ÁGUA BOA - 79812-110, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	2.770,00
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAI	03.659.166/0001-02	SCEN - SETOR CLUB ESP.NORTE - TRECHO 2, 1 - ASA NORTE - 70818-900 Complemento: ED.SEDE IBAMA -SL 129, BRASÍLIA - DF	Quirografário Geral	35.087,38
ITAMIX OIL TRANSPORTE EIRELI	72.452.162/0001-71	R EGON MULLER, 107 - RESSACADA - 88307-322 Complemento: SALA 02 BOX 79, ITAJAÍ - SC	Quirografário Geral	21.715,00



TABELA 41 (f)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
ITAU UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04	PRAÇA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 100, 0 - PARQUE JABAQUARA - 04344-902, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	2.392.014,25
IVO SCHUMANN	399.409.779-72	RUA MINAS GERAIS, 446 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	3.957,00
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0005-80	RUA ERECHIM, 638 - CENTRO - 85812-260, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	13.040,00
JOAO CERNY	023.363.299-99	AV. PRINCIPAL, 999 - CENTRO - 85998-000, MERCEDES - PR	Quirografário Geral	29.542,67
JOSE ELIAS PINHEIRO	403.882.551-53	RUA CIRO MELO, 2255 - JARDIM CENTRAL - 79805-031, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	4.590,51
LENCO CENTRO DE CONTROLE TECNOLOGICO LTDA	11.257.580/0001-13	RUA BRIGADEIRO XAVIER DE BRITO, 126 - LIMAO - 02551-000, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	4.355,52
LENIVALDO DE OLIVEIRA	164.727.481-87	RUA ANTÔNIO DE AMARAL, 1730 - VILA SÃO FRANCISCO - 79833-250, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	2.000,00
LUIS ANDRE WAGNER	012.026.929-58	RUA - ROQUE ANDERLE, 1610 - CENTRO - 85988-000, ENTRE RIOS DO OESTE - PR	Quirografário Geral	849,73
LUIS CARLOS ALVES	094.894.728-40	RUA SERGIPE, 1636 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	1.496,86
LUIS CARLOS ALVES	094.894.728-40	RUA SERGIPE, 1636 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	14.683,40
MAC SISTEMA BRASILEIRO DE PROTENSAO LTDA	27.661.537/0001-59	TV LEONOR MARGARETHAS, 26 - BONSUCESSO - 21040-135 Complemento: ENTRADA SUPLEMENTAR PELA RUA, RIO DE JANEIRO - RJ	Quirografário Geral	18.335,55
MARCEGAGLIA DO BRASIL LTDA	02.173.216/0001-84	ROD BR 101, 0 - URUBUQUARA - 89248-000 Complemento: KM 11, GARUVA - SC	Quirografário Geral	22.974,05



TABELA 41 (g)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
MARCELA ENDO JOAQUIM ESTRIOTTO	820.185.531-00	RUA CIRO MELO, 2255 - JARDIM CENTRAL - 79805-031, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	3.869,98
MARIANO & GUIMARAES LTDA	33.090.721/0001-99	R CORONEL PONCIANO DE MATTOS PEREIRA, 0 - JARDIM COLIBRI - 79839-060 Complemento: ***** , DOURADOS - MS	Quirografário Geral	433,48
MAXISPUMA INDUSTRIA DE ESPUMAS LTDA	86.849.346/0001-84	RUA PAULO WICHOSKI, 1400 - INDUSTRIAL II - 85840-000, CÉU AZUL - PR	Quirografário Geral	1.456,00
MHNET TELECOMUNICACOES LTDA	05.245.502/0001-04	AV PRESIDENTE KENNEDY, 527 - CENTRO - 89874-000, MARAVILHA - SC	Quirografário Geral	192,50
MPS DISTRIBUIDORA MERCANTIL LTDA	09.570.732/0004-34	R CARLOTA DE ALMEIDA LEMOS, 46 - JARDIM PARADISO - 79117-004, CAMPO GRANDE - MS	Quirografário Geral	274,15
MUNICIPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND	76.208.479/0001-18	AV CIVICA, 0 - CENTRO - 85935-000, ASSIS CHATEAUBRIAND - PR	Quirografário Geral	64.172,84
NAC SUL COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	06.296.130/0001-08	R JOAO BETTEGA, 6011 - CIDADE INDUSTRIAL - 81350-000 Complemento: F, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	14.396,00
NACIOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	00.230.384/0001-39	R ROSALIA CUBIS WEIGERT, 315 - JARDIM CONTORNO - 83402-730, COLOMBO - PR	Quirografário Geral	155.965,00
NELSON FOGGIATTO	275.399.469-20	RUA ERNESTO JULIATTO, 999 - ZACARIAS - 83020-830, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografário Geral	652,00
NIED & CIA LTDA	81.556.508/0001-72	AV RIO GRANDE DO SUL, 575 - CENTRO - 85960-000 Complemento: ***** , MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografário Geral	1.316,00
NOVA VISTA RECUPERADORA DE MOTORES EIRELI	06.099.562/0001-10	AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 8126 - BOQUEIRÃO - 81670-000, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	6.012,50



TABELA 41 (h)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
NTA- NOVAS TECNICAS DE ASFALTOS LTDA	03.037.291/0006-95	ROD.DO XISTO, 581603 - JD D TEREZA - 83705-720 Complemento: KM 20 BR 476, ARAUCÁRIA - PR	Quirografário Geral	30.000,00
PINHAIS COMERCIO AUTOPECAS LTDA	07.980.029/0001-26	AV DAS AMERICAS, 377 - TRES MARIAS - 83030-640, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografário Geral	7.136,00
POLIMIX CONCRETO LTDA	29.067.113/0225-99	R JOAO AUGUSTO CAPILE, 500 - CHACARA CASTELO II - 79835-008 Complemento: PARTE, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	91.048,00
PRGEO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA	13.417.437/0001-77	RUA MARECHAL DEODORO, 717 - CENTRO - 80060-010 Complemento: 11 ANDAR SALA 1101, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	5.150,00
RAVATO DIESEL LTDA	02.578.240/0001-01	R RODOVIA BR 476/PR., 560 - CENTRO - 83900-000 Complemento: KM 279, SÃO MATEUS DO SUL - PR	Quirografário Geral	210.493,26
S G PECAS LTDA	81.438.541/0001-06	ROD BR 116, 13941 - VILA FANY - 81310-415, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	2.180,00
SANAGIOTTO & CIA LTDA	04.648.337/0001-60	RUA TREZE DE MAIO 874, 0 - CENTRO - 85812-191, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	827,10
SELMA BEBETE DE SOUZA	934.807.171-87	RUA MARIA DA GLÓRIA, 2005 - VILA ALBA - 79830-230, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	1.392,72
SERTAO COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.459.431/0006-00	AV MARCELINO PIRES, 4655 - VILA SAO FRANCISCO - 79833-000 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	2.652,18
SF - FORMAS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	00.110.268/0001-86	R OURINHOS, 287 - VILA AMERICANA - 79005-270, CAMPO GRANDE - MS	Quirografário Geral	14.689,41
SOLDAMAQ COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA	00.924.845/0009-20	AV MARCELINO PIRES, 7325 - CENTRO - 79801-004 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	10.528,26



TABELA 41 (i)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
SOLOTEST APARELHOS PARA MECANICA DO SOLO LTDA	60.820.321/0001-64	RUA CONSELHEIRO CARRÃO, 275 - BELA VISTA - 01328-000, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	11.352,97
STRATURA ASFALTOS S/A	59.128.553/0023-82	ROD BR-476, 5804 - JARDIM DONA TEREZA - 83705-740 Complemento: SALA 03, ARAUCÁRIA - PR	Quirografário Geral	408.408,17
SULPECAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	52.068.491/0001-06	RUA MARGARIDA, 99 - BARRA FUNDA - 01154-030, SÃO PAULO - SP	Quirografário Geral	6.870,11
SUPERMERCADO NOSSA SENHORA DE FATIMA LTDA	07.295.756/0003-16	R JOSE LUIZ DA SILVA, 1010 - JARDIM AGUA BOA - 79812-190 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	810,51
SUPORTE SONDAGENS E INVESTIGACOES LTDA	13.677.502/0001-01	AV CAMELIA BORGES NARCISO, 582 - BELA SAO PEDRO - 13520-000, SÃO PEDRO - SP	Quirografário Geral	12.200,50
TELEFONICA BRASIL S.A	02.558.157/0001-62	AV HIGIENÓPOLIS, 1365 - 86015-010 - LONDRINA PR	Quirografário Geral	4.114,05
TELHAS CASCAVEL LTDA	04.349.342/0001-72	RUA PEDRO LUIZ BOARETTO, 95 - CATARATAS - 85818-635, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	50.185,01
TERRA DIESEL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL LTDA	22.279.649/0001-26	R NENE STEIN, 345 - CHACARA CALIFORNIA - 79804-970 Complemento: CHACARA 65, DOURADOS - MS	Quirografário Geral	800,00
TINTAS DARKA LTDA	01.887.122/0008-80	AV CURITIBA, 2158 - CENTRO - 86802-980, APUCARANA - PR	Quirografário Geral	535,00
UNIPETRO PRUDENTE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	64.601.933/0002-06	RUA RODOLFO CREMM, 250 - JARDIM ANDRADE - 87035-480, MARINGÁ - PR	Quirografário Geral	71.172,15



TABELA 41 (j)
CLASSE III - CREDORES QUIROGRÁFIOS COM PRIVILÉGIO GERAL

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA	29.644.666/0002-45	RODOVIA BR-277, 0 - SANTOS DUMONT - 85804-600 Complemento: KM 599.5, CASCAVEL - PR	Quirografário Geral	8.212,50
VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	01.631.022/0001-12	RODOVIA BR-277 PONTA GROSSA CURITIBA, 1504 - VILA SOLENE - 83607-105, CAMPO LARGO - PR	Quirografário Geral	21.677,27
VICTOR ROBERTO CARCERERI	058.985.099-76	DO CAQUI - MD3, 5593 - ROD PR 506 - 83430-000, CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	Quirografário Geral	747,05
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	01.637.895/0084-60	RODOVIA PR-317 SAIDA PARA CAMPO MOUR, 6820 - PARQUE INDUST 200 - 87065-005, MARINGÁ - PR	Quirografário Geral	43.776,26
WK ACOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE FERRO E ACO EIRELI	97.434.047/0001-03	R JOSE HAUER, 1178 - BOQUEIRAO - 81730-400 Complemento: *****, CURITIBA - PR	Quirografário Geral	1.666,67



TABELA Nº 42 (a)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
YO MARECHAL CANDIDO RONDON ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS LTDA	44.912.614/0001-15	R MEM DE SA, 540 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	22,01
ACARAY COM DE MANGUEIRAS E CONEXOES HIDRAULICAS LTDA	79.554.168/0001-07	AVENIDA TANCREDO NEVES, 399 - CENTRO - 85805-000, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	83,00
SCHUEROFF & RODRIGUES COMUNICACOES LTDA	22.467.768/0001-02	RUA RUA NIVALDO SANTANA, 1250 - FLOR DE MAIO - 79804-970, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	89,90
UPDATE DIGITAL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	21.600.669/0001-94	TEOFILO OTONI, 106 - QUARENTA E DOIS - 33025-270, SANTA LUZIA - MG	Quirografários Especial	147,00
WS LOCACOES DE MÁQUINAS LTDA	09.353.257/0001-00	R EDIBERTO CELESTINO DE OLIVEIRA, 1860 - VILA LILI - 79810-130, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	170,00
FRANCIELI PRESSI PIFFER	36.107.594/0001-81	R RIO GRANDE DO SUL, 1286 - CENTRO - 85801-010 Complemento: SALA 01, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	175,00
DUTRA E COSTA TELECOMUNICACOES LTDA	08.397.793/0001-36	R TENENTE JOSE JOAQUIM FERMINO, 618 - 14 DE NOVEMBRO - 85804-150, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	179,80
CHAMBO RUIZ COMERCIO DE ROLAMENTOS LTDA	05.851.213/0001-40	AV MINAS GERAIS, 1553 - CENTRO - 86804-000, APUCARANA - PR	Quirografários Especial	180,00



TABELA Nº 42 (b)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
ACDL COMERCIO E SERVICOS LTDA	13.914.005/0001-71	R JAPAO, 1255 - JARDIM JOCKEY CLUB - 79080-450, CAMPO GRANDE - MS	Quirografários Especial	183,00
SUDOESTE TRANSPORTE LTDA	02.343.801/0001-85	AV. LUIZ ANTONIO FAEDO, 2332 - SAO CRISTOVAO - 85601-275, FRANCISCO BELTRÃO - PR	Quirografários Especial	234,30
SAULO ANTONIO LAURINDO DA SILVA	04.767.519/0001-50	RUA NOVA SANTA ROSA, 379 - PACAEMBU - 85816-380, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	290,00
LAERCIO JORGE DE OLIVEIRA 00100912036	24.072.606/0001-09	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 7267 - BOA VISTA - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	355,00
BR PNEUS LTDA	09.150.714/0001-50	AC LINHA JOAO PESSOA, BR 467, 0 - LINHA JAO PESSOA - 85960-000 Complemento: KM 28, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	435,00
LLBC MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA	10.696.009/0001-32	R ERICO VERISSIMO, 784 - ALTO ALEGRE - 85805-050, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	535,72
DCT - DISTRIBUIDORA CURITIBANA DE TURBOS LTDA	00.962.188/0001-59	RUA BOM JESUS DE IGUAPE, 6561 - BOQUEIRAO - 81730-020, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	596,66



TABELA Nº 42 (c)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
TEDEA INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA LTDA	24.654.286/0001-97	RUA MARIA PROSDÓCIMO FRANCESCHI, 395 - PORTO DAS LARANJEIRAS - 83703-252 Complemento: COND SOBRADO, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	659,75
CASCVEL BOMBAS INJETORAS LTDA	13.919.259/0001-82	R JULIO BOAVENTURA TOZZO, 66 - CASCVEL VELHO - 85818-220, CASCVEL - PR	Quirografários Especial	660,00
FARMACIA HIPERPOPULAR LTDA	07.152.229/0001-90	R MONTE ALEGRE, 5185 - JARDIM GUANABARA - 79833-120, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	714,72
EMBREMANN - DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA	10.418.310/0001-84	RUA WASHINGTON LUIS, 849 - PARQUE SÃO PAULO - 85803-670, CASCVEL - PR	Quirografários Especial	790,00
OLIVEIRA & TIBURCIO LTDA.	08.960.146/0001-90	AV CURITIBA, 294 - BARRA FUNDA - 86800-605, APUCARANA - PR	Quirografários Especial	880,50
MARCO AURELIO DA IGREJA 02865392929	24.222.490/0001-39	RUA PUBLIO PIMENTEL, 225 - ALTO ALEGRE - 85805-270, CASCVEL - PR	Quirografários Especial	900,00
FABIANO CIMADON	34.590.845/0001-04	R DAS LARANJEIRAS, 3325 - JARDIM COLIBRI - 79839-040, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	913,56



TABELA Nº 42 (d)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
AMPAGRIL AMAMBAI PECAS AGRICOLAS LTDA	16.026.841/0002-99	RUA HAYEL BOM FAKER, 445 - JARDIM ÁGUA BOA - 79813-240, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	975,53
CLAUDIO APARECIDO OLIVEIRA DA CONCEICAO	31.635.715/0001-44	R IPANEMA, 2990 - JARDIM GUANABARA - 79150-000, MARACAJU - MS	Quirografários Especial	1.000,00
MARIA DE JESUS BORBA 60545100968	42.558.268/0001-93	ROD BR 163 KM 281,9, 1 - SEDE - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	1.070,00
J & M MANUTENCAO DE INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE	22.613.006/0001-77	AV PRINCIPAL, 3080 - RESIDENCIAL GREENVILLE - 79839-160, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.080,00
ELIEZER JORGE GAIDARJI	35.027.396/0001-45	RUA SOCIOLOGIA, 569 - UNIVERSITARIO - 85819-250, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.100,00
LUBFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA	01.035.897/0001-51	R HAYEL BON FAKER, 1045 - CENTRO - 79812-110, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.118,72
J C SOUZA E GOES LTDA	81.670.390/0001-09	RUA DO COMERCIO, 314 - MARIA LUIZA - 85819-520, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.130,00
MARCIO CLAUDIO VIEIRA LTDA	44.231.088/0001-28	R THEOFANIO MALTEZO, 568 - CANCELLI - 85811-480, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.150,00



TABELA Nº 42 (e)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
MATTES TRUCK SOLDAS E SUSPENSÃO EIRELI	23.353.221/0001-49	ROD PR 182, KM 271, 271 - LOTE N. 94-A - 85950-000 Complemento: SALA 01, PALOTINA - PR	Quirografários Especial	1.167,00
DANILO DE ARAUJO E SILVA 04408127124	35.123.687/0001-37	R CLAUDIOMIRO MARTINS, 875 - JARDIM GUAICURUS - 79837-030, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.195,00
TORNEARIA BLANK LTDA - ME	07.348.457/0001-30	RUA PADRE ANCHIETA, 838 - PARQUE SÃO PAULO - 85803-740, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.213,00
D.R.M. COMERCIO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA	43.707.158/0002-90	R JOINVILLE, 2508 - SAO PEDRO - 83020-000, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	1.272,66
DM AUTO ELETRICA LTDA	19.495.369/0001-40	RUA TRÊS PODERES, 10281 - CASCAVEL VELHO - 85818-070, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.334,42
ALFA PARAFUSOS E FERRAMENTAS EIRELI	15.624.274/0001-29	AV WEIMAR GONCALVES TORRES, 4255 - JARDIM CARAMURU - 79830-020 Complemento: ***** , DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.427,34
JORGE BONIFACIO TRANSPORTES EIRELI	25.313.111/0001-89	R NOVA YORQUE, 421 - JARDIM PRESIDENTE DUTRA - 07170-010, GUARULHOS - SP	Quirografários Especial	1.433,00
ATLANTACEVEL COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP	10.626.577/0001-67	RODOVIA BR-277, 0 - CASCAVEL VELHO - 85818-560, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.453,15



TABELA Nº 42 (f)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
(CAMILLA G. MARGATTO) LUCINEIDE ANDRE ALMEIDA MARGATTO	46.689.381/0001-69	TV SERGIPE, 366 - TAPAJOS - 79980-000 Complemento: CASA, MUNDO NOVO - MS	Quirografários Especial	1.471,56
GIPIELA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	07.799.537/0001-02	AVENIDA ARCHELAU DE ALMEIDA TORRES, 2600 - IGUACU - 83701-145, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	1.514,38
(HOTEL TREVO) L. CAPRA & CIA LTDA	80.860.216/0001-66	RUA EMÍLIO BAUTITZ, 55 - UNIVERSITÁRIO - 85819-160, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.590,00
JANISKI SERVICOS E PECAS LTDA	08.036.841/0001-60	AV JUSCELINO KUBITSCHK DE OLIVEIRA, 13880 - CIDADE INDUSTRIAL - 81450-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	1.606,75
PEDRA LOCACOES DE GUINDASTES LTDA	43.400.515/0001-91	R CABO FIDELIS BATISTA DE AGUIAR, 816 - SANTA FELICIDADE - 85803-420, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.620,00
JANISKI RETIFICA DE MOTORES DIESEL LTDA	86.901.196/0001-00	AV JUSCELINO K DE OLIVEIRA, 13888 - CIDADE INDUSTRIAL - 81450-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	1.626,23
MACEDO SAITO E CIA LTDA	80.854.144/0001-44	AVENIDA MINAS GERAIS, 2489 - JARDIM APUCARANA - 86804-000, APUCARANA - PR	Quirografários Especial	1.674,00



TABELA Nº 42 (g)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
EXTINCENDIO EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIOS EIRELI	37.568.201/0001-08	R JOAQUIM TEIXEIRA ALVES, 2880 - CENTRO - 79801-017 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.720,10
RAFAEL CRIPPA ME	27.010.791/0001-97	RUA CORONEL PONCIANO DE MATTOS PEREIRA, 345 - JARDIM COLIBRI - 79839-060, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	1.750,00
AUTO MECANICA DONATTI LTDA	80.586.076/0001-80	RUA PADRE ANCHIETA, 942 - PARQUE SÃO PAULO - 85803-740, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.761,36
RADAR COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS LTDA ME	10.648.265/0001-54	AVENIDA TANCREDO NEVES, 2077 - PIONEIROS CATARINENSES - 85805-516, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.827,27
BRANDELERO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	73.409.385/0001-19	RUA PERNAMBUCO, 66 - CENTRO - 85810-020, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.875,00
FONTES RADIADORES EIRELI	26.918.443/0001-50	ROD BR-376, 12041 - OURO FINO - 83015-000 Complemento: LOJA E, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	1.900,00
BORRACHARIA FOLADOR LTDA - ME	03.535.649/0001-03	RUA DO COMÉRCIO, 241 - MARIA LUIZA - 85819-520, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.904,00
RETIOESTE RETIFICA DE MOTORES LTDA	01.306.050/0001-64	RUA TRÊS PODERES, 5995 - CASCAVEL VELHO - 85818-070, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	1.936,00



TABELA Nº 42 (h)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA	04.228.570/0001-94	EST DO TIETE, 0 - PALMITAL - 83702-055, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	1.959,84
LUQUIPECAS LTDA	09.208.545/0001-62	R ANTONIO DELPIZZO JUNIOR, 2030 - OFICINAS - 88702-270 Complemento: SALA B, TUBARÃO - SC	Quirografários Especial	1.979,00
ORLEANS IND E COM PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	02.613.708/0001-43	RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 94 - VILA BARBEIRO - 19013-650, PRESIDENTE PRUDENTE - SP	Quirografários Especial	2.000,00
CR LOCACAO DE SISTEMAS EIRELI - EPP	12.794.140/0001-68	RUA PADRE ANCHIETA, 1503 - BIGORRILHO - 80730-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	2.018,30
RL MECANICA DIESEL LTDA	41.341.563/0001-20	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 7302 - ALTO DA BOA VISTA - 85960-000 Complemento: FUNDOSFUNDOS, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	2.075,00
ARMAZEM DAS MADEIRAS LTDA	24.146.864/0001-84	RODOVIA PR-423, 498 - ESTACAO - 83705-000, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	2.083,34
NORTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	08.262.993/0001-81	RUA PROJETADA F, 1260 - PARQUE INDUSTRIAL III - 87502-200 Complemento: LOTE 13-D/1-B-4, UMUARAMA - PR	Quirografários Especial	2.160,00



TABELA Nº 42 (i)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
ELINTON JONATAS ZILIOUO ME	00.679.017/0001-17	ENG. JULIO CESAR DE SOUZA ARAUJO, 69 - CIC - 81290-270, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	2.200,00
MADETRAT COMERCIO DE MADEIRA E DERIVADOS EIRELI	08.211.439/0001-75	ROD BR 163, KM 259, 188 - ZONA RURAL - 79804-970 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	2.215,50
JVD SERVICOS DE MECANICA E SOLDA LTDA	08.871.589/0001-05	ROD BR-467, 4032 - JARDIM EUROPA - 85907-060 Complemento: LOJA BELENZIER TRUCK, TOLEDO - PR	Quirografários Especial	2.400,00
LUIZ ROBERTO DE SOUZA 46517782168	27.131.086/0001-48	R HERTIS, 1 - CHACARA CIDELIS - 79839-666 Complemento: QUADRA 05;LOTE 14, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	2.420,00
MAQCENTER FERRAMENTAS ELETRICAS EIRELI - ME	16.899.849/0001-89	RUA ERECHIM, 745 - CENTRO - 85812-260, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	2.547,00
RECAR TREVO COMERCIO E RECAPAGENS DE PNEUS LTDA	00.736.846/0001-94	RODOVIA BR-467, 246 - CATARATAS - 85818-650, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	2.604,12
EMG EQUIPAMENTOS, CONSULTORIA E GEOTECNOLOGIA LTDA	44.635.998/0001-76	R JOAO REFFO, 900 - SANTA FELICIDADE - 82410-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	2.620,00



TABELA Nº 42 (j)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
ARTHMAN SOLUCOES AGRICOLAS E AMBIENTAIS LTDA	29.289.558/0001-10	R DOM AQUINO, 385 - JARDIM GUANABARA - 78710-150, RONDONÓPOLIS - MT	Quirografários Especial	2.660,00
(MINEIRO'S) ROSELEI MOREIRA 03301023975	33.291.304/0001-04	AV DAS PALMEIRAS, 237 - JARDIM SANTA MONICA - 83302-240, PIRAQUARA - PR	Quirografários Especial	2.726,00
JANISKI CIC COM E SERV DE PINT. E LAT.	08.186.213/0001-61	AVENIDA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 13880 - CIC / CIDADE INDUSTRIAL - 81450-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	2.826,72
ROTALUX IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS DE SINALIZACAO EIR	34.275.740/0001-52	R ARTHUR MARTINS FRANCO, 720 - CIDADE INDUSTRIAL - 81350-100, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	2.829,17
CLOVECIR MENDES DORNELES	07.570.590/0001-37	R CUIABA, 1660 - CENTRO - 79802-030 Complemento: LETRA B, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	2.855,00
EURODIESEL MECANICA EM GERAL	09.069.047/0001-86	AVENIDA DOUTOR EZUEL PORTES, 16749 - SANTA FELICIDADE - 85803-483, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	2.966,25
MARCELLUS HOTEL EIRELI	09.454.278/0001-03	AV AMELIA FUKUDA, 493 - CENTRO - 79950-000 Complemento: ***** , NAVIRAÍ - MS	Quirografários Especial	2.973,00



TABELA Nº 42 (k)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
NOEL DOS SANTOS NS MANUTENCAO	09.056.702/0001-61	R CAPITAO TOBIAS PEREIRA DA CRUZ, 1920 - CARIOCA - 83005-050, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	2.980,00
EDILSON JOSE PETRI	00.758.021/0001-70	R HAYEL BON FAKER, 781 - JARDIM ÁGUA BOA - 79812-110 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	2.990,01
M. MACHADO SOUZA TRANSPORTES EIRELI	38.903.987/0001-27	R JUSCELINO KUBITSCHKE, 839 - JARDIM MARCIA - 79841-410, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	3.025,14
TECNICA COMBUSTÃO IND / ICAROS HENRIQUE DA SILVA MANUTENÇÕES	14.953.561/0001-10	RUA CARLÓPOLIS, 90 - PINHEIRINHO - 81880-390, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	3.142,00
MT CLÍNICA SAO LUCAS LTDA	05.687.245/0001-52	R 22 DE ABRIL, 520 - CENTRO - 85960-000 Complemento: SALA 02, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	3.165,00
JC MORO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	15.225.898/0001-73	RUA DOUTOR JOSE CZAKI, 280 - CHAPADA - 83707-744, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	3.200,00
MINERACAO MERCANTIL MARACAJU LTDA (GUAIRA)	76.510.130/0001-36	BR 272, KM 553, 0 - LARGO RIO PARANA - 85990-000, TERRA ROXA - PR	Quirografários Especial	3.333,51



TABELA Nº 42 (I)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
(APALLU ENG) LUIS FERNANDO SILVA AGRIMENSURA	38.403.823/0001-30	R PASTOR CARLOS FRANK, 2261 - BOQUEIRAO - 81750-420, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	3.416,66
MS TINTAS AUTOMOTIVAS, IMOBILIARIAS E FERRAMENTAS EIRELI	23.972.817/0001-27	AV MARCELINO PIRES, 3027 - CENTRO - 79800-003 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	3.469,60
ENGBIO SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	29.853.633/0001-24	AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 5701 - HAUER - 81610-000, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	3.500,00
TEKMARKET INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA	21.579.468/0001-52	R ALAMEDA DA INOVACAO, 270 - ZONA INDUSTRIAL - 93700-000 Complemento: SALA 04 05 E 06, CAMPO BOM - RS	Quirografários Especial	3.500,00
RODRIGUES DA SILVA & CIA. LTDA	05.766.941/0001-54	AV MARCELINO PIRES, 950 - CENTRO - 79801-001 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	3.600,00
KRAUSE & GARCIA LTDA	02.585.791/0001-94	RUA ERECHIM, 238 - CENTRO - 85812-260, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	3.666,66
GUINCHOS ZANETTI SC LTDA	81.077.828/0001-40	ROD BR 116, 7786 - CAJURU - 81310-415, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	3.680,00



TABELA Nº 42 (m)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
HIDROTEMP HIDRAULICA E ELETRICA EIRELI	33.892.328/0001-19	RUA RONALD TKOTZ, 9082 - DISTRITO INDUSTRIAL DOUTOR JEHOVAH ALMEIDA GOMES - 86192-171, CAMBÉ - PR	Quirografários Especial	3.700,00
TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA	06.885.679/0001-20	EST PARA Balsa NOVA, 1500 - ITAQUI - 83604-140, CAMPO LARGO - PR	Quirografários Especial	3.750,00
AUTO PECAS 1313 LTDA	37.540.747/0001-42	AV MARCELINO PIRES, 7080 - JD MARCIA - 79841-000 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	3.839,88
V. DE OLIVEIRA ARAUJO SEGURANCA DO TRABALHO	36.533.938/0001-14	VIA MARGINAL, 906 - INTERLAGOS - 85820-035, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	4.284,00
PAVIMAX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	30.143.619/0001-16	AL CATAO OTAVIANO, 1 - JARDIM ALHAMBRA - 79843-015 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	4.347,50
ARIANE CASTRO ZEREAL	24.225.481/0001-00	AV A, 1715 - CHACARA CIDELIS - 79839-650 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	4.359,97
CRISTIANO MOREIRA DE SOUZA	17.118.144/0001-40	R HAYEL BON FAKER, 530 - JARDIM RASSLEM - 79813-240, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	4.519,00



TABELA Nº 42 (n)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
GRAFICA IGOL LTDA - EPP	76.094.838/0001-53	RODOVIA BR-277, 592 - SANTA FELICIDADE - 85803-490, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	4.580,00
SERVMAQ COM / RACHEL ALMEIDA MOCINHO 82300003015	44.259.568/0001-05	R XAVIER DA CUNHA, 999 - NONOAI - 90830-430 Complemento: APT 301; APT, PORTO ALEGRE - RS	Quirografários Especial	4.725,55
ADEMIR DA SILVA	08.675.699/0001-00	AV JOSE ROBERTO TEIXEIRA, 1065 - JARDIM FLORIDA I - 79823-680 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	4.754,30
R.A. COCO	14.469.210/0001-38	R SAO PAULO, 2865 - CENTRO - 85801-021 Complemento: SALA 01, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	5.040,04
WESLEY ARAUJO AMANCIO 04049894114	33.763.496/0001-04	R EULALIA PIRES, 205 - JARDIM MARINGA - 79814-330 Complemento: CASA, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	5.045,00
JUNIOR DE ARAUJO MOURAO 82487928115	46.330.606/0001-96	R JOSE BONIFACIO, 1243 - CENTRO - 79980-000 Complemento: CASA, MUNDO NOVO - MS	Quirografários Especial	5.100,17
VAE CLINICA DO TRABALHO LTDA	08.008.399/0001-69	AVENIDA RUI BARBOSA, 9618 - CENTRO - 83005-340 Complemento: SALA 01, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	5.373,00



TABELA Nº 42 (o)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
SINAPSYS CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	04.456.812/0001-05	RUA LAVA PÉS, 120 - CENTRO - 99010-110, PASSO FUNDO - RS	Quirografários Especial	5.500,00
SENIOR GP LTDA	33.032.645/0001-65	R SOUZA CALDAS, 550 - UVARANAS - 84031-010 Complemento: ***** , PONTA GROSSA - PR	Quirografários Especial	5.660,64
TADEU SOKULSKI & FILHOS LTDA	07.295.198/0001-27	R KAZIMIERA SZYMANSKI PROF, 96 - PORTO DAS LARANJEIRA - 83703-040 Complemento: SALA, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	5.733,00
MAGIP MADEIRAS LTDA	25.134.467/0001-55	R PARAIBA, 1661 - IGUACU - 83701-010, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	5.739,16
PARANA SUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	07.203.665/0001-41	R MANOEL BORGES DE MACEDO, 125 - TIRIRICA - 83540-000, RIO BRANCO DO SUL - PR	Quirografários Especial	5.883,87
HOTEL TOPAZIO LTDA	04.405.454/0001-01	AV FLORIDA, 4069 - ZONA I - 87501-220, UMUARAMA - PR	Quirografários Especial	6.280,00
MARCELO ANTONIO DEL TORO 03754378198	16.589.503/0001-84	R CASTRO ALVES, 29 - JARDIM MARINGA - 79814-021, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	6.369,10
MATERIAIS DE CONSTRUCAO SAO CARLOS LTDA	03.444.557/0001-00	RUA SANTOS DUMONT, 1832 - CENTRO - 85900-010, TOLEDO - PR	Quirografários Especial	6.644,03



TABELA Nº 42 (p)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
AUTO MECANICA HARTWIG LTDA - ME	11.927.022/0001-18	ROD BR 376, 0 - PQ IND ZONA OESTE II - 86818-000 Complemento: BARRACAO POSTO CARATINA, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	6.819,00
IMOBILIARIA FACHINI LTDA	78.705.514/0001-30	RUA JOAO ERNESTO FERREIRA, 971 - CENTRO - 86975-000, MANDAGUARI - PR	Quirografários Especial	6.850,00
A M COMERCIO DE PNEUS LTDA	12.387.939/0001-30	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHK DE OLIVEIRA, 2995 - CIDADE INDUSTRIAL - 81270-200, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	6.912,50
PATRICIA DO CARMO OLIBONI GAMBETA EIRELI	36.023.332/0001-39	AV BERTINO WARMLING, 1429 - CENTRO - 85670-000, SALTO DO LONTRA - PR	Quirografários Especial	7.206,56
SADHAS & GODOY LTDA	13.359.784/0001-90	R MONTE ALEGRE, 3120 - VILA PROGRESSO - 79825-040 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	7.220,00
MB TODESCATTO CROSS EIRELI	21.121.416/0001-38	ROD BR 163, 281 - PARQUE INDUSTRIAL - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	7.343,38
S S BORGES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	07.388.844/0001-09	AVENIDA BRASIL, 6205 - CENTRO - 85801-000, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	7.555,10



TABELA Nº 42 (q)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
CAAMAN LOCACAO DE MÁQUINAS LTDA	09.298.178/0001-35	AV PRESIDENTE DUTRA, 1015 - CENTRO - 79880-000, DOURADINA - MS	Quirografários Especial	7.601,94
(CASA DO CONSTRUTOR) BN DOURADOS ALUGUEL DE EQUIPAMENTO LTDA	11.554.770/0001-00	AV MARCELINO PIRES, 3120 - CENTRO - 79801-004 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	7.860,00
PUDELL LOCACAO DE MÁQUINAS LTDA	25.188.748/0001-90	R MINAS GERAIS, 2334 - CENTRO - 85812-035 Complemento: CENTRO COMERCIAL MINAS GERAIS SALA 11, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	8.000,00
CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SILVA PIRAPOZINHO	04.379.344/0001-04	RUA ANTONIO SEBASTIAO DA SILVA, 190 - JARDIM DAS FLORES - 19200-000, PIRAPOZINHO - SP	Quirografários Especial	8.441,00
CLEITON FERREIRA 04256799931	33.445.967/0001-36	RUA JORGE JOSLIN, 204 - PASSAUNA - 83704-230, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	8.800,00
GIUSTI, GIUSTI E LEITE IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	05.103.697/0001-40	RUA PRESIDENTE KENNEDY, 1232 - CENTRO - 85810-040 Complemento: TERREO, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	8.938,00
CARLOS EDUARDO CAMPESE	24.328.313/0001-31	R PLANALTO, 121 - OURO FINO - 83015-010 Complemento: BRCAO F, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	9.030,00



TABELA Nº 42 (r)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
PILOTO DIESEL LTDA	07.961.199/0001-63	AV JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 5043 - CIC - 81250-160, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	9.042,90
GRS - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	05.064.063/0001-25	AV THOMAZ ALBERTO WHATELY, 5105 - JARDIM JOQUEI CLUBE - 14078-550 Complemento: CONJ 13, RIBEIRÃO PRETO - SP	Quirografários Especial	9.100,70
(HOTEL BENDER) ARI ANTONIO BENDER EIRELI	07.244.603/0001-88	RUA SANTA CATARINA, 1020 - CENTRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	9.880,00
AG RENTAL LOCACOES DE EQUIP LTDA (SL LOCAÇÕES)	37.228.944/0001-20	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 2 - CENTRO - 83005-420 Complemento: SALA 03, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	9.960,00
MADENORTE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	26.832.170/0001-26	AV WEIMAR G. TORRES, 70 - JD. CLIMAX - 79820-081, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	10.036,20
A T M ALIMENTOS LTDA	05.862.721/0001-24	RUA ALBA VIEIRA, 683 - CATARATAS - 85818-630 Complemento: SALA 01 NUCLEO INDUSTR II, CASCAVEL - PR	Quirografários Especial	10.500,00



TABELA Nº 42 (s)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
MONTEZO & MONTEZO LTDA	07.698.212/0001-33	R MANOEL AMARO DE MATOS, 1765 - VILA TOSCANA - 79822-606 Complemento: CASA 136, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	11.000,00
HOTEL LAVRATTI LTDA	37.545.274/0001-76	R PRESIDENTE KENNEDY, 50 - VILA INDUSTRIAL - 79840-010 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	11.010,00
MECFOR ENGENHARIA LTDA	09.195.771/0001-56	R CAYOVA, 26 - BELA VISTA - 79003- 150, CAMPO GRANDE - MS	Quirografários Especial	12.310,40
DELAÍ & SILVA LTDA	18.422.920/0001-63	R CORONEL PONCIANO DE MATTOS PEREIRA, 275 - JARDIM COLIBRI - 79839-060 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	12.621,47
KEP TRUCK ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO LTDA	39.600.735/0001-91	RUA JOÃO CÂNDIDO DA CÂMARA, 629, 156 - JARDIM AMÉRICA - 79804-970, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	12.749,75
CMEST-CENTRO DE MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABAL	06.788.138/0001-83	R PONTA PORA, 1910 - VILA TONANI - 79824-130 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	13.222,00
MALIBU COMERCIO DE MOVEIS LTDA	78.911.757/0001-24	AV RUI BARBOSA, 4958 - AFONSO PENA - 83065-260, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	13.500,00



TABELA Nº 42 (t)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
ZECAO FERRAMENTAS - EIRELI	09.119.381/0001-05	R JOAO VICENTE FERREIRA, 290 - JARDIM TROPICAL - 79823-010 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	13.920,00
GERVON FERREIRA DA SILVA	36.034.107/0001-06	R ENGRACIA XAVIER DE MATTOS, 6072 - VILA CUIABA - 79841-050, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	14.333,33
SINOVAS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	36.757.840/0001-40	RUA DEZ, 300 - KENNEDY - 32145-130, CONTAGEM - MG	Quirografários Especial	14.400,00
EDUARDO VIRMOND DOS REIS	22.342.912/0001-84	RUA PADRE CLÁUDIO ARENAL, 456 - UBERABA - 81590-010, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	15.500,00
COMPENSADOS DOURADOS LTDA	01.958.719/0003-64	AV GUAICURUS, 780 - PARQUE ALVORADA - 79823-490 Complemento: *****, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	15.950,50
LC LOCACAO DE BENS EIRELI	10.169.243/0001-01	R ALFERES POLI, 2829 - PAROLIN - 80220-051, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	16.442,33
BELA VISTA COMÉRCIO DE CAL E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	14.093.698/0001-41	ROD ANTONIO GASPARIN, 14503 - MORRO GRANDE - 83415-068 Complemento: CXPST 71, COLOMBO - PR	Quirografários Especial	16.800,00



TABELA Nº 42 (u)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
PERSA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	20.607.672/0001-77	R PROFESSOR DUILIO CALDERARI, 2294 - JARDIM PAULISTA - 83430-974 Complemento: SALA: 02; CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	Quirografários Especial	17.326,67
AVP EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA	04.228.570/0001-94	EST DO TIETE, 0 - PALMITAL - 83702-055, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	17.510,36
INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO ARAUCARIA EIRELI	23.013.799/0001-56	RUA JOAO BATISTA CANTELE, 242 - COSTEIRA - 83708-746, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	17.893,60
AUTOPOSTO MARIPA LTDA	22.721.585/0001-71	ROD PR 182, KM 290 + 750M, 290 - ZONA RURAL - 85955-000, MARIPÁ - PR	Quirografários Especial	17.967,12
SINADUPLA COMERCIO E FABRICACAO DE TINTAS LTDA	31.278.904/0001-07	RUA ADAO DIBAS, 0 - COLONIA CRISTINA - TAQUAROVA - 83701-990 Complemento: ANEXO ROD.PR 423, ARAUCÁRIA - PR	Quirografários Especial	20.646,41
UNIFLEX - IND. E COM. DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.	08.284.026/0001-10	AV MARCELINO PIRES, 3066 - VILA HELENA - 79801-004 Complemento: ANEXO SALA 03, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	22.600,00
ALR COMERCIO DE TINTAS E SINALIZACAO VIARIA LTDA	81.451.957/0001-56	RUA PORECATU, 274 - EMILIANO PERNETA - 83325-150, PINHAIS - PR	Quirografários Especial	24.580,69



TABELA Nº 42 (v)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFICAÇÃO	CRÉDITO
ENGBOR COMERCIO DE BORRACHAS LTDA	29.212.197/0001-04	PC PRESIDENTE JANIO DA SILVA QUADROS, 570 - JARDIM JAPAO - 02132-000, SÃO PAULO - SP	Quirografários Especial	26.783,34
AUXILIAR - COMERCIO & LOCACOES - EIRELI	08.971.203/0001-37	AV DAS BANDEIRAS, 3180 - JARDIM NHANHA - 79081-310 Complemento: 3186, CAMPO GRANDE - MS	Quirografários Especial	27.826,64
IGUFOZ LOCADORA DE VEICULOS LTDA	05.892.846/0001-05	RUA VENANTI OTREMBIA, 772 - VILA MARACANA - 85852-040, FOZ DO IGUAÇU - PR	Quirografários Especial	31.483,94
SELMA BEBETE DE SOUZA 93480717187	46.693.108/0001-08	R MARIA DA GLORIA, 2005 - VILA ALBA - 79830-230 Complemento, DOURADOS - MS	Quirografários Especial	35.927,00
TRANSTERRA TRANSPORTES LTDA	10.688.087/0001-95	R DUQUE DE CAXIAS, 1146 - CENTRO - 89900-000 Complemento: TERREO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	Quirografários Especial	36.112,81
BF ASFALTO LTDA	37.816.040/0001-16	RODOVIA CONTORNO LESTE BR-116, 20315 - COLONIA RIO GRANDE - 83025-682, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	Quirografários Especial	37.655,48
TS PRODUTOS E SOLUCOES EM GEOTECNIA - EIRELI	41.002.117/0001-91	R LEONIDA REIMANN TROTTI, 133 - PARQUE VIA NORTE - 13065-704, CAMPINAS - SP	Quirografários Especial	38.600,00



TABELA Nº 42 (z)
CLASSE IV – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL – EMPRESAS EPP/ME/EIRELI

CREDOR	CNPJ / CPF	ENDEREÇO	CLASSIFI- CAÇÃO	CRÉDITO
MARRUA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA	82.059.684/0001-61	R FRANCISCO ANTONELLO, 1914 - VILA FANNY - 81030-100 Complemento: FUNDOS, CURITIBA - PR	Quirografários Especial	39.559,07
C R S COMERCIO DE AREIA LTDA	09.462.347/0001-20	AV IRIO JACOB WELP, 5188 - LOT JD ANA PAULA - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	42.083,33
PATRICK ELIAS DA SILVA LOPES	43.598.575/0001-60	AV BRUNO FERRAIOLLI, 125 - JARDIM IPANEMA - 13425-400 Complemento: *****, PIRACICABA - SP	Quirografários Especial	42.212,72
ELOISA DOROTI NUNES DALMINA-ME	04.529.704/0001-07	ROD BR 163, 290 - L RURAL 202 B 12 PERIMETRO - 85960-000, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR	Quirografários Especial	71.023,04
TERRA MAQUINAS EQUIPAMENTOS E CONSTRUCOES LTDA	03.749.564/0001-10	FAZ DO RANCHO ALEGRE, 99 - CAMPESTRE - 32900-000, IGARAPÉ - MG	Quirografários Especial	193.878,16



VIII – CAPACIDADE DE PAGAMENTO FLUXO DE CAXA FUTURO



8.1 Capacidade de Pagamento

A capacidade de pagamento e o fluxo de caixa futuro da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., foram determinados a partir dos novos parâmetros estabelecidos na reestruturação das despesas operacionais, bem como os novos patamares de produção, os quais serviram de base para a proposta de planejamento econômico-financeiros apresentada.

Conforme demonstração contida na tabela nº 43, os parâmetros foram definidos para dois períodos (fases) do planejamento econômico-financeiro elaborado. **Todos os valores foram apresentados a partir de suas médias mensais**, uma vez que propiciam melhor visibilidade da capacidade de pagamento, haja vista que os desembolsos com as parcelas referentes a amortização do endividamento serão mensais.

TABELA Nº 43
PARÂMETROS PARA DETERMINAÇÃO
DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

ESTRUTURA DOS CUSTOS/DESPESAS/RESULTADO LÍQUIDO	Atual (Média 2019/2022)	1ª Fase (1º Ano)	2ª Fase (a partir do 2º Ano)
CUSTO OPERACIONAIS DIRETOS	70,92%	30,76%	60,00%
Obras Empreitadas	2,1%	5,00%	5,00%
Prestação de Serviços	67,6%	15,00%	55,00%
Locação de Máquinas e Equipamentos	0,2%	3,50%	0,00%
Venda de Lotes Faris Gebrim	1,0%	7,26%	0,00%
LUCRO BRUTO	29,08%	69,24%	40,00%
DESPESAS OPERACIONAIS	60,80%	17,40%	25,40%
(-) Despesas Administrativas	51,17%	10,00%	18,00%
(-) Despesas Financeiras	9,24%	3,00%	3,00%
(-) Despesas Tributárias	0,38%	0,40%	0,40%
PROVISIONAMENTO DE IMPOSTO - IR	0,00%	4,00%	4,00%
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	-31,72%	51,84%	14,60%

FONTE: Elaborada pelo Autor.

Os novos parâmetros econômico-financeiros foram construídos a partir da avaliação do desempenho recente empresa. A média histórica referente ao desempenho de períodos anteriores não se mostrou apropriada, haja vista as significativas mudanças estruturais que ocorreram nas atividades operacionais



da empresa, com alterações importantes na composição de suas receitas e custos.

Também se admitiu como premissa básica que a empresa manterá suas atuais estruturas produtivas, bem como suas linhas de produção e composição da Receita Operacional Líquida.

De imediato considerou-se uma significativa redução das despesas operacionais, em especial as classificadas como “Despesas Administrativas”, que de um patamar médio de **51,17%%** da ROL (média 2019-2022), deverá ser reduzida para **18,0%**.

Para a segunda fase, que se iniciará partir do segundo ano em recuperação, espera-se que, com a carência pleiteada, a empresa conseguirá recursos suficientes para formar capital de giro mínimo, além de pagar todos os seus compromissos financeiros, o que lhe permitirá operar sem desenhos, proporcionando redução nas despesas financeiras. Estima-se que estas despesas devam manter-se, ao longo de todo o período em recuperação, em torno de **3,0%** da ROL (Tabela nº 43).

Tais pressupostos tiveram como fundamentos os fatos de que, em recuperação judicial, a empresa reduza significativamente o pagamento de juros, bem como ocorram melhoras nas gestões administrativa e operacional, que contribuirão para os ganhos de eficiência previstos.

Além destes parâmetros, foram consideradas, adicionalmente, para a definição da capacidade de pagamento da Recuperanda, as seguintes projeções:

- A inflação média durante o período de recuperação foi estimada em 4,5% (teto da meta);
- A retomada dos investimentos somente irá ocorrer a partir do nono ano;
- A amortização do endividamento, da forma proposta, será aceita e aprovado pelos credores, conforme negociação proposta neste plano;



Conforme pode ser visualizado nas Tabelas nº 44 (a) e 44 (b), utilizou a projeção das receitas, conforme procedimentos adotados no item 5.1 (p. 106), bem como a projeção do lucro operacional líquido, conforme obtido no item 5.3 (p. 116-121), para determinar a capacidade pagamento da empresa.

As projeções indicaram que serão necessários quatorze anos, para a empresa saldar todo o endividamento.

Os dados das tabelas nºs 44 (a, b, c) a 46 (a, b, c) mostram que, se a empresa conseguir operar com os níveis eficiências projetadas, não enfrentará dificuldades de caixa ao longo de todo o processo de recuperação. E, ainda, conseguirá formar razoável capital de giro.

No primeiro ano o resultado operacional líquido, médio mensal, será de apenas **R\$ 136.644,69 (média mensal)**, para fazer frente a desembolsos mensal com pagamento de parcelas da dívida no montante de **R\$ 105.071,17**, sendo **R\$ 15.750,58**, para aos credores concursais (verbas trabalhistas), e, outros **R\$ 89.320,59**, para os credores não submetidos aos efeitos da Lei nº 11.101/2005, por terem seus créditos amparados por alienações fiduciárias, além do parcelamento de natureza tributária (Tabelas nº 44 (a) e 44 (b)).

Tal fluxo propiciaria saldo médio mensal de caixa da ordem de **R\$ 31.575,52**, que permitiria a empresas a formação, mesmo que embrionária, de seu capital de giro. (Tabelas nº 44 (a) e 44 (b)).

No ano seguinte, o resultado operacional líquido mensal estimado será de apenas **R\$ 55.900,23 (média mensal)** (Tabela nº 44 (a)), para um desembolso mensal com amortizações de parcelas correspondente a **R\$ 80.614,50** (Tabela nº 44 (b), resultando em déficit médio mensal de caixa da ordem de **R\$ -24.714,27**. (Tabela nº 44 (b)). Contudo, os saldos médios mensais acumulados no ano anterior, serão suficientes para fazer frente a esta necessidade, e, ainda, propiciar um saldo médio mensal final de **R\$ 9.207,40**, conforme pode ser visto nas Tabelas nºs 44, 45, 46 e 47 (a) e (b).



No terceiro ano, superadas as dificuldades e contingências impostas durante o período inicial da Recuperação Judicial, a empresa terá condições de operar em melhores condições operacionais. Conseguirá implementar avançar na 2ª fase de seu planejamento econômico-financeiro e obter resultados que assegurem recursos suficientes para fazer frente aos pagamentos de seu endividamento.

Com o fim o prazo de carência pleiteado, o desembolso mensal com o parcelamento, no terceiro ano, será da ordem de **R\$ 123.129,35**, para um lucro médio mensal de **R\$ 157.345,48**. A sobra mensal de caixa, no montante de **R\$ 34.216,13**, será imprescindível para a formação do capital de giro mínimo, necessário para suportar o aumento de operação previsto (Tabelas nºs 44 (a) e (b)).

Essa situação de disponibilidade caixa será mantida ao longo do todo o período do planejamento econômico-financeiro (Tabela nº 44 a 46 – (a) e (b)).

A partir do nono ano a empresa terá necessidade de renovar parte de seu parque máquinas e equipamentos, o que lhe exigirá desembolsos com novos investimentos. A partir deste ano, a empresa deverá investir, em média, **R\$ 150.000,00** por mês, para a renovações de sua estrutura física.

8.2 Fluxo de Caixa Futuro

As tabelas a seguir demonstram a capacidade de pagamento e o fluxo de caixa futuro da Recuperanda, para um período de quatorze anos, correspondente a todo o período de planejamento econômico-financeiro.



TABELA Nº 44 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 1º ao 4º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27
RESULTADO OPERACIONAL	136.644,69	55.900,23	157.345,48	232.170,02
CREDORES CONCURSAIS	15.750,58	19.808,22	110.564,55	110.840,96
Classe I - Direitos Trabalhistas	15.750,58	14.740,05	14.776,90	14.813,84
Trabalho Assalariado - até 05 Sal. Mínimos (SM)	1.047,29	-	-	-
Credores Trabalhistas não Habilitados - entre 5 e 150 SM	14.703,29	14.740,05	14.776,90	14.813,84
Credores Trabalhistas não Habilitados - acima de 150 SM	-	-	4.057,67	4.067,81
Classe II - Credores com Garantias Reais	-	-	2.071,93	2.077,11
Instituições Financeiras	-	-	2.071,93	2.077,11
BANCO DO BRASIL SA	-	-	243,53	244,14
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A,	-	-	1.828,39	1.832,97
Classe III - Quirografários Privilégio Geral	-	-	86.066,24	86.281,41
Instituições Financeiras	-	-	78.975,42	79.172,85
BANCO BRADESCO S.A.	-	-	2.108,59	2.113,86
BANCO DAYCOVAL S.A.	-	-	211,29	211,82
BANCO DO BRASIL SA	-	-	50.408,09	50.534,11
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	-	-	7.690,13	7.709,35
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	12.592,48	12.623,96
ITAU UNIBANCO S.A.	-	-	5.964,83	5.979,74

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 44 (b)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 1º ao 4º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	1º Ano Jul-23/jun-24	2º Ano Jul-24/jun-25	3º Ano Jul-24/jun-26	4º Ano Jul-26/jun-27
Empresas Médio e Grande Porte			7.090,82	7.108,55
Com valores a receber até R\$ 3.000,00			1.508,96	1.512,73
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00			5.581,87	5.595,82
Classe IV - Quirografários - Empresas EPP/ME/EIRELI		5.068,18	7.649,49	7.668,61
Com valores a receber até R\$ 3.000,00	-	5.068,18		
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	-	-	3.591,82	3.600,80
CREDORES NÃO CONCURSAIS	89.320,59	60.806,27	12.564,80	12.632,86
Tributos e Impostos	12.429,78	12.497,11	12.564,80	12.632,86
Receita Federal do Brasil	12.429,78	12.497,11	12.564,80	12.632,86
Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária	76.890,81	48.309,17		
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	105.071,17	80.614,50	123.129,35	123.473,82
VALORES A RECEBER				
INVESTIMENTOS – RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
VENDA DE ATIVOS				
SALDO FINANCEIRO	31.573,52	-24.714,27	34.216,13	108.696,20
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE)	31.573,52	6.859,26	41.075,38	149.771,59

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 45 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 5º ao 8º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	5º Ano Jul-27/jun-28	6º Ano Jul-28/jun-29	7º Ano Jul-29/jun-30	8º Ano Jul/30/jun-31
RESULTADO OPERACIONAL	248.567,91	259.753,46	271.442,37	283.657,27
CREDORES CONCURSAIS	111.118,07	96.507,86	96.749,13	96.991,00
Classe I - Direitos Trabalhistas	14.850,87	-	-	-
Trabalho Assalariado - até 05 Sal. Mínimos (SM)	-	-	-	-
Credores Trabalhistas não Habilitados - entre 5 e 150 SM	14.850,87			
Credores Trabalhistas não Habilitados - acima de 150 SM	4.077,98	4.088,17	4.098,39	4.108,64
Classe II - Credores com Garantias Reais	2.082,30	2.087,51	2.092,73	2.097,96
Instituições Financeiras	2.082,30	2.087,51	2.092,73	2.097,96
BANCO DO BRASIL SA	244,75	245,37	245,98	246,59
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	1.837,55	1.842,14	1.846,75	1.851,36
Classe III - Quirografários Privilégio Geral	86.497,11	86.713,35	86.930,13	87.147,46
Instituições Financeiras	79.370,79	79.569,21	79.768,14	79.967,56
BANCO BRADESCO S.A.	2.119,14	2.124,44	2.129,75	2.135,08
BANCO DAYCOVAL S.A.	212,35	212,88	213,42	213,95
BANCO DO BRASIL SA	50.660,45	50.787,10	50.914,07	51.041,35
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.728,63	7.747,95	7.767,32	7.786,74
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.655,52	12.687,16	12.718,88	12.750,68
ITAU UNIBANCO S.A.	5.994,69	6.009,68	6.024,70	6.039,76

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 45 (b)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 5º ao 8º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	5º Ano Jul-27/jun-28	6º Ano Jul-28/jun-29	7º Ano Jul-29/jun-30	8º Ano Jul/30/jun-31
Empresas Médio e Grande Porte	7.126,32	7.144,14	7.162,00	7.179,90
Com valores a receber até R\$ 3.000,00	1.516,51	1.520,30	1.524,10	1.527,91
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	5.609,81	5.623,84	5.637,90	5.651,99
Classe IV - Quirografários - Empresas EPP/ME/EIRELI	7.687,78	7.707,00	7.726,27	7.745,58
Com valores a receber até R\$ 3,000,00				
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	3.609,80	3.618,83	3.627,87	3.636,94
CREDORES NÃO CONCURSAIS	12.701,29	12.770,08	12.839,26	12.908,80
Tributos e Impostos	12.701,29	12.770,08	12.839,26	12.908,80
Receita Federal do Brasil	12.701,29	12.770,08	12.839,26	12.908,80
Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária				
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	123.819,35	109.277,94	109.588,38	109.899,80
VALORES A RECEBER				
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
VENDA DE ATIVOS				
SALDO FINANCEIRO	124.748,55	150.475,52	161.853,98	173.757,47
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE)	274.520,14	424.995,66	586.849,64	760.607,11

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 46 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 9º ao 12º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	9º Ano Jul-31/jun-32	10º Ano Jul-32/jun-33	11º Ano Jul-33/jun-34	12º Ano Jul-34/jun-35
RESULTADO OPERACIONAL	296.421,85	309.760,83	315.339,05	313.042,47
CREDORES CONCURSAIS	97.233,48	97.476,56	97.720,25	97.964,55
Classe I - Direitos Trabalhistas	-	-	-	-
Trabalho Assalariado - até 05 Sal. Mínimos (SM)	-	-	-	-
Credores Trabalhistas não Habilitados - entre 5 e 150 SM				
Credores Trabalhistas não Habilitados - acima de 150 SM	4.118,91	4.129,21	4.139,53	4.149,88
Classe II - Credores com Garantias Reais	2.103,20	2.108,46	2.113,73	2.119,02
Instituições Financeiras	2.103,20	2.108,46	2.113,73	2.119,02
BANCO DO BRASIL SA	247,21	247,83	248,45	249,07
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	1.855,99	1.860,63	1.865,28	1.869,95
Classe III - Quirografários Privilégio Geral	87.365,33	87.583,74	87.802,70	88.022,21
Instituições Financeiras	80.167,48	80.367,89	80.568,81	80.770,24
BANCO BRADESCO S.A.	2.140,41	2.145,77	2.151,13	2.156,51
BANCO DAYCOVAL S.A.	214,48	215,02	215,56	216,10
BANCO DO BRASIL SA	51.168,96	51.296,88	51.425,12	51.553,68
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.806,20	7.825,72	7.845,28	7.864,90
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.782,55	12.814,51	12.846,55	12.878,66
ITAU UNIBANCO S.A.	6.054,86	6.070,00	6.085,17	6.100,39

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 46 (b)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 9º ao 12º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	9º Ano Jul-31/jun-32	10º Ano Jul-32/jun-33	11º Ano Jul-33/jun-34	12º Ano Jul-34/jun-35
Empresas Médio e Grande Porte	7.197,85	7.215,85	7.233,89	7.251,97
Com valores a receber até R\$ 3.000,00	1.531,73	1.535,56	1.539,40	1.543,25
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	5.666,12	5.680,29	5.694,49	5.708,72
Classe IV - Quirografários - Empresas EPP/ME/EIRELI	7.764,95	7.784,36	7.803,82	7.823,33
Com valores a receber até R\$ 3.000,00				
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	3.646,04	3.655,15	3.664,29	3.673,45
CREDORES NÃO CONCURSAIS	12.978,72	13.049,03		
Tributos e Impostos	12.978,72	13.049,03		
Receita Federal do Brasil	12.978,72	13.049,03		
Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária				
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	110.212,20	110.525,59	97.720,25	97.964,55
VALORES A RECEBER				
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
VENDA DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	186.209,65	199.235,25	217.618,79	215.077,91
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE)	946.816,76	1.146.052,00	1.363.670,80	1.578.748,71

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 47 (a)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 13º ao 14º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	13º Ano Jul-35/jun-36	14º Ano Jul-36/jun-37		
RESULTADO OPERACIONAL	327.129,38	341.850,20		
CREDORES CONCURSAIS	96.085,15	96.325,37		
Classe I - Direitos Trabalhistas				
Trabalho Assalariado - até 05 Sal. Mínimos (SM)				
Credores Trabalhistas não Habilitados - entre 5 e 150 SM				
Credores Trabalhistas não Habilitados – acima de 150 SM	4.160,26	4.170,66		
Classe II - Credores com Garantias Reais				
Instituições Financeiras				
BANCO DO BRASIL SA				
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.				
Classe III - Quirografários Privilégio Geral	88.242,26	88.462,87		
Instituições Financeiras	80.972,16	81.174,59		
BANCO BRADESCO S.A.	2.161,90	2.167,30		
BANCO DAYCOVAL S.A.	216,64	217,18		
BANCO DO BRASIL SA	51.682,57	51.811,78		
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.884,56	7.904,27		
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.910,86	12.943,14		
ITAU UNIBANCO S.A.	6.115,64	6.130,93		

FONTE: Elaborado pelo Autor.



TABELA Nº 47 (b)
CAPACIDADE PAGAMENTO E FLUXO DE CAIXA FUTURO – 13º ao 14º ano
(Médias Mensais)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO/FLUXO DE CAIXA	13º Ano Jul-35/jun-36	14º Ano Jul-36/jun-37		
Empresas Médio e Grande Porte	7.270,10	7.288,28		
Com valores a receber até R\$ 3.000,00	1.547,11	1.550,98		
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	5.722,99	5.737,30		
Classe IV - Quirografários - Empresas EPP/ME/EIRELI	7.842,89	7.862,50		
Com valores a receber até R\$ 3.000,00				
Com valores a receber acima de R\$ 3.000,00	3.682,63	3.691,84		
CREDORES NÃO CONCURSAIS	0,00	0,00		
Tributos e Impostos				
Receita Federal do Brasil	0,00	0,00		
Credores com Reserva de Domínio ou Alienação Fiduciária				
VALOR MENSAL DO PARCELAMENTO	96.085,15	96.325,37		
VALORES A RECEBER				
INVESTIMENTOS - RENOVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA				
VENDA DE ATIVOS				
SALDO FINANCEIRO	231.044,23	245.524,84		
SALDO DE CAIXA (ENCAIXES/DESENCAIXE)	1.809.792,94	2.055.317,77		

FONTE: Elaborado pelo Autor.



8.3 Vendas de Ativos.

Em razão do longo período para amortização de seu endividamento e, com a implantação do programa de renovação de equipamentos, máquinas e veículos, a empresa deverá efetuar a venda alguns bens do seu ativo que não mais lhe serão úteis, como veículos usados, máquinas e equipamentos, que não poderão mais poderá utilizar em suas operações.

De tal forma a empresa deverá, ao longo do tempo, proceder a vendas de alguns ativos.

Para tanto, conta com a possibilidade legal prevista no Art. 66 da Lei Federal nº 11.101/2005, que estabelece a seguinte prerrogativa:

*“Art. 66. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, **com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial**”.*

É intenção da empresa proceder a venda de ativos como veículos e equipamentos relacionados nos Anexos IV, V e VI, parte integrante desse plano, à medida que os mesmos não se mostrarem mais em condições de uso para os fins específicos de operação nas atividades fins da empresa.

De tal sorte, por ocasião da deliberação do presente plano de recuperação judicial, pela assembleia de credores, deverá ser submetida tal possibilidade à Assembleia, para que a mesma delibere sobre a conveniência e oportunidade de aprovar tal medida.



**IX – LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PARECER FINAL**



9.1 Laudo Econômico-Financeiro – Parecer Final

A partir do diagnóstico e das análises realizadas do desempenho operacional, administrativo, econômico e financeiro da empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., os resultados obtidos permitiram avaliar os principais problemas e dificuldades enfrentadas por ela. Dentre estes podem ser destacados:

- endividamento elevado;
- insustentabilidade financeira;
- desencaixes recorrentes do fluxo de caixa;
- contingências impostas pelos bancos para a concessão de novos créditos;
- encargos financeiros elevado;
- impossibilidade de repassar aos preços fixados em contratos, os excepcionais e elevados reajustes ocorridos nos equipamentos, materiais e insumos utilizados nas execuções das obras contratadas;
- queda expressiva em sua lucratividade, em decorrência do descasamento entre os preços contratos e os aumentos dos preços dos equipamentos, materiais e insumos do setor de construção civil;
- centralização administrativa.

Os estudos indicaram que a empresa somente conseguirá superar esta situação de **insustentabilidade financeira** se conseguir reduzir drasticamente seus encargos com pagamentos das parcelas decorrentes de empréstimos, financiamentos e renegociações de dívidas.

Para tanto, terá que romper com a ciranda financeira a que está submetida, o que, somente será possível, a partir de um parcelamento de longo prazo, com razoável período de carência e redução significativa do montante das dívidas cobradas pelas instituições financeiras.

As dívidas cobras pelas instituições financeiras estão infladas com juros futuros, uma vez que ocorrendo os vencimentos antecipados, não foram



realizados as devidas apurações do valor presente dos contratos, à data da antecipação do vencimento.

Por outro lado, até a crise financeira, a empresa não apresentava problemas de ordem operacional. Sua estrutura em termos de máquinas e equipamentos é adequada para participar de certames concorrência, enfrentando as maiores empresas do setor, no estado do Paraná.

Os serviços que presta e as obras que executa, são identificados pelos contratantes como de boa qualidade, portanto, possui potencial votar a participar de certames licitatórios, tanto de obras públicas, quanto privadas.

Os problemas de ordem administrativa detectados são de fácil solução. Boa parte deles podem ser solucionados com a introdução de um sistema de informações gerenciais e de apropriação de custos, que se configurem como instrumentos de tomada de decisão. A gestão administrativa tende a melhorar se ocorrem descentralizações, favorecendo e dando para maior eficiência ao processo de tomada de decisão.

O desempenho econômico poderá ser fortalecido com a melhora do poder de compra da empresa, o que resultará em aumentos em sua margem operacional bruta.

Tal performance poderá ser obtida em decorrência do equacionamento dos problemas financeiros, atualmente enfrentados pela empresa. Sem a necessidade de rolar diariamente seu endividamento, ela terá melhores condições para comprar matérias primas e insumos.

A partir das novas estratégias, especialmente, em relação a descentralização administrativa, a introdução de eficiente sistema de informações gerenciais e as medidas recomendadas na reestruturação proposta, possibilitarão a obtenção de margem operacional satisfatória, dotando a empresa de capacidade de auferir lucro líquido, em montante compatível às necessidades de amortização de todo o seu endividamento.



Com a implementação do planejamento econômico-financeiro proposto e a aceitação por parte dos credores da proposta de carência, parcelamento e descontos, apresentadas, a Recuperanda adquirirá capacidade de pagamento condizente com as necessidades de amortização de seu endividamento, bem como constituir capital de giro suficiente para financiar todo o seu ciclo operacional, garantindo, assim, sua sustentabilidade financeira.

No planejamento proposto a empresa alcançará, em médio prazo, crescimento anual sustentável de **3,0%**, o que lhe permitirá gerar novos empregos, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social região em que está inserida.

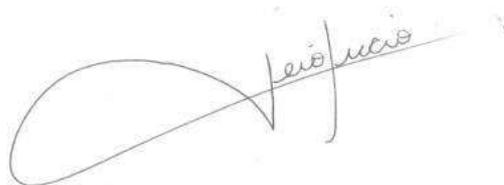
Ainda, outro fato importante, que favorece o cenário de médio prazo, são as perspectivas para o setor da construção de infraestrutura pesada. O governo do estado do Paraná anunciou, recentemente, um amplo programa de investimentos em obras públicas, voltadas principalmente para conservação de rodovias e obras de infraestrutura de base, que alcançara a cifra de R\$ 3,4 bilhões, nos próximos quatro anos.

A partir de tais encaminhamentos, pode-se inferir com ampla margem de segurança, que o plano de recuperação judicial e de reestruturação econômico-financeiro, ora apresentado, dota a empresa CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA., de condições para atuar com níveis de eficiência operacional, que lhe assegurará viabilidade econômico e sustentabilidade financeira, capaz de gerar os resultados necessários ao saneamento de seu endividamento.

Finalmente, merece registro, a possibilidade de mais uma alternativa de viabilidade de operação e saneamento financeiro da empresa. Conforme disposto no Inciso XI, do artigo 50, da Lei 11.101/2005, que prevê as possibilidades de fusão, associação, arrendamento, etc..

Maringá, 15 de fevereiro de 2023.





NEIO LÚCIO PERES GUALDA
ECONOMISTA – CORECON-PR 2838



ANEXOS

ANEXO I – LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO – PARECER FINAL;

ANEXO II – RELAÇÃO DE BENS DO ATIVO DA EMPRESA;

ANEXO III – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEIS;

**ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;**

**ANEXO V – LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE ÔNIBUS E
CAMINHÕES;**

**ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE
VEÍCULOS LEVES**

